

Volume 05

Direito à Educação, à Cultura, ao Lazer e ao Esporte



DIAGNÓSTICO DA REALIDADE SOCIAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ



Volume 05

Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Versão Preliminar
Itajaí, 2019

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE SOCIAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

Volume 05

Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA)

Idealização:



Realização:



Apoio Institucional:



SECRETARIA MUNICIPAL DE

**PROMOÇÃO
DA CIDADANIA**

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CPI)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)**

Diagnóstico da realidade social de crianças e adolescentes do município de Itajaí / [equipe Painel Pesquisas e Consultoria]. -- 1. ed. -- Joinville, SC : Painel Instituto de Pesquisas, 2019. -- (Diagnóstico da realidade social de crianças e adolescentes do município de Itajaí.

Obra em 6 v.
Vários colaboradores.
Bibliografia
ISBN 978-85-93177-10-1

1. Ciências sociais 2. Crianças e adolescentes - Brasil - Condições sociais 3. Direitos fundamentais - Brasil 4. Estatística 5. Estatuto da Criança e do Adolescente 6. Indicadores sociais - Itajaí (SC) 7. Itajaí (SC) - Descrição 8. Pesquisa - Metodologia 9. Políticas públicas I. Painel Pesquisas e Consultoria. II. Série.

19-31418

CDD-304.60981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Itajaí : Santa Catarina : Diagnóstico da realidade social de crianças e adolescentes : Ciências sociais 304.60981

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CPI) (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Diagnóstico da Realidade Social da Infância e Adolescência do Município de Itajaí
Volume 05: Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer
1ª Edição, Itajaí, SC – Núcleo Criativo Painel – 2019
19-31418 CDD-304.60981

EQUIPE TÉCNICA PAINEL PESQUISAS E CONSULTORIA

Coordenação Geral do Diagnóstico

Ermelinda Maria Uber Januário – Economista (CORECON n. 2.556-9)

Coordenação de Projeto

Maria Helena Provenzano – Administradora (CRA n. 27913) e Assistente Social
Fabiana Caetano – Administradora (CRA/SC n. 28080) e Advogada (OAB/SC n. 54.940)

Análise Estatística

Fátima Mottin – Estatística (CONRE n. 9013-A)

Equipe Técnica – Volume 05

Fabiana Caetano – Administradora (CRA/SC n. 28080) e Advogada (OAB/SC n. 54.940)
Felipe de Avila – Bacharel em Ciência da Computação
Marcelo Paolillo – Bacharel em Ciência da Computação
Rodolfo Uber Januário – Bacharel em Administração
Cecilia Landarin Heleno – Pedagoga

Coordenação de Coleta de Dados em Campo

Fabiana Caetano – Administradora (CRA/SC n. 28080) e Advogada (OAB/SC n. 54.940)
Deise de Souza Barros – Arquiteta (CAU n. A4463-6)

Apoio Logístico

Diana Maria Garbin de Castilhos – Tecnóloga em Gestão Ambiental
Ian Casas

Revisão Ortográfica

Vanessa Cristina Leal Miranda
Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa

Identidade Visual e Capa

Rafael Uber – Diretor de Arte e Diretor Cinematográfico (DRT n. 11048/48)

Diagramação

Núcleo Criativo
Gabriele Alexandra Teixeira – Designer Gráfico
Isabela Bortoletto Bozzola – Designer Gráfico

Imagem da Capa

Shutterstock

Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itajaí – COMDICA 2018

Mesa Diretora

Presidente

Nádia Regina Mota

Vice-Presidente

Sonia Maria Bobany Tavares

Mesa Diretora

1º Secretário

Elton José Blangeski Junior

2ª Secretária

Muriel Duarte

Secretaria ou Fundação

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Tatiana Regina Reis Fidelis

Suplente: Ondina Beppler da Costa

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Titular: Jacqueline Lindner

Suplente: Rosemir Isaltino Sardo

Secretaria Municipal da Fazenda

Titular: Daniela Fiori Martins Costa

Suplente: Maria das Neves V. Silva

Secretaria Municipal da Criança, do Adolescente e da Juventude

Titular: Nádia Regina Mota

Suplente: Gracimere Rocha

Titular: Elton José Blangeski Junior

Suplente: Emerson Gonçalves

Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Temáticas

Titular: Sara Jane Ternes

Suplente: Sidneya Silva dos Santos

Secretaria Municipal da Saúde

Titular: Mirela Corrêa

Suplente: Arizotele dos Santos

Fundação Cultural de Itajaí

Titular: Evelise Moraes Ribas Wiersinski

Suplente: Arthur Leite da Silva

Secretária Executiva

Cinthia Renata Floriano

Entidades Titulares

Instituto Lar da Juventude de Assistência e

Educação – Parque Dom Bosco

Padre Antônio Braz de Oliveira

Fundação Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Ana Carolina Gomes da Silva

Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE

Cleusimar Torres Mates

Associação Pássaros de Luz

Gracia Maria Nascimento Corrêa

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais –

APAE

Maria Cristina Brito

Associação Pró-Menor Lar Padre Jacó

Priscilla Mainardi Kotz

Associação de Equoterapia Vale do Itajaí e Litoral

Sonia Maria Bobany Tavares

Instituto Crescer – Movimento e Cidadania

Sandra Mara de Andrade

Entidades Suplentes

Comissão do Bem Estar do Menor de Itajaí –

COMBEMI

Muriel Duarte

Bianca Elisa Montibeller

Centro de Intervenção e Estimulação Precoce Vovó

Biquinha

Juliana Kael

Pró Arte

Eneide Rodrigues Schoepping

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais –

APAE

Carlize Dias

Associação Pró-Menor Lar Padre Jacó

Cinthia Aparecida Kirchner

Instituto Lar da Juventude de Assistência e

Educação – Parque Dom Bosco

Juliana de Oliveira Monteiro

Associação Pássaros de Luz

Cristiane Nadaletto

Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itajaí – COMDICA 2019

Mesa Diretora

Presidente
Nádia Regina Mota

Vice-Presidente
Sonia Maria Bobany Tavares

Mesa Diretora

1º Secretário
Elton José Blangeski Junior

2ª Secretária
Juliana de Oliveira Monteiro

Secretaria ou Fundação

Secretaria Municipal de Educação
Titular: Tatiana Regina Reis Fidelis
Suplente: Ondina Beppler da Costa

Secretaria Municipal da Fazenda
Titular: Daniela Fiori Martins Costa
Suplente: Maria das Neves V. Silva

Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania
Titular: Nadia Regina Mota
Suplente: Gracimere Rocha
Titular: Elton José Blangeski Junior
Suplente: Emerson Gonçalves

Secretaria Municipal da Saúde
Titular: Daniela Cristiane dos Santos
Suplente: Arizote dos Santos

Fundação Cultural de Itajaí
Titular: Arthur Leite da Silva

Secretária Executiva
Cinthia Renata Floriano

Entidades Titulares

Instituto Lar da Juventude de Assistência e Educação – Parque Dom Bosco
Juliana de Oliveira Monteiro

Fundação Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI
Ana Carolina Gomes da Silva

Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE
Cleusimar Torres Mates

Associação Pássaros de Luz
Gracia Maria Nascimento Corrêa

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
Maria Cristina Brito

Associação Pró-Menor Lar Padre Jacó
Roberta Cristina da Cunha

Associação de Equoterapia Vale do Itajaí e Litoral
Sonia Maria Bobany Tavares

Instituto Crescer – Movimento e Cidadania
Sandra Mara de Andrade

Entidades Suplentes

Comissão do Bem Estar do Menor de Itajaí – COMBEMI
Joseelli Nogueira
Bianca Elisa Montibeller

Centro de Intervenção e Estimulação Precoce Vovó Biquinha
Juliana Kael

Pró Arte
Eneide Rodrigues Schoepping

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
Daniela Miranda Rodrigues

Associação Pró-Menor Lar Padre Jacó
Samuel Carlos Caetano

Instituto Lar da Juventude de Assistência e Educação – Parque Dom Bosco
Magnus Antônio Petry

Associação Pássaros de Luz
Cristiane Nadaletto

Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico 2018 - 2019

Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania

Titular: Fernanda Cristina da Luz

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

Titular: Nádia Regina Mota

Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Viviane Leila Martins

Suplente: Keila Rosa Oliveira

Secretaria Municipal da Saúde

Titular: Daniela Cristiane dos Santos Silva

Suplente: Maria do Carmo Cabral

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Eliane Albanaes

Suplente: Andrey Felipe Cé Soares

Tribunal de Justiça

Titular: Francilene Laureano Moreira Krzisch

Suplente: Mariane Irineia Alves

Sociedade Civil

Titular: Juliana Kael

Suplente: Juliana de Oliveira Monteiro

Técnicos Participantes

Fabiana Regina Cardoso Pereira - Estagiária da Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania
Jaceguay Zukoski – Arquiteto da Secretaria Municipal de Urbanismo
Maria Fernanda M. P. Ardigó – Psicóloga do CREAS
Michelle M. Souza Peixer – Coordenadora do Serviço de Medidas Socioeducativas do CREAS
Mirela Correia – Representante da Secretaria Municipal da Saúde
Patrícia Eliane Lima da Silva – Educadora Social da Secretaria Municipal de Assistência Social
Fátima Regina Cardoso Contâncio – Assistente Social do Ministério Público de SC
Marluci Camila Gomes – Psicóloga do Lar dos Adolescentes
Leontina B. Pereira – Coordenadora do Lar da Criança
Eliane Schell – Assistente Social do Lar dos Adolescentes
Mariane Santos Faccin – Assistente Social do CRAS Promorar
Aniele Bioziussi – Psicóloga Lar da Criança Feliz
Carlos Augusto Silvestre – Conselheiro Tutelar
Juliana I. S. Gonçalves – Presidente do Grupo de Estudos e Apoio a Adoção Laços Encontrados
Itamar Telles - Coordenador do Lar dos Adolescentes
Tatiana Matias Lopes – Psicóloga do CREAS
Miriam Teresa S. Marcelino – Coordenadora Geral do CREAS
Aline Gonçalves de Almeida – Orientadora Educacional da Secretaria Municipal de Educação
Nayara Duarte – Fonoaudióloga do NASF-AB
Francine R. Ruhnen – Enfermeira do CAPSi
Eliane C. L. O. Viana – Enfermeira ESF da UBS Cidade Nova 2
Carolina Torres Guazzeli – Terapeuta Ocupacional do NASF-AB 2
Juliana A. Molinari – Enfermeira da UBS Fazenda
Daiane Gonçalves da Silva – Psicóloga do CAPSi
Luciana Duarte Manuel – Técnica em Enfermagem CAPSi
Ronan Adiel Pinheiro – Supervisor de Educação Especial da Rede Municipal de Ensino
Elisangela Candido – Coordenadora Jovem Aprendiz do Parque Dom Bosco
Giovanna C. Rocha – Psicóloga no Instituto Crescer
Schirlei Quadros – Coordenadora Pedagógica do Programa CAPACIT da APAE
Carlize Dias – Gestora do Programa CAPACIT da APAE
Jessica Pereira Cardoso – Psicóloga e Coordenadora Técnica do Amor Para Down
Cleusimar Torres Mattes – Assistente Social do CIEE
Sandra Mara de Andrade – Coordenadora do Instituto Crescer
Miriam Borges – Psicóloga do CIEE
Deyse Moraes dos Reis – Pedagoga do Instituto Crescer
Liliane Santos de Souza – Educadora Social da Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania
Alexandra Domingos Carneiro – Orientadora Educacional da Secretaria Municipal de Educação
Anderson Rafael Camargo Gomes – Educador do Parque Dom Bosco
Fabiana Cerato – Representante do Núcleo de Educação do Sistema FIESC
Alessandra Monestel – Nutricionista responsável pelo Programa de Nutrição Municipal
Monica Arruda Souza da Costa – Enfermeira da Secretaria Municipal da Saúde

EPÍGRAFE

A bailarina

Esta menina tão pequenina quer ser bailarina.

Não conhece nem dó nem ré mas sabe car na ponta do pé.

Não conhece nem mi nem fá mas inclina o corpo para cá e para lá

Não conhece nem lá nem si, mas fecha os olhos e sorri.

Roda, roda, roda, com os bracinhos no ar e não ca tonta nem sai do lugar.

Põe no cabelo uma estrela e um véu e diz que caiu do céu.

Esta menina tão pequenina quer ser bailarina.

Mas depois esquece todas as danças, e também quer dormir como as outras crianças.

Cecília Meireles¹

¹ Nasceu no Rio de Janeiro em 1901 e faleceu em 1963. Entre os diversos prêmios que conquistou, destaca-se o Jabuti de tradução da obra literária, pelo livro "Poemas de Israel". Atuou como jornalista em 1930 e 1931, publicou vários artigos sobre os problemas na educação e fundou em 1934 a primeira biblioteca infantil no Rio de Janeiro. Informações retiradas do site www.ebiogra.com e <http://www.colegioecologia.com.br>.

PREFÁCIO

A construção deste diagnóstico foi participativa, da coleta à análise de dados. Participaram a coordenação, os técnicos e a Comissão Intersectorial do COMDICA no seu acompanhamento.

O conteúdo deste Volume 05 buscou resguardar opiniões pessoais e crenças pré-estabelecidas sobre o tema e as problemáticas que o envolvem.

Importante ressaltar que a leitura do presente diagnóstico tem por base o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Esperamos que a leitura seja reflexiva e oriente de forma efetiva as políticas públicas e as ações da sociedade civil em benefício das crianças e dos adolescentes do município de Itajaí.

Dedicamos este projeto de pesquisa a todas as crianças e adolescentes residentes no município de Itajaí, a todas as instituições, conselheiros e pessoas que zelam por elas.

*Equipe Painel Pesquisas e Consultoria.
Outubro, 2019.*

A PALAVRA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA

O Diagnóstico da Realidade Social de Crianças e Adolescentes do Município de Itajaí, representa um grande avanço na perspectiva de ações na garantia dos direitos de crianças e adolescentes de nossa cidade. Representa o empenho e envolvimento de vários atores, que durante muitos anos ansiavam por esta conquista e solicitavam ao poder público sua elaboração.

Este trabalho direcionará os entes públicos para ações assertivas no que se refere a garantir, preservar e promover direitos, pois abrange todas as áreas afetas e correlatas a crianças e adolescentes. Com certeza possibilitará trabalhos mais eficazes e impactantes, especialmente no que se refere ao investimento do orçamento público municipal e dos serviços, programas e projetos, que poderão ser melhor adequados às demandas existentes para essa população, que deve ser a prioridade de qualquer cidade e merece toda nossa atenção e esforço, para serem bem atendidos em suas necessidades.

Muito ainda está por vir e fazer, pois o diagnóstico se configura como ponto de partida e não como uma ação em si, mas demonstra toda nossa preocupação na condição de gestores públicos que atuam diretamente nessa engrenagem que é a Política de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

A Secretaria de Promoção da Cidadania, juntamente com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente se orgulham de promover esta ação e agradecem a todos os envolvidos, em especial à empresa ganhadora do certame, Painel Pesquisas e Diagnósticos, e vislumbra um futuro promissor em nossa cidade na garantia dos direitos de crianças e adolescentes de Itajaí.

Christiane Stuart
Secretária de Promoção da Cidadania
Gestão 2017 - 2020

SIGLATÓRIO

BPC	Benefício da Prestação Continuada
CECAD	Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico
CEJA	Comissão Estadual Judiciária de Adoção
CEIJ	Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude
CEPIN/SC	Conselho Estadual dos Povos Indígenas
CIJ	Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil
CUIDA	Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo
DIAS	Diretoria de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MPSC	Ministério Público de Santa Catarina
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
RMA	Registro Mensal de Atendimento
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SDGCA	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
SIPIA	Sistema de Informação para a Infância e Adolescência
SSP/SC	Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TJSC	Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
UAI	Unidade de Acolhimento Institucional
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SST	Secretaria de Estado da Assistência, Trabalho e Habitação
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SST	Secretaria de Estado da Assistência, Trabalho e Habitação

LISTA DE INDICADORES

Indicador 1 – Violação do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer	36
Indicador 2 – Evasão ou Infrequência escolar	38
Indicador 3 – Lista de espera para vagas na Educação Infantil de 0 a 3 anos	40
Indicador 4 – Lista de espera para vagas na Educação Infantil de 4 a 5 anos	42
Indicador 5 – Infrequência escolar	44
Indicador 6 – Abandono escolar anos iniciais	46
Indicador 7 – Abandono escolar anos finais	48
Indicador 8 – Abandono escolar ensino médio	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa de denúncia de violação do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer	36
Tabela 2 – Taxa de denúncia de evasão ou infrequência escolar	38
Tabela 3 – Taxa de espera para vagas na Educação Infantil na faixa etária de 0 a 3 anos	40
Tabela 4 – Taxa de espera para vagas na Educação Infantil na faixa etária de 4 a 5 anos	42
Tabela 5 – Taxa de infrequência escolar na faixa etária de 6 a 17 anos	44
Tabela 6 – Taxa de abandono escolar nos anos iniciais	46
Tabela 7 – Taxa de abandono escolar nos anos finais	48
Tabela 8 – Taxa de abandono escolar no ensino médio	50
Tabela 9 – Mapa social de vulnerabilidade no direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer de Itajaí (Parte 1)	52
Tabela 10 – Crianças e adolescentes de 10 a 17 anos analfabetos	62
Tabela 11 – Crianças de 0 a 3 anos que frequentavam creche	63
Tabela 12 – Crianças de 4 a 5 anos que frequentavam creche	64
Tabela 13 – Adolescentes de 15 a 17 anos que frequentavam EJA	65
Tabela 14 – Crianças e adolescentes de 6 a 14 anos fora da escola	66
Tabela 15 – Adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola	67
Tabela 16 – Espaços ofertados nas escolas por rede de ensino	68
Tabela 17 – Espaços ofertados nas escolas por região	69
Tabela 18 – Espaços ofertados nas escolas para pessoas com necessidades especiais por rede de ensino	70
Tabela 19 – Espaços ofertados nas escolas para pessoa com necessidades especiais por região	71
Tabela 20 – Equipamentos existentes na escola por rede de ensino	72
Tabela 21 – Equipamentos existentes nas escolas por região	73
Tabela 22 – Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola por rede de ensino	74
Tabela 23 – Atividade complementar	74
Tabela 24 – Oferta de outros atendimentos nas escolas por região	75
Tabela 25 – Matriculados de 0 a 17 anos por rede de ensino	76
Tabela 26 – Características dos matriculados de 0 a 17 anos	76
Tabela 27 – Matriculados de 0 a 17 anos por faixa etária	77
Tabela 28 – Matriculados de 0 a 17 anos por faixa etária e rede de ensino	77
Tabela 29 – Matriculados de 0 a 17 anos em tempo integral por faixa etária	78
Tabela 30 – Matriculados por rede de ensino	79
Tabela 31 – Matriculados de 0 a 17 anos em tempo integral por região	80
Tabela 32 – Matriculados por faixa etária	81
Tabela 33 – Matriculados de 0 a 17 anos que utilizam o transporte escolar por região	82
Tabela 34 – Comparativo do rendimento escolar de Itajaí, Santa Catarina e Brasil	83
Tabela 35 – Rendimento escolar de Itajaí por rede de ensino	83
Tabela 36 – Rendimento escolar de Itajaí por escola	85
Tabela 37 – Perfil na denúncia de evasão ou infrequência escolar	87
Tabela 38 – Motivo da infrequência escolar	88
Tabela 39 – Matriculados de 0 a 17 anos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação	96

Tabela 40 – Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos com deficiência que frequentavam a escola	97
Tabela 41 – Perfil a denúncia de violação do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer	115
Tabela 42 – Principais fatos comunicados	115

SUMÁRIO

PARTE I	20
1. APRESENTAÇÃO	20
PARTE II	21
2. NOTAS METODOLÓGICAS	21
2.1. DIVISÃO TERRITORIAL	21
2.2. IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO	25
2.3. COLETA E TRATAMENTO DE DADOS	25
2.4. CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ANÁLISE ESTATÍSTICA	26
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER	28
4. MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO RELACIONADA AO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER	31
PARTE III	36
5. INDICADORES SOCIAIS	36
6. MAPA SOCIAL	52
7. MATRIZ DE CORRELAÇÃO	55
8. ESTATÍSTICAS COMPLEMENTARES	57
8.1. INFORMAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO	60
8.1.1. SITUAÇÃO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SEGUNDO O IBGE	61
8.1.2. SITUAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SEGUNDO O CENSO ESCOLAR	68
8.1.2.1. RENDIMENTO ESCOLAR	83
8.1.2.2. INFREQUÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR SEGUNDO O APOIA	87
8.1.3. EDUCAÇÃO ESPECIAL	89
8.1.4. PROGRAMAS E PROJETOS DA EDUCAÇÃO	98
8.2. INFORMAÇÕES SOBRE ESPORTE, CULTURA E LAZER	101
8.3. INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS	112
8.4. VIOLAÇÕES DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER	114
9. PESQUISA QUALITATIVA	116
9.1. A PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES	117
9.2. A PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS	120
PARTE IV	124
10. RECOMENDAÇÕES	124
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
12. GLOSSÁRIO DE TERMINOLOGIAS	131
13. REFERÊNCIAS	134

INTRODUÇÃO

No intuito de organizar os dados compilados por este diagnóstico, os resultados serão apresentados em seis volumes diferentes, os quais contemplam:

- **Volume 01** – Informações introdutórias do diagnóstico, os dados do perfil socioeconômico, o mapeamento da rede de atendimento no município, e as pesquisas de percepção com adolescentes de 12 a 17 anos de idade e com pais e responsáveis;
- **Volume 02** – Informações sobre os serviços relacionados ao direito à convivência familiar e comunitária, incluindo os dados de acolhimento e adoção;
- **Volume 03** – Informações relacionadas ao eixo de direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, incluindo temas como violências e violações de direito, prática de atos infracionais e cumprimento de medidas socioeducativas;
- **Volume 04** – Informações sobre o serviço relacionado ao eixo de direito à vida e à saúde, em que são abordadas temáticas como gravidez na adolescência, mortalidade, agravos em saúde, saúde mental e os dados pertinentes à pessoa com deficiência;
- **Volume 05** – Informações pertinentes ao eixo de direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, compreendendo temas como a infraestrutura, o acesso e a permanência no sistema educacional, aprovação, rendimento, abandono, projetos, programas e ações nos âmbitos da cultura, do esporte e do lazer;
- **Volume 06** – Informações sobre o eixo de direito à profissionalização e à proteção no trabalho, incluindo temas como o programa Jovem Aprendiz, e as notificações de situações de trabalho infantil no município;

Cada volume está organizado em quatro partes, que por sua vez estão subdivididas em capítulos. A Parte I contempla a apresentação, a contextualização do eixo de direito pertinente a cada volume, e as notas metodológicas, que inclui a divisão territorial e os métodos estatísticos aplicados. Na Parte II estão inseridos os resultados estatísticos, que consistem em indicadores sociais representados na forma de cartogramas (mapas), as estatísticas complementares com tabelas, gráficos, infográficos e comentários, e por fim os relatos das pesquisas qualitativas. E, na Parte III, estão inseridas as considerações finais e recomendações.

PARTE I

1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico da Realidade Social da Infância e Adolescência de Itajaí é realizado pela primeira vez e representa um marco na efetivação dos direitos da criança e do adolescente no município. Fruto de iniciativa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), da antiga Secretaria Municipal da Criança, do Adolescente e da Juventude, hoje Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania, e dos demais atores do Sistema de Garantia de Direitos, tem como principal objetivo subsidiar as instâncias governamentais e não governamentais na formulação e execução assertivas das políticas públicas direcionadas para a infância e adolescência, como forma de aproximar o poder público e a sociedade civil da realidade social na qual elas estão inseridas.

Portanto, este projeto foi idealizado de modo que possa retratar o panorama situacional por território das crianças e adolescentes residentes em Itajaí, por meio da apresentação de indicadores sociais construídos e formatados a partir dos eixos de direitos fundamentais preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assim como de indicadores socioeconômicos e do resultado das pesquisas de percepção, cuja compilação almeja desenhar o retrato do perfil da população e do público estudado.

Seu conteúdo foi elaborado a partir da coleta e análise de dados fornecidos por instituições municipais que realizam atendimento ao público em epígrafe, como também de informações secundárias sistematizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e de pesquisas de percepção realizadas no município com pais, responsáveis, adolescentes e com a rede de atendimento do Sistema de Garantia de Direitos (SGDCA).

Utilizou-se como norte construtivo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e demais instrumentos normativos vinculados ao tema, com destaque à Resolução 113/2016 do CONANDA – que trata da implementação e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) – assim como foram precisamente seguidas as orientações contidas no Edital Concorrência nº 001/2017 FMACA, Processo Administrativo nº 2640043/2017.

Ademais, durante o projeto foram realizadas reuniões mensais, das quais participaram membros da Comissão de Acompanhamento Municipal da equipe da Painel Pesquisas e Consultoria e um corpo técnico especializado atuante no município, conferindo à sua elaboração um caráter construtivo e integrativo na concepção e estruturação das diretrizes para sua execução e finalização.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER

A promulgação da Constituição Federal de 1988, e posteriormente a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, são dois marcos legais importantes para a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, ao inserir no ordenamento jurídico brasileiro aspectos do princípio da proteção integral, que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direito, dotados de prioridade absoluta em virtude de sua condição de desenvolvimento enquanto pessoa.

Tal doutrina encontra respaldo legal em três importantes artigos, o artigo 227, da Constituição da República Federativa do Brasil e artigos 3º e 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente que atribui como dever tríplice do Estado, da família e da sociedade garantir a tais indivíduos seus direitos fundamentais já expressamente garantidos pelos artigos 5º e 6º da Constituição - necessários para sua sobrevivência, desenvolvimento pessoal, social, integridade física, psicológica e moral - além de protegê-los de forma especial, ou seja, através da criação de dispositivos legais especiais.

Em termos práticos, significa que crianças e adolescentes gozam das prioridades e das primazias dos atendimentos previstos em lei no que se refere à sua proteção, incluindo o socorro em quaisquer circunstâncias; a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; a preferência na formulação e na execução das políticas, por meio da destinação privilegiada de recursos com fins de promoção, defesa e proteção à infância e à juventude.

Dentre tais direitos fundamentais, expressamente previstos no artigo 227 da Constituição, e aprofundando-se na temática deste volume – que trata do eixo de direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer – e perquirindo a legislação vigente no país, observa-se que a educação é direito basilar do indivíduo, taxada pelo artigo 6º da Constituição Federal como direito fundamental social inerente ao indivíduo e posteriormente atribuída pelo artigo 205, do mesmo dispositivo legal, como direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A criança e adolescente, como indivíduo em desenvolvimento e agente transformador social tem o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer reforçados pelos artigos 53 à 59 do ECA, visando o “pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (artigo 53).

As doutrinadoras Camila Teixeira Heleno e Simone Monteiro Ribeiro (2010, p. 220) explicam que o direito à educação é de suma importância para o processo de formação integral da criança e do adolescente para que estes exerçam da forma mais adequada possível sua cidadania. O direito à cultura amplia seus pensamentos ao permitir-lhes um conhecimento maior de valores e comportamentos socialmente difundidos, ao passo que os direitos ao esporte e ao lazer possibilitam uma integração social e uma melhora em sua saúde física e mental.

Nos termos do artigo 208, inciso I da Carta Magna, o direito à educação compreende a educação básica de caráter obrigatório e gratuito, a qual inclui a educação infantil e ensino fundamental, e o ensino médio, devendo ser assegurado de maneira ampla e irrestrita a todas as crianças e adolescentes, incluindo os que estejam internados ou cumprindo medida socioeducativa diversa, ou àqueles que não tiveram acesso em idade própria.

Em 1996 foi aprovada a Lei nº 9.394/1996, chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instrumento normativo que regulamenta o sistema educacional, de caráter público ou privado, no Brasil, compreendendo da educação básica ao ensino superior. Tal lei reforça o texto constitucional e estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Além disso, trata das modalidades que perpassam os níveis educacionais, quais sejam: a educação especial, que assegura aos educandos com necessidades especiais o acesso à educação, preferencialmente na rede regular de ensino, atendidas suas limitações; a educação à distância; a educação de formação profissional e tecnológica; a educação de jovens e adultos; e a educação indígena.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional assevera que, para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o poder público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino (art. 5º, § 5º), podendo organizar-se de diferentes formas para garantir o processo de aprendizagem (art. 23).

Dentre as circunstâncias que exigem formas alternativas de acesso e organização do ensino, estão aquelas que caracterizam a produção intelectual no campo da educação especial. Para os educandos com necessidades educacionais especiais, os sistemas de ensino deverão assegurar currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades (art. 59). Por sua vez, o Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução nº 02/2001, define como educandos com necessidades educacionais especiais, aqueles que apresentam dificuldades de acompanhamento das atividades curriculares por condições e limitações específicas de saúde (art.13, §1º e 20º).

Sem dúvidas, a família é importante para a formação da criança e do adolescente, pois é nela que se inicia o processo de desenvolvimento individual, emocional, intelectual e de preparação para o futuro do ser humano, tendo a escola o papel de contribuir neste processo de formação e desenvolvimento, pois é no âmbito escolar em que é reforçado o aprendizado de noções de socialização e respeito ao próximo, do exercício da cidadania e do convívio com as diferenças e com as adversidades. A escola é parte integrante do processo de educação, e não se limita ao aprendizado e cognição, tendo por objetivo a construção, elaboração, apreensão e formulação de conhecimentos que convergem para a formação da pessoa humana, também em valores, comportamentos e atitudes.

É certo que família, sociedade e escola devem trabalhar em conjunto e que compete aos pais ou responsáveis legais a obrigatoriedade de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino, zelando por sua frequência, conforme preceitua o artigo 55 do ECA, assim como a escola deve priorizar a inclusão dos pais e responsáveis na rotina educacional de seus filhos. Prevê ainda o estatuto, através do artigo 56, que a escola tem a obrigatoriedade de comunicar ao Conselho Tutelar - órgão responsável por atuar e zelar pela defesa, proteção e cumprimento dos direitos da criança e adolescente – os casos que envolvem maus tratos ou qualquer forma de violação de direito, infrequência ou evasão escolar, e elevados níveis de repetência.

Ainda dentro deste eixo de direito e no que tange ao processo educacional, o estatuto também prevê que sejam asseguradas condições educacionais de modo a respeitar os valores culturais, artísticos e históricos e que seja garantida a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura (artigo 58). Da mesma forma, o artigo 59 estabelece que seja estimulado e facilitada a destinação de recursos e espaços públicos – tanto da União, estado e município – para a promoção de práticas e atividades culturais, esportivas e de lazer para a infância e juventude.

PARTE II

3. NOTAS METODOLÓGICAS

Este é o segundo dos seis volumes que integram a coletânea de relatórios do Diagnóstico da Realidade Social da Infância e Adolescência do Município de Itajaí, em que serão apresentadas as informações sobre os serviços relacionados ao Eixo de Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.

Adiante serão apresentadas e detalhadas as notas metodológicas referentes às etapas que embasaram a elaboração do diagnóstico, como a divisão territorial, a identificação e mapeamento da rede de atendimento, a coleta, o tratamento e a padronização dos dados coletados, as técnicas estatísticas utilizadas na análise, e a forma de apresentação dos resultados.

3.1. DIVISÃO TERRITORIAL

A definição do território compreende a primeira e uma das mais importantes etapas do projeto, porque sua organização e compilação é determinante para apresentar os resultados estatísticos por regiões com características diferentes entre si. *“O território em si não é um conceito, ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam”* (Milton Santos, 2000). Portanto, território não é o que vemos ao primeiro olhar, é o espaço relacional, vivido e construído cotidianamente, dentre seus interesses, disputas, conflitos e contradições, mas também lugar de oportunidades, inovação, criatividade, solidariedade, cultura, valores dos indivíduos e grupos e a existência e acesso a políticas públicas, serviços de proteções ofertadas, participação, habilidades, redes e parcerias, na construção do diagnóstico territorial e o trabalho a ser desenvolvido com as famílias.

Ressalta-se que um diagnóstico sério, conciso e capaz de produzir resultados transformativos para o subsídio e direcionamento assertivo de políticas públicas, requer uma metodologia de execução que contemple a territorialização pautada na realidade social do município, já que a apresentação de dados obtidos apenas pela média municipal mascaram as diferenças sociais e econômicas que existem entre os bairros e áreas rurais, limitando e engessando as ações do poder público.

2 Setor Censitário é unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil (IBGE, 2019).

Considerando que a principal fonte para estudos e pesquisas do Brasil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão público responsável pela gestão de geociências, estatísticas sociais, demográficas e econômicas do país - cuja sistematização e divulgação de seus dados oficiais é organizada por setor censitário² - a divisão territorial de Itajaí foi estruturada a partir dos bairros e localidades, respeitando a delimitação geográfica dos setores censitários do IBGE.

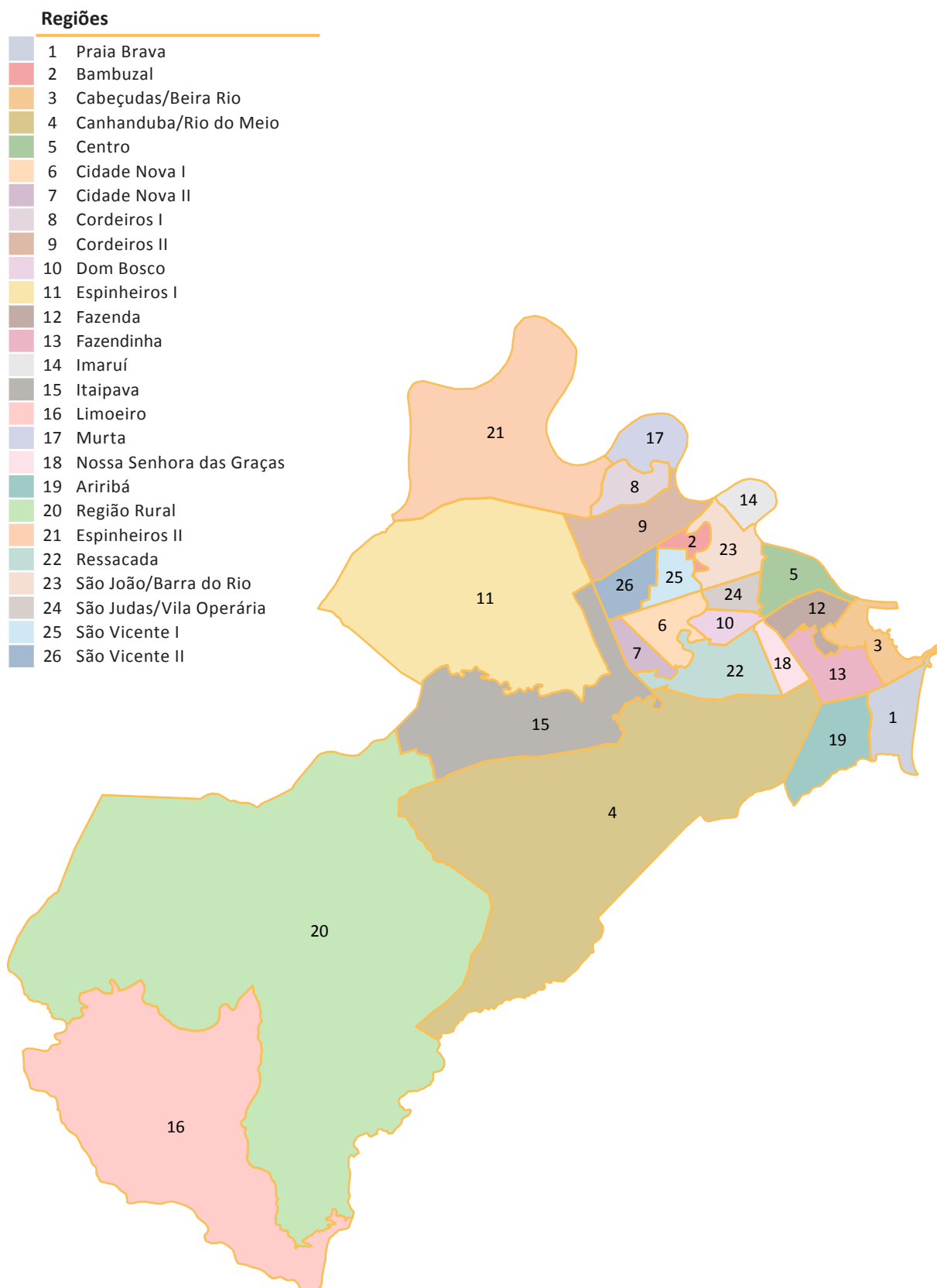
Com o auxílio do corpo técnico da Secretaria Municipal de Urbanismo, a divisão territorial para fins do diagnóstico, resultou em 26 regiões geográficas com perfil socioeconômico mais homogêneo entre si e que estão representadas no quadro a seguir.

Quadro 1 – Classificação das regiões do município de Itajaí

Legenda	Região Geográfica	Bairro Oficial	Localidades
1	Praia Brava	Praia Brava	Praia Brava (exceto região do Ariribá)
2	Bambuzal	São Vicente	Bambuzal, Jardim Estefano, Jardim Katia, Dona Catarina, Jardim Francelino, Jardim Acaraí, Jardim Rio Novo, Jardim Ori, Nossa Senhora Aparecida
3	Cabeçudas/ Beira Rio	Cabeçudas, Fazenda	Cabeçudas, Fazenda (região da Beira Rio)
4	Canhanduba/ Rio do Meio	Canhanduba, Rio do Meio	Canhanduba, Rio do Meio, Baía
5	Centro	Centro	Centro
6	Cidade Nova I	Cidade Nova	Promorar, Jardim Danielle, Cidade Nova, Vitorino, Jardim das Flores, Jardim Quero-Quero, Jardim Pacheco
7	Cidade Nova II	Cidade Nova	Avelino Werner I e II, Mariquinha Brasil
8	Cordeiros I	Cordeiros	Parque Residencial Luciana, Jardim Esperança, Santa Maria, Vila Araguaia, Jardim da Figueira, Parque Residencial Bertoldo Michels, Condomínio. Industrial Teporti, Jardim Progresso, Jardim Esmeralda, Jardim Cordeiros, Jardim Juliete, Jardim Clara, Jardim Cleide
9	Cordeiros II	Cordeiros	Costa Cavalcanti, Jardim Votorantim, Vila 1º de Maio, Jardim Violino, Parque Residencial Lar Brasileiro, 3º Distrito Industrial, Celeste Girardi, Jardim São Francisco, Conjunto Residencial Abdon Fóes, Dona Guilhermina, Loteamento Olímpico
10	Dom Bosco	Dom Bosco	Dom Bosco
11	Espinheiros I	Espinheiros I	Espinheiros, Espinheirinhos, Portal I, São Roque, Rio Novo, Colônia Japonesa
12	Fazenda	Fazenda	Fazenda (exceto região da Beira Rio e da Fazendinha)

Legenda	Região Geográfica	Bairro Oficial	Localidades
13	Fazendinha	Fazenda	Fazendinha
14	Imaruí	Barra do Rio	Imaruí, Jardim Eliana, 1º Distrito Industrial, Leopoldo Zarling
15	Itaipava	Itaipava	Itaipava
16	Limoeiro	Limoeiro	Limoeiro
17	Murta	Cordeiros	Murta
18	Nossa Senhora das Graças	Ressacada	Nossa Senhora das Graças
19	Ariribá	Praia Brava	Ariribá
20	Região Rural	Paciência, Brilhante I e II, Campeche	Paciência, Brilhante I e II, Campeche, Arraial dos Cunha, Km12, Laranjeiras
21	Espinheiros II	Espinheiros I	Volta de Cima, Santa Regina, Portal II, Salseiros
22	Ressacada	Ressacada (exceto Nossa Senhora das Graças)	Ressacada (exceto Nossa Senhora das Graças)
23	São João/Barra do Rio	Barra do Rio (exceto Imaruí), São João	Barra do Rio (exceto Imaruí), São João, Curt Hering, Madereira Vila II, Jardim do Sol, Florestal, Alvorada, Vila Todeschini, Navegação Itajaí II
24	São Judas/Vila Operária	São Judas, Vila Operária	São Judas, Vila Operária, Fiuza Lima
25	São Vicente I	São Vicente	Santo Antônio, Jardim Paraíso, Jaí-Açú, Jardim Operário, Mário Razzini, Japonês, Jardim Katia, Dona Catarina, Jardim Francelino, Jardim Acaraí, Jardim Olimpikus, Jardim Tarumã, Jardim Ipiranga, Jardim São Vicente, Jardim Ipiranga, Rio Azul, Jardim Emita
26	São Vicente II	São Vicente	Nilo Bittencourt, Rio Bonito, Jardim Rio Bonito, Vila 1º de Maio, Copas do Vale, Pedro Paulo Rebello

Mapa 1 – Divisão territorial das regiões do município de Itajaí



3.2. IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO

Nesta etapa foi realizado, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico, o mapeamento de toda a rede que presta atendimento à criança e ao adolescente no município de Itajaí, incluindo os programas e projetos existentes nas secretarias municipais, e demais instituições governamentais ou não governamentais. É através do mapeamento da rede que a coleta de dados primários é dirigida e seu corpo estrutural está detalhadamente apresentado no Volume I.

3.3. COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

Para a construção deste volume foram coletados dados primários³ e secundários⁴ referentes ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, e, em alguns casos, quando disponíveis, de 2018. Ressalta-se que o ano de informação, assim como a fonte de dados, estarão sempre referenciados ao final de cada tabela. O Quadro a seguir, mostra a catalogação dos dados utilizados.

Quadro 2 – Fonte de dados

Pesquisa documental de dados primários	Fichas de atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar
	Fichas de atendimento do PAIF, prestados pelo CRAS
	Fichas de atendimento do PAEFI, prestados pelo CREAS
	Fichas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
	Ficha de atendimento das unidades de Acolhimento Institucional
	Processos de adoção tramitantes na Vara da Infância e Juventude (TJSC)
Pesquisa documental de dados secundários	Censo demográfico do IBGE (2010) – microdados e agregados
	CadÚnico da Secretaria Municipal de Assistência Social
	Censo Escolar do Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP)
	DATASUS (SIM, SINASC, SINAN, etc.) da Secretaria Municipal da Saúde
	RAIS E CAGED – Ministério da Economia
Informações das instituições não governamentais vinculadas ou inscritas no COMDICA	
Pesquisas de percepção e qualitativa	Pesquisa quantitativa com adolescentes (de 12 a 17 anos) do município
	Pesquisa quantitativa com pais ou responsáveis de crianças e adolescentes
	Pesquisa qualitativa em profundidade relacionada ao tema de cada direito

3 Dados primários compreendem os dados brutos coletados pela Painel Pesquisas junto aos entes públicos e instituições que compõem o mapeamento da rede de atendimento do município, sendo que muitos deles encontram-se em fichas físicas.

4 Dados secundários compreendem informações já coletadas, organizadas, sistematizadas e disponibilizadas por órgãos e entidades oficiais, como o IBGE, DATASUS, entre outros.

As pesquisas de percepção, de forma geral, compreendem dados coletados pela Painel Pesquisas e Consultoria a partir de uma metodologia quantitativa desenvolvida para investigar a percepção do público a que é direcionada. Sua sistematização será apropriadamente detalhada no Volume 01. Já as pesquisas qualitativas em profundidade, cuja metodologia e público a ser aplicado variam de acordo com o objetivo de investigação de cada eixo, serão apresentadas em capítulo próprio no volume que trata do tema correspondente.

Evidencia-se que, previamente à análise, foram realizados procedimentos de tratamento, higienização e padronização dos dados coletados, para correção de registros incompletos, duplicados, ou de qualquer outro tipo de inconsistência que pudessem comprometer a qualidade das informações para análise.

Sua formatação e padronização foi realizada a partir da expertise de trabalho desenvolvida pela Painel Pesquisas e Consultoria, por meio da criação de categorias de agrupamento da informação, fundamentadas a partir dos instrumentos normativos que orientam as políticas públicas de atendimento do público objeto deste estudo.

3.4. CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ANÁLISE ESTATÍSTICA

Todos os dados coletados foram tratados e mensurados a partir de técnicas estatísticas cuja apresentação será realizada por meio de indicadores sociais e análises descritivas, em conjunto com tabelas, gráficos e infográficos, de modo a facilitar a sua visualização e compreensão, com o objetivo de traduzir, quantificar e mensurar em números os aspectos da realidade social do município.

Os indicadores serão apresentados em percentuais ou em taxas por habitantes, sendo que em alguns casos o cálculo foi realizado a partir de mil e em outros a partir de cem mil habitantes, conforme será demonstrado em cada indicador. Ressalta-se que o cálculo é proporcional à população residente na região, o que permite equalizar as regiões, independentemente do número de casos, pois estes são analisados proporcionalmente ao total da sua população residente.

A classificação dos indicadores será apresentada em *Quantil*, que são pontos de corte que dividem um intervalo de dados em partes iguais ordenados de forma crescente. Os quantis mais comuns têm nomes especiais, conforme o número de partes em que são divididos:

- Percentil para 100 grupos/partes, cada uma com 1% dos dados;
- Quintil para 5 grupos/partes, cada uma com 20% dos dados;
- Quartil para 4 grupos/partes, cada uma com 25% dos dados;
- Tercil para 3 grupos/partes, cada uma com 33,3% dos dados.

Assim, considerando o número de divisões territoriais deste diagnóstico priorizou-se a utilização do Quintil. Todavia, em situações em que houver muitas taxas ou percentuais em números iguais, possivelmente os dados serão apresentados em menores divisões, de modo a possibilitar maior uniformidade na visualização e na classificação dos grupos. *Quintil*⁵, o qual divide e ordena os indicadores em cinco partes iguais, conforme quadro a seguir:

Quadro 3 – Ilustração do método *Quintil*

Primeiro Quintil	Segundo Quintil	Terceiro Quintil	Quarto Quintil	Quinto Quintil
É o valor até o qual se encontra 20% da amostra ordenada	É o valor até o qual se encontra 40% da amostra ordenada	É o valor até o qual se encontra 60% da amostra ordenada	É o valor até o qual se encontra 80% da amostra ordenada	É o valor até o qual se encontra 100% da amostra ordenada
Muito Baixo Indicadores na extremidade inferior = Os 20 % menores	Baixo = Dos 21% até os 40% maiores	Médio Indicadores próximos à <i>Mediana</i> = Dos 41% até os 60% maiores	Alto = Dos 61% até os 80% maiores	Muito Alto Indicadores na extremidade superior = Dos 81% maiores até o 100%
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

Também foi apresentado o cálculo que mostra a diferença proporcional entre o menor e o maior indicador, com o objetivo de evidenciar o intervalo entre o menor e o maior indicador. Ressalta-se que para o cálculo da diferença serão desprezados os indicadores iguais a 0 (zero), sendo, portanto considerado como menor indicador aquele que apresentar o menor número diferente de 0 (zero).

Quadro 4 – Fórmula para cálculo da diferença entre as regiões

$$\frac{\text{Maior Indicador} - \text{Menor Indicador}}{\text{Menor Indicador}} = \text{Diferença}$$

5 TRIOLA, MARIO FERREIRA. Introdução à Estatística. 7ª Edição. 1999 – Versão traduzida para a língua portuguesa.

PARTE III

4. INDICADORES SOCIAIS

A taxa de denúncia de violação do direito à educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer em Itajaí é de 7,6 a cada mil habitantes de 0 a 17 anos, sendo que a diferença entre a região com a menor taxa (Limoeiro) e a região com a maior taxa (Espinhoiros II) é de quase 20 vezes.

Tabela 1 – Taxa de denúncia de violação do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer

	Região	Ocorrências no CT	População de 0 a 17 anos	Taxa Região (1.000 hab.)
Muito Baixo	16 Limoeiro	1	1.104	0,9
	22 Ressacada	2	754	2,7
	19 Ariribá	2	735	2,7
	25 São Vicente I	8	2.837	2,8
	3 Cabeçudas/Beira Rio	2	652	3,1
Baixo	23 São João/Barra do Rio	13	2.992	4,3
	1 Praia Brava	2	440	4,5
	20 Região Rural	4	888	4,5
	5 Centro	9	1.982	4,5
	6 Cidade Nova I	22	4.546	4,8
	Médio	2 Bambuzal	9	1.656
9 Cordeiros II		30	4.990	6,0
24 São Judas/Vila Operária		10	1.627	6,1
7 Cidade Nova II		15	2.402	6,2
8 Cordeiros I		27	4.186	6,5
Alto	18 Nossa Senhora das Graças	5	771	6,5
	10 Dom Bosco	11	1.592	6,9
	15 Itaipava	11	1.439	7,6
	17 Murta	15	1.825	8,2
	12 Fazenda	11	1.296	8,5
Muito Alto	13 Fazendinha	16	1.763	9,1
	14 Imaruí	15	1.550	9,7
	26 São Vicente II	48	4.618	10,4
	4 Canhanduba/Rio do Meio	8	727	11,0
	11 Espinhoiros I	25	1.720	14,5
	21 Espinhoiros II	30	1.595	18,8
	Em situação de rua	0	-	-
	Outros municípios	6	-	-
	Não informado	30	-	-
	Itajaí	387	50.687	7,6

Indicador 1 Violação do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer

Definição:
número de ocorrências de violação do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer de crianças e adolescentes sobre o total da população desse grupo por região.

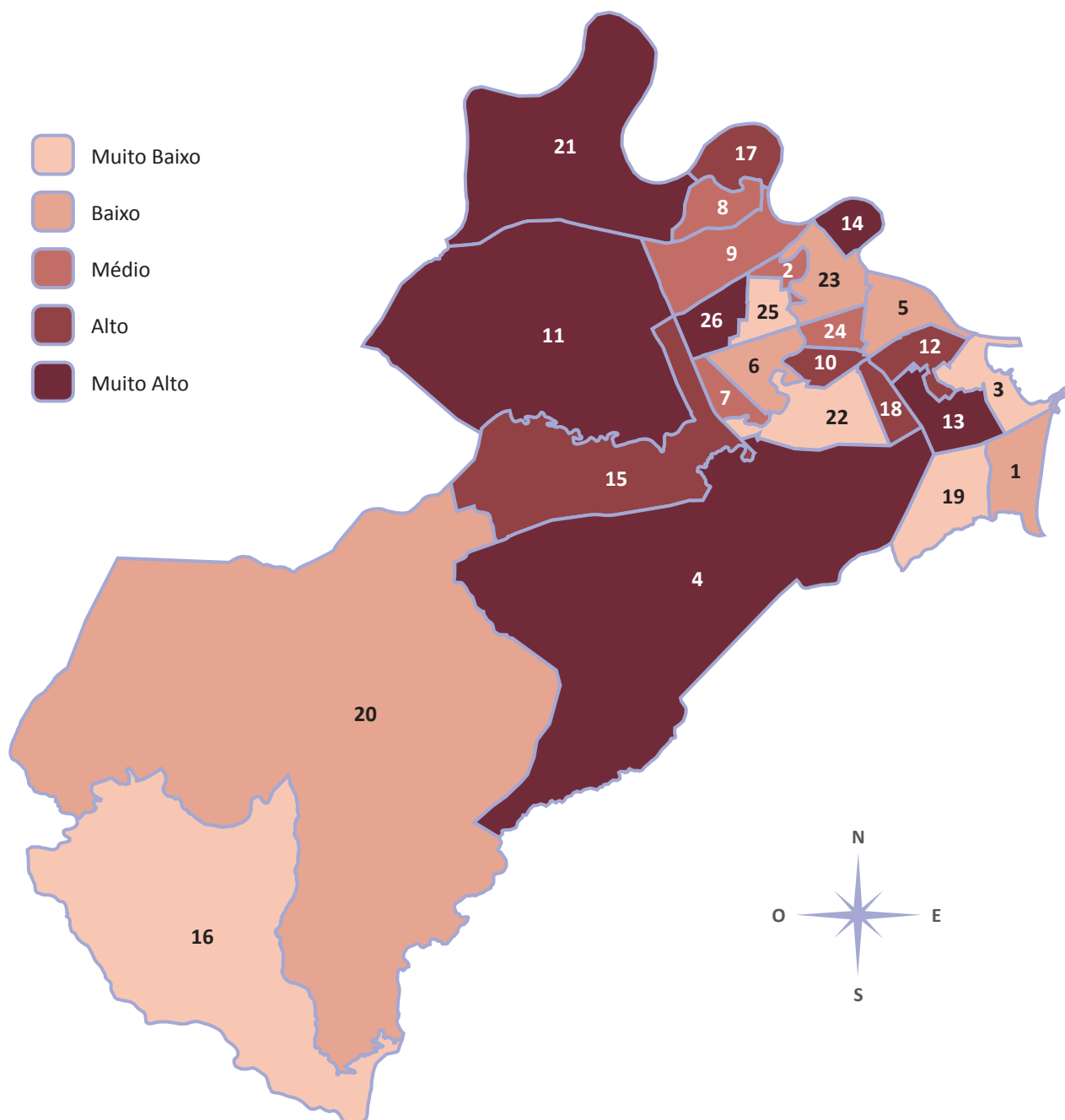
Menor valor	Limoeiro	0,9
Média	Itajaí	7,6
Maior valor	Espinhoiros II	18,8

DIFERENÇA:
19,9 vezes
É a diferença proporcional entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

Fonte: Conselho Tutelar, SSP/SC e SINAN, 2017.

Representação gráfica do indicador violação do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer por região geográfica

O mapa a seguir, mostra a divisão das regiões do município de Itajaí em cinco categorias classificadas pelo método *quintil* indicando as regiões com maior e a menor incidência de taxas acima da média geral do município conforme a escala de cores.



Também foi calculado o indicador de infrequência e evasão escolar com base nos registros do Conselho Tutelar. Todavia, tendo em vista que o fluxo do APOIA contempla a atuação tríplice e articulada entre Ministério Público, Conselho Tutelar e as Escolas, é importante esclarecer que os dados deste indicador são parciais, porém importantes para contextualizar o cenário do eixo de educação. Assim, com base nos registros do Conselho Tutelar, a taxa de infrequência e evasão escolar de Itajaí é de 2,1 crianças ou adolescentes a cada mil matriculados (enquanto que a taxa com base no APOIA é de 8), sendo a Fazendinha a região com a maior taxa (6,2). Também é importante evidenciar que as regiões que não apresentam nenhuma notificação durante o ano de 2017 são diferentes das regiões do indicador calculado com base no APOIA (indicador 4).

Tabela 2 – Taxa de denúncia de evasão ou infrequência escolar

	Região	Notificações	População de 0 a 17 anos	Taxa região (1.000 hab.)
Muito Baixo	1 Praia Brava	0	440	0,0
	2 Bambuzal	0	1.656	0,0
	19 Ariribá	0	735	0,0
	25 São Vicente I	2	2.837	0,7
	6 Cidade Nova I	4	4.546	0,9
Baixo	16 Limoeiro	1	1.104	0,9
	9 Cordeiros II	5	4.990	1,0
	11 Espinheiros I	2	1.720	1,2
	24 São Judas/Vila Operária	2	1.627	1,2
	7 Cidade Nova II	3	2.402	1,2
Médio	18 Nossa Senhora das Graças	1	771	1,3
	22 Ressacada	1	754	1,3
	4 Canhanduba/Rio do Meio	1	727	1,4
	15 Itaipava	2	1.439	1,4
	3 Cabeçadas/Beira Rio	1	652	1,5
Alto	8 Cordeiros I	7	4.186	1,7
	26 São Vicente II	8	4.618	1,7
	10 Dom Bosco	3	1.592	1,9
	5 Centro	4	1.982	2,0
	20 Região Rural	2	888	2,3
Muito Alto	23 São João/Barra do Rio	8	2.992	2,7
	17 Murta	5	1.825	2,7
	12 Fazenda	4	1.296	3,1
	21 Espinheiros II	7	1.595	4,4
	14 Imaruí	9	1.550	5,8
	13 Fazendinha	11	1.763	6,2
	Em situação de rua	0	-	-
	Outros municípios	5	-	-
	Não informado	9	-	-
	Itajaí	107	50.687	2,1

Indicador 2 Evasão ou Infrequência escolar

Definição:
percentual de adolescentes, com idade de 12 a 17 anos, responsáveis por domicílio.

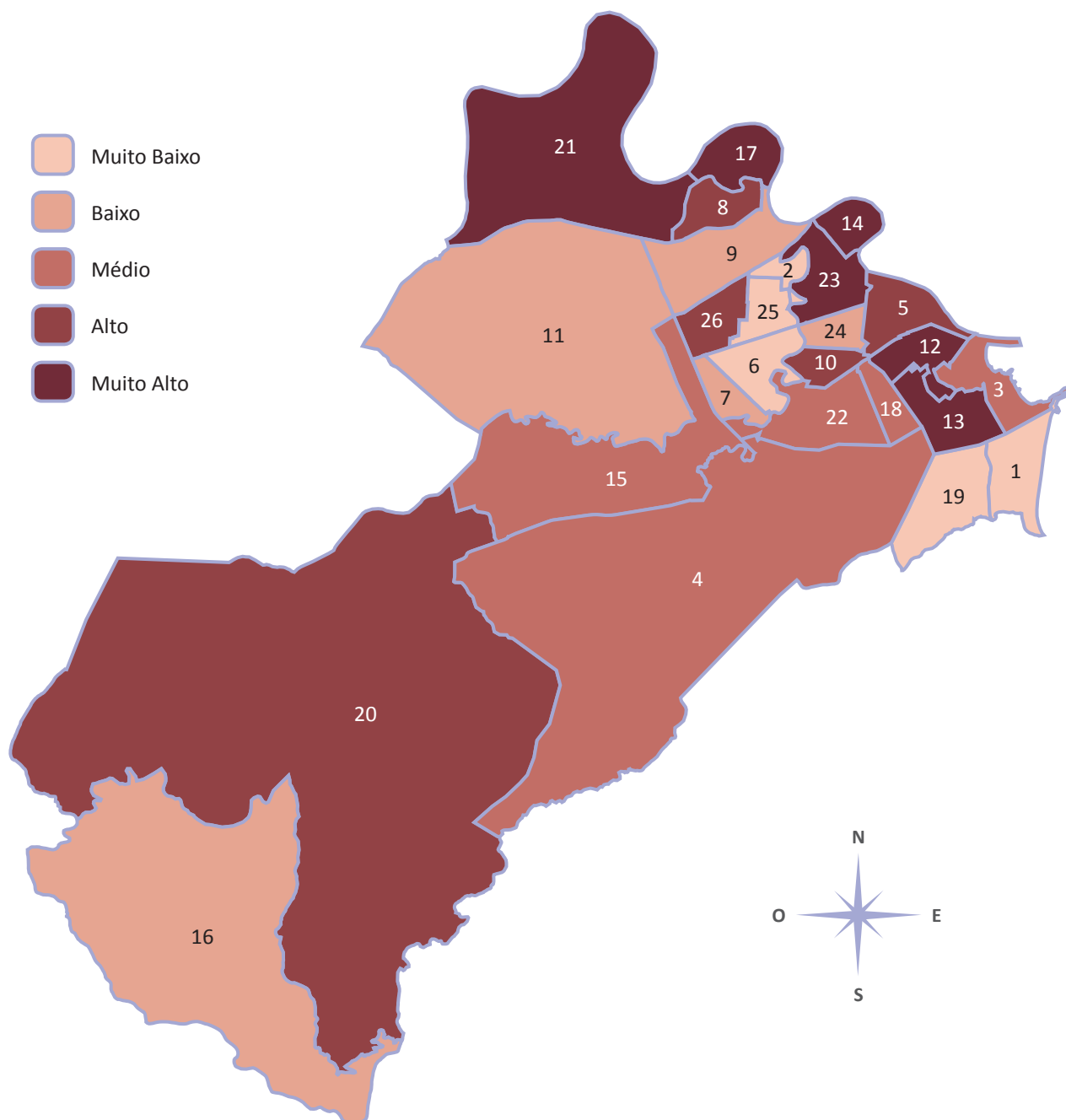
Menor valor	São Vicente I	0,7
Média	Itajaí	2,1
Maior valor	Fazendinha	6,2

DIFERENÇA:
7,9 vezes
É a diferença proporcional entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

Fonte: Conselho Tutelar, SSP/SC e SINAN, 2017.

Representação gráfica do indicador evasão ou infrequência escolar por região geográfica

O mapa a seguir, mostra a divisão das regiões do município de Itajaí em cinco categorias classificadas pelo método *quintil* indicando as regiões com maior e a menor incidência de taxas acima da média geral do Município conforme a escala de cores.



A cada mil crianças de 0 a 3 anos, Itajaí tem em média 187,9 na fila de espera para a Educação Infantil. A região mais crítica é a Espinheiros II, com mais crianças na fila de espera do que a contagem da população de 2010. Provavelmente, alguma questão de aumento da população na região esteja interferindo nesta informação, como condomínios populacionais instalados depois do ano de 2010.

Tabela 3 – Taxa de espera para vagas na Educação Infantil na faixa etária de 0 a 3 anos

	Região	Total populacional de 0 a 3 anos	Lista de espera de 0 a 3 anos	Taxa de Espera de 0 a 3 anos
Muito Baixo	4 Canhanduba/Rio do Meio	144		0,0
	5 Centro	351		0,0
	9 Cordeiros II	1.041		0,0
	13 Fazendinha	368		0,0
	1 Praia Brava	154		0,0
	22 Ressacada	160		0,0
	24 São Judas/Vila Operária	310		0,0
Baixo	18 Nossa Senhora das Graças	161	1	6,2
	23 São João/Barra do Rio	541	6	11,1
	8 Cordeiros I	790	17	21,5
	14 Imaruí	309	11	35,6
Médio	12 Fazenda	256	22	85,9
	11 Espinheiros I	346	33	95,4
	25 São Vicente I	594	60	101,0
	3 Cabeçudas/Beira Rio	105	17	161,9
	20 Região Rural	194	34	175,3
Alto	6 Cidade Nova I	891	185	207,6
	10 Dom Bosco	337	74	219,6
	16 Limoeiro	227	54	237,9
	15 Itaipava	266	67	251,9
	7 Cidade Nova II	486	133	273,7
Muito Alto	26 São Vicente II	916	254	277,3
	19 Ariribá	101	40	396,0
	2 Bambuzal	329	147	446,8
	17 Murta	391	298	762,1
	21 Espinheiros II	363	451	1.242,4
Itajaí		10.131	1.904	187,9

Indicador 3

Lista de espera para vagas na Educação Infantil de 0 a 3 anos

Definição:

taxa de espera por vaga em escola na faixa etária de 0 a 3 anos sobre o total da população desse grupo por região.

Menor valor	Nossa Senhora das Graças	6,2
Média	Itajaí	187,9
Maior valor	Espinheiros II	1.242,4

DIFERENÇA:

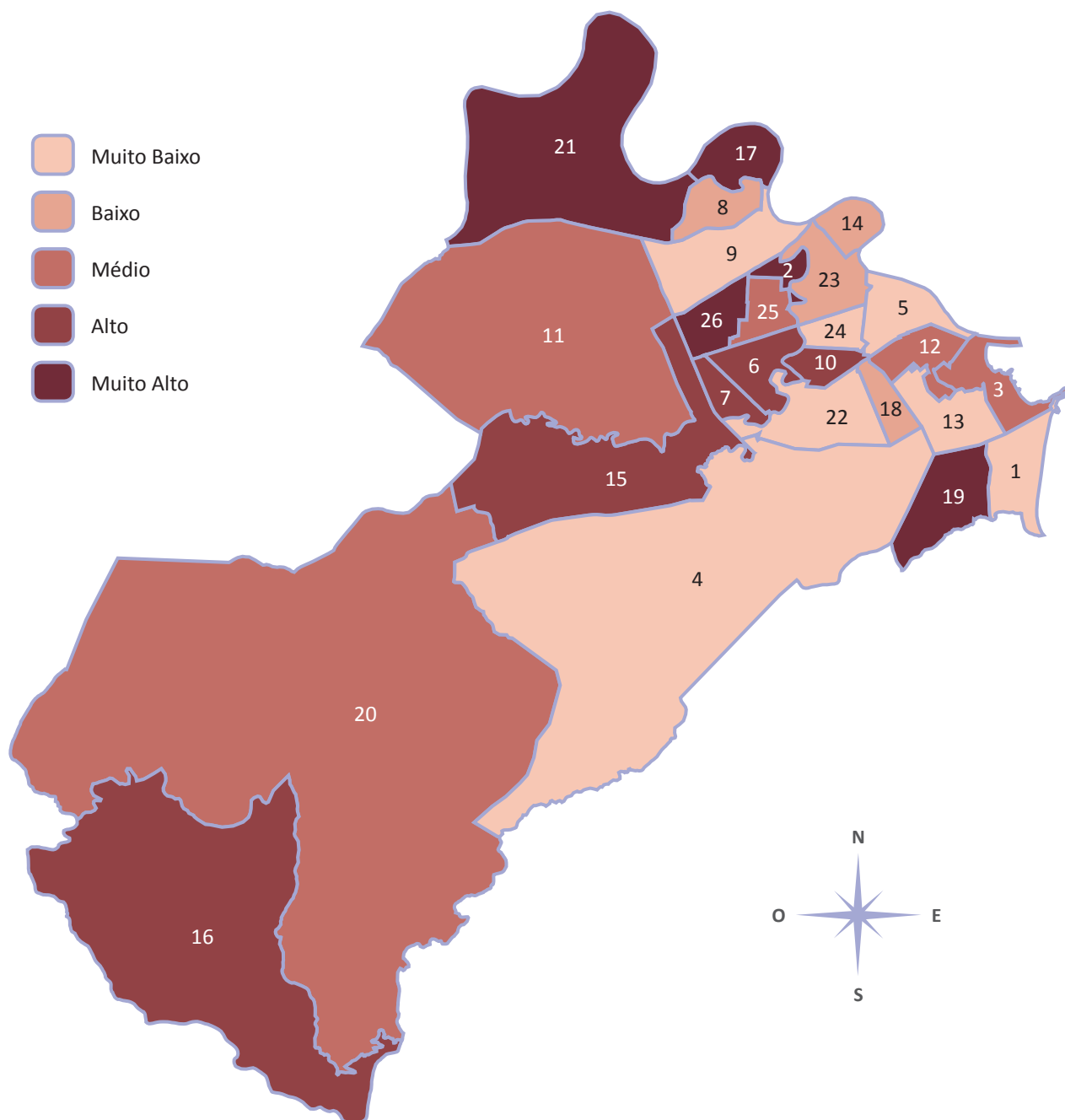
199,0 vezes

É a diferença proporcional entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2019.
Dados extraídos em 28/02/2019 do Relatório de Inscrições do "FILA ÚNICA".

Representação gráfica do indicador lista de espera para vagas na Educação Infantil de 0 a 3 anos por região geográfica

O mapa a seguir, mostra a divisão das regiões do município de Itajaí em cinco categorias classificadas pelo método *quintil* indicando as regiões com maior e a menor incidência de taxas acima da média geral do município conforme a escala de cores.



Na faixa etária de 4 a 5 anos, Itajaí apresenta em média 54,6 crianças na fila de espera para a Educação Infantil. A região mais crítica novamente é a Espinheiros II, com uma taxa de 639,8 crianças na espera a cada mil.

Tabela 4 – Taxa de espera para vagas na Educação Infantil na faixa etária de 4 a 5 anos

	Região	Total populacional de 4 a 5 anos	Lista de espera de 4 a 5 anos	Taxa de Espera de 4 a 5 anos
Muito Baixo	3 Cabeçudas/Beira Rio	71		0,0
	4 Canhanduba/Rio do Meio	81		0,0
	5 Centro	159		0,0
	8 Cordeiros I	444		0,0
	9 Cordeiros II	530		0,0
	12 Fazenda	131		0,0
	13 Fazendinha	181		0,0
	1 Praia Brava	81		0,0
	22 Ressacada	93		0,0
	23 São João/Barra do Rio	265		0,0
24 São Judas/Vila Operária	160		0,0	
Baixo	10 Dom Bosco	162	1	6,2
	11 Espinheiros I	174	3	17,2
	19 Ariribá	44	1	22,7
	2 Bambuzal	163	4	24,5
	6 Cidade Nova I	447	12	26,8
Médio	7 Cidade Nova II	284	8	28,2
	18 Nossa Senhora das Graças	70	2	28,6
	14 Imaruí	165	5	30,3
	15 Itaipava	153	8	52,3
	25 São Vicente I	271	17	62,7
Alto	20 Região Rural	87	8	92,0
	26 São Vicente II	446	44	98,7
	17 Murta	205	30	146,3
	16 Limoeiro	133	21	157,9
	21 Espinheiros II	186	119	639,8
Itajaí		5.186	283	54,6

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2019.

Dados extraídos em 28/02/2019 do Relatório de Inscrições do "FILA ÚNICA".

Indicador 4

Lista de espera para vagas na Educação Infantil de 4 a 5 anos

Definição:

taxa de espera por vaga em escola na faixa etária de 4 a 5 anos sobre o total da população desse grupo por região.

Menor valor	Dom Bosco	6,2
Média	Itajaí	54,6
Maior valor	Espinheiros II	639,8

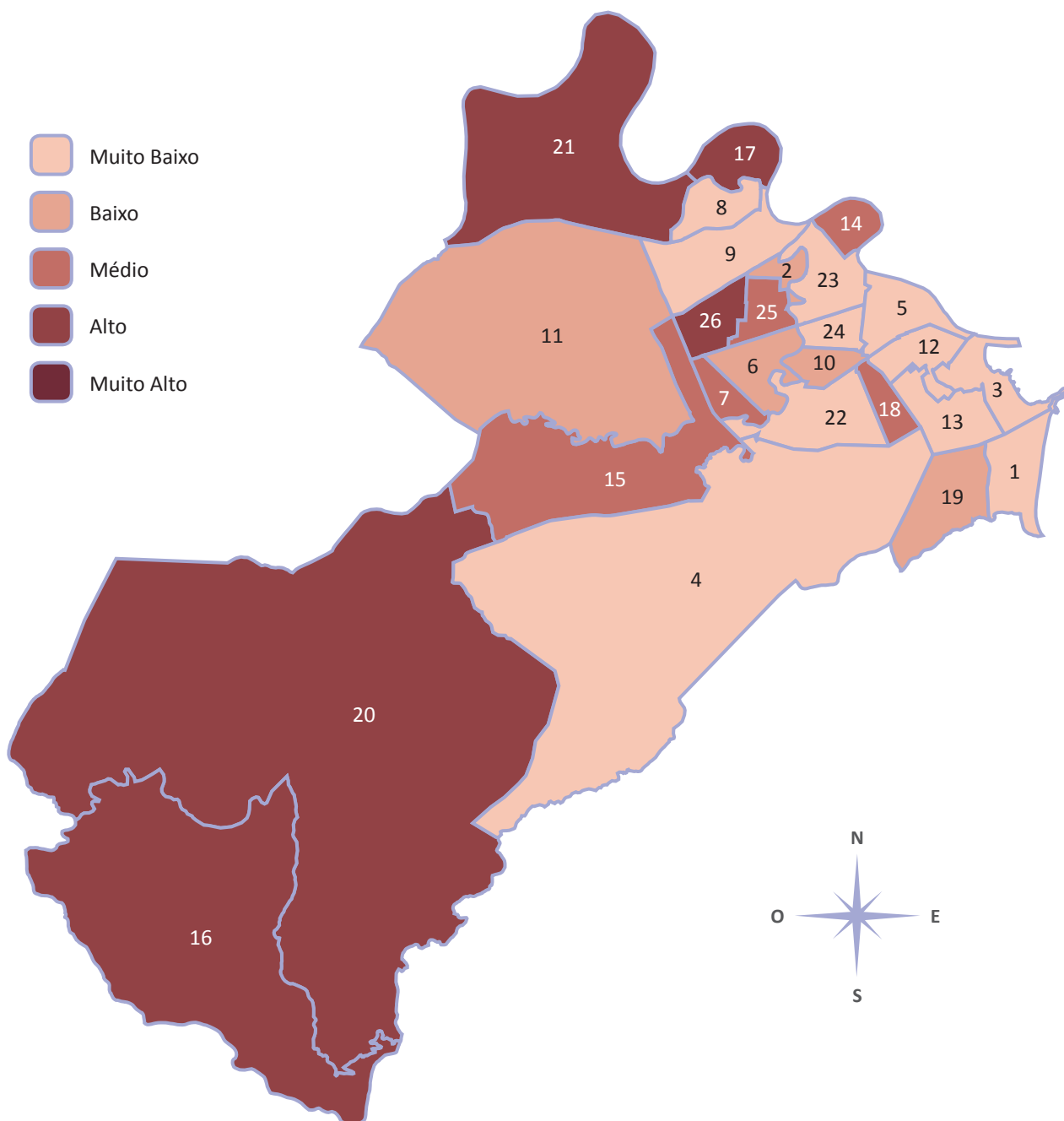
DIFERENÇA:

102,6 vezes

É a diferença proporcional entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

Representação gráfica do indicador lista de espera para vagas na Educação Infantil de 4 a 5 anos por região geográfica

O mapa a seguir, mostra a divisão das regiões do município de Itajaí em cinco categorias classificadas pelo método *quintil* indicando as regiões com maior e a menor incidência de taxas acima da média geral do município conforme a escala de cores.



Foram registrados no Programa de Combate à Evasão Escolar (APOIA) 357 notificações de infrequência, o que representa uma taxa de oito alunos infrequentes a cada mil matriculados. A região do São Vicente II é o território com maior taxa (32 alunos a cada mil matriculados), sendo que a diferença entre ela e o centro (de 0,7), região esta com a menor taxa diferente de zero, é de mais de 40 vezes.

Tabela 5 – Taxa de infrequência escolar na faixa etária de 6 a 17 anos

	Região da Escola	Matriculados Censo Escolar 2018 – 6 a 17 anos	APOIA	Taxa de infrequência (1.000 matriculados)
Muito Baixo	2 Bambuzal	609	0	0,0
	3 Cabeçudas/Beira Rio	1	0	0,0
	4 Canhanduba/Rio do Meio	242	0	0,0
	7 Cidade Nova II	5	0	0,0
	14 Imaruí	993	0	0,0
	16 Limoeiro	484	0	0,0
	17 Murta	1.059	0	0,0
	18 Nossa Senhora das Graças	10	0	0,0
	1 Praia Brava	472	0	0,0
Baixo	21 Espinheiros II	943	0	0,0
	5 Centro	8.114	6	0,7
	22 Ressacada	836	1	1,2
	10 Dom Bosco	1.203	2	1,7
	19 Ariribá	472	1	2,1
Médio	15 Itaipava	1.469	7	4,8
	11 Espinheiros I	2.547	15	5,9
	13 Fazendinha	1.172	7	6,0
	25 São Vicente I	4.224	27	6,4
	23 São João/Barra do Rio	3.035	20	6,6
	20 Região Rural	417	3	7,2
Alto	12 Fazenda	663	5	7,5
	9 Cordeiros II	4.397	37	8,4
	8 Cordeiros I	1.723	34	19,7
	6 Cidade Nova I	4.077	92	22,6
	24 São Judas/Vila Operária	2.297	53	23,1
	26 São Vicente II	1.483	47	31,7
	Itajaí	42.947	357	8,3

Indicador 5 Infrequência escolar

Definição:
número de matriculados na faixa etária de 6 a 17 anos em situação de infrequência escolar sobre o total de matriculados desse grupo por região.

Menor valor	Centro	0,7
Média	Itajaí	8,3
Maior valor	São Vicente II	31,7

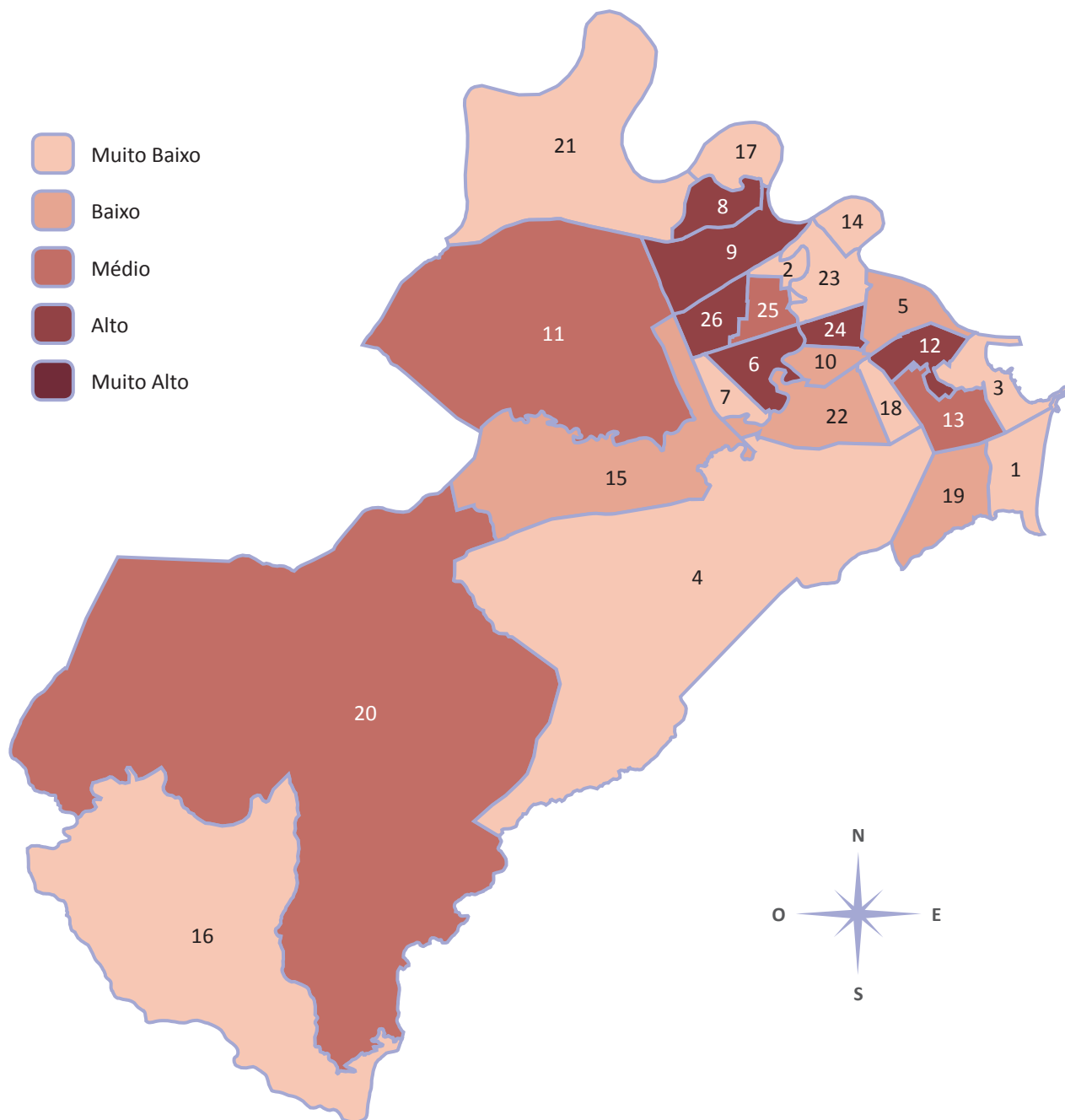
DIFERENÇA:
41,9 vezes
É a diferença proporcional entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

Fonte: APOIA, Censo Escolar, 2017.

*Este indicador foi calculado com base nas região das escolas, tendo em vista a política de zoneamento escolar e que não foram disponibilizados dados individualizados da criança e do adolescente.

Representação gráfica do indicador infrequência escolar por região geográfica

O mapa a seguir, mostra a divisão das regiões do município de Itajaí em cinco categorias classificadas pelo método *quintil* indicando as regiões com maior e a menor incidência de taxas acima da média geral do município conforme a escala de cores.



Das 23 regiões avaliadas no rendimento escolar, sete apresentaram no anos iniciais taxa de abandono. Sendo a menor taxa de 0,2% e a maior de 1,2%. Em média Itajaí apresenta uma taxa de abandono de 0,2% nos Anos Iniciais. As regiões sem classificações não apresentaram nenhum registro no Censo Escolar de 2018.

Tabela 6 – Taxa de abandono escolar nos anos iniciais

Região	Abandono (anos Iniciais)
7 Cidade Nova II	-
3 Cabeçudas/Beira Rio	-
18 Nossa Senhora das Graças	-
5 Centro	0,0%
22 Ressacada	0,0%
20 Região Rural	0,0%
12 Fazenda	0,0%
10 Dom Bosco	0,0%
25 São Vicente I	0,0%
11 Espinheiros I	0,0%
9 Cordeiros II	0,0%
8 Cordeiros I	0,0%
19 Ariribá	0,0%
14 Imaruí	0,0%
4 Canhanduba/Rio do Meio	0,0%
2 Bambuzal	0,0%
17 Murta	0,0%
26 São Vicente II	0,0%
1 Praia Brava	0,0%
15 Itaipava	0,2%
24 São Judas/Vila Operária	0,2%
6 Cidade Nova I	0,3%
23 São João/Barra do Rio	0,5%
16 Limoeiro	0,5%
21 Espinheiros II	0,8%
13 Fazendinha	1,2%
Itajaí	0,2%

Fonte: Censo Escolar, 2018.

Indicador 6 Abandono escolar anos iniciais

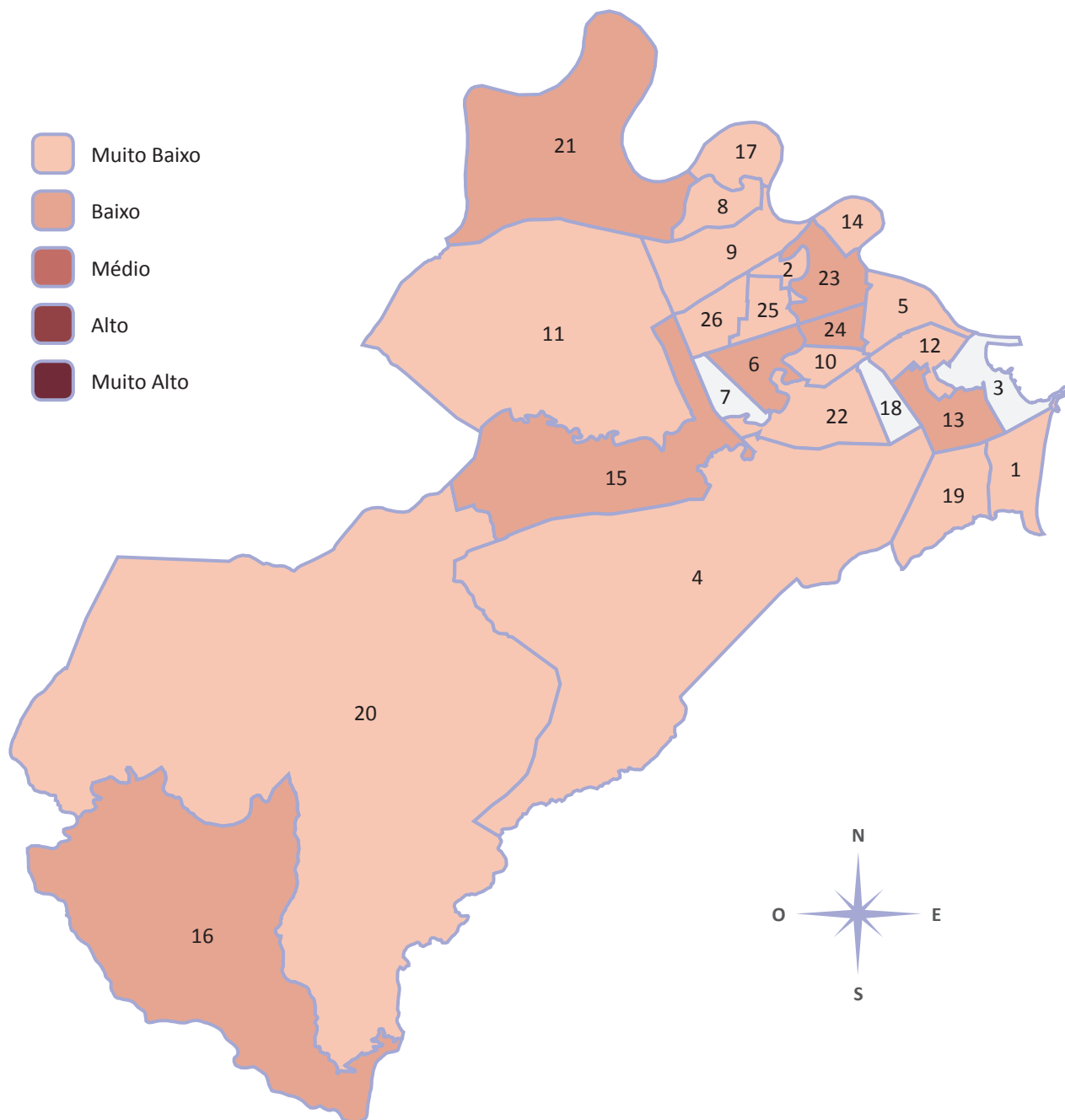
Definição:
número de matriculados nos anos iniciais em situação de abandono escolar sobre o total de matriculados desse grupo por região.

Menor valor	Itaipava	0,2%
Média	Itajaí	0,2%
Maior valor	Fazendinha	1,2%

DIFERENÇA:
7,0 vezes
É a diferença proporcional entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

Representação gráfica do indicador abandono escolar anos iniciais por região geográfica

O mapa a seguir, mostra a divisão das regiões do município de Itajaí em cinco categorias classificadas pelo método *quintil* indicando as regiões com maior e a menor incidência de taxas acima da média geral do município conforme a escala de cores.



Das 22 regiões avaliadas, nove não apresentaram abandono no anos finais. Entre as que apresentaram a menor taxa foi de 0,2% em Itaipava e a maior em São Vicente II com 2,5%. A diferença entre elas foi de aproximadamente 15 vezes. As regiões sem classificações não apresentaram nenhum registro no Censo Escolar de 2018.

Tabela 7 – Taxa de abandono escolar nos anos finais

	Região	Abandono (anos finais)
Muito Baixo	7 Cidade Nova II	-
	3 Cabeçadas/Beira Rio	-
	18 Nossa Senhora das Graças	-
	12 Fazenda	-
	22 Ressacada	0,0%
	20 Região Rural	0,0%
	10 Dom Bosco	0,0%
	25 São Vicente I	0,0%
	19 Ariribá	0,0%
	14 Imaruí	0,0%
	4 Canhanduba/Rio do Meio	0,0%
	17 Murta	0,0%
	1 Praia Brava	0,0%
Baixo	15 Itaipava	0,2%
	11 Espinheiros I	0,2%
	9 Cordeiros II	0,2%
	8 Cordeiros I	0,3%
	5 Centro	0,3%
Médio	23 São João/Barra do Rio	0,4%
	16 Limoeiro	0,7%
	21 Espinheiros II	1,4%
	6 Cidade Nova I	1,4%
Alto	13 Fazendinha	1,5%
	24 São Judas/Vila Operária	1,8%
	2 Bambuzal	1,8%
	26 São Vicente II	2,5%
	Itajaí	0,6%

Fonte: Censo Escolar, 2018.

Indicador 7

Abandono escolar anos finais

Definição:

número de matriculados nos anos finais em situação de abandono escolar sobre o total de matriculados desse grupo por região.

Menor valor	Itaipava	0,2%
Média	Itajaí	0,6%
Maior valor	São Vicente II	2,5%

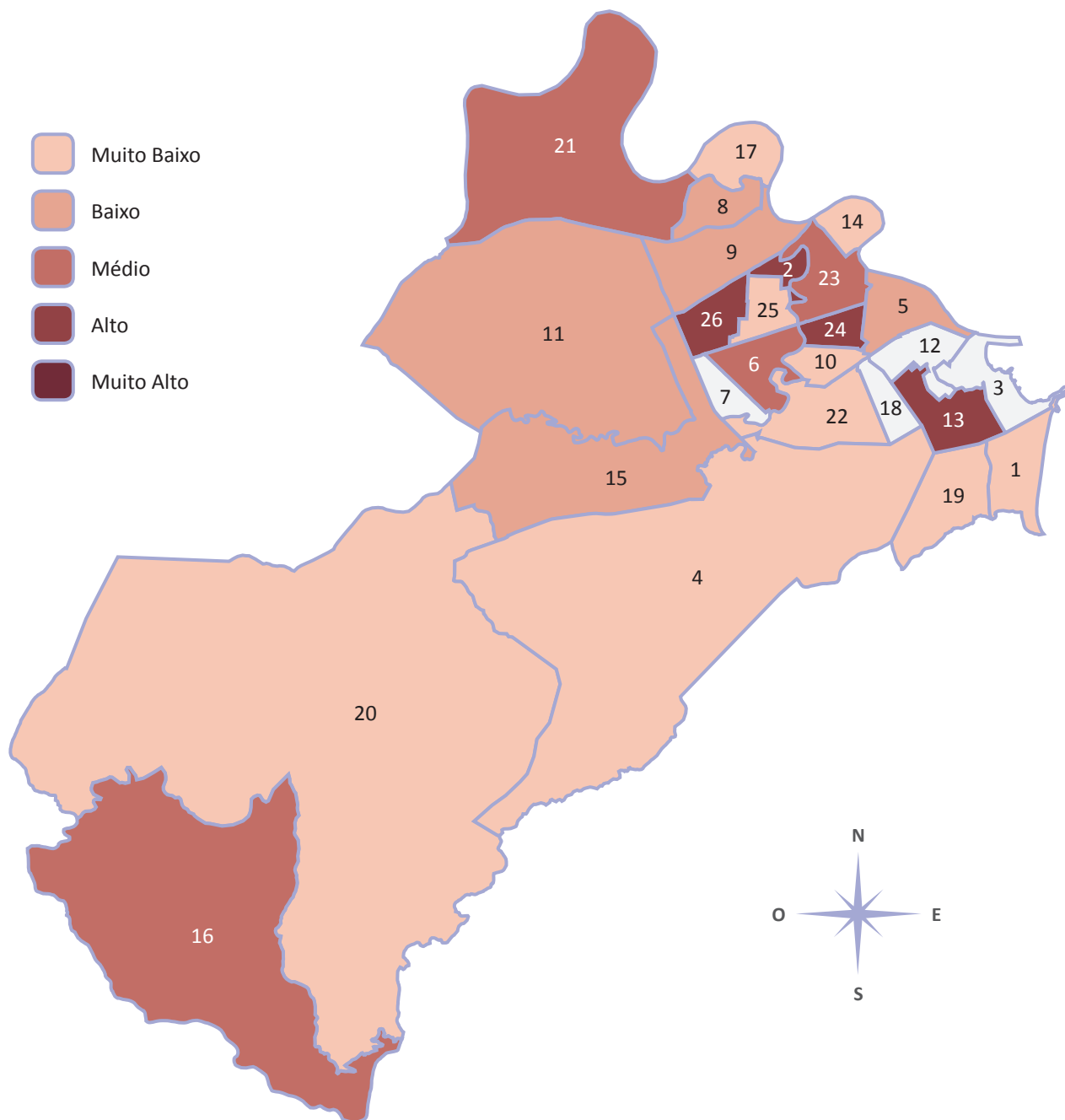
DIFERENÇA:

15,7 vezes

É a diferença proporcional entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

Representação gráfica do indicador abandono escolar anos finais por região geográfica

O mapa a seguir, mostra a divisão das regiões do município de Itajaí em cinco categorias classificadas pelo método *quintil* indicando as regiões com maior e a menor incidência de taxas acima da média geral do município conforme a escala de cores.



Duas regiões não registraram abandono no ensino médio: Praia Brava e Imaruí. Dentre as que registraram, a região Centro tem a menor taxa (1,1%) e São Vicente II a maior (23,6%) com uma diferença entre elas de 20 vezes. As regiões sem classificações não apresentaram nenhum registro no Censo Escolar de 2018.

Tabela 8 – Taxa de abandono escolar no ensino médio

Região	Abandono (ensino médio)
7 Cidade Nova II	-
3 Cabeçudas/Beira Rio	-
18 Nossa Senhora das Graças	-
20 Região Rural	-
15 Itaipava	-
10 Dom Bosco	-
11 Espinheiros I	-
8 Cordeiros I	-
19 Ariribá	-
13 Fazendinha	-
4 Canhanduba/Rio do Meio	-
2 Bambuzal	-
17 Murta	-
14 Imaruí	0,0%
1 Praia Brava	0,0%
5 Centro	1,1%
25 São Vicente I	1,6%
22 Ressacada	2,5%
23 São João/Barra do Rio	5,4%
9 Cordeiros II	5,9%
12 Fazenda	7,5%
24 São Judas/Vila Operária	9,1%
21 Espinheiros II	10,0%
16 Limoeiro	16,6%
6 Cidade Nova I	19,9%
26 São Vicente II	23,6%
Itajaí	7,9%

Muito Baixo

Baixo

Médio

Indicador 8 Abandono escolar ensino médio

Definição:

número de matriculados no ensino médio em situação de abandono escolar sobre o total de matriculados desse grupo por região.

Menor valor	Centro	1,1%
Média	Itajaí	7,9%
Maior valor	São Vicente II	23,6%

DIFERENÇA: 20,0 vezes

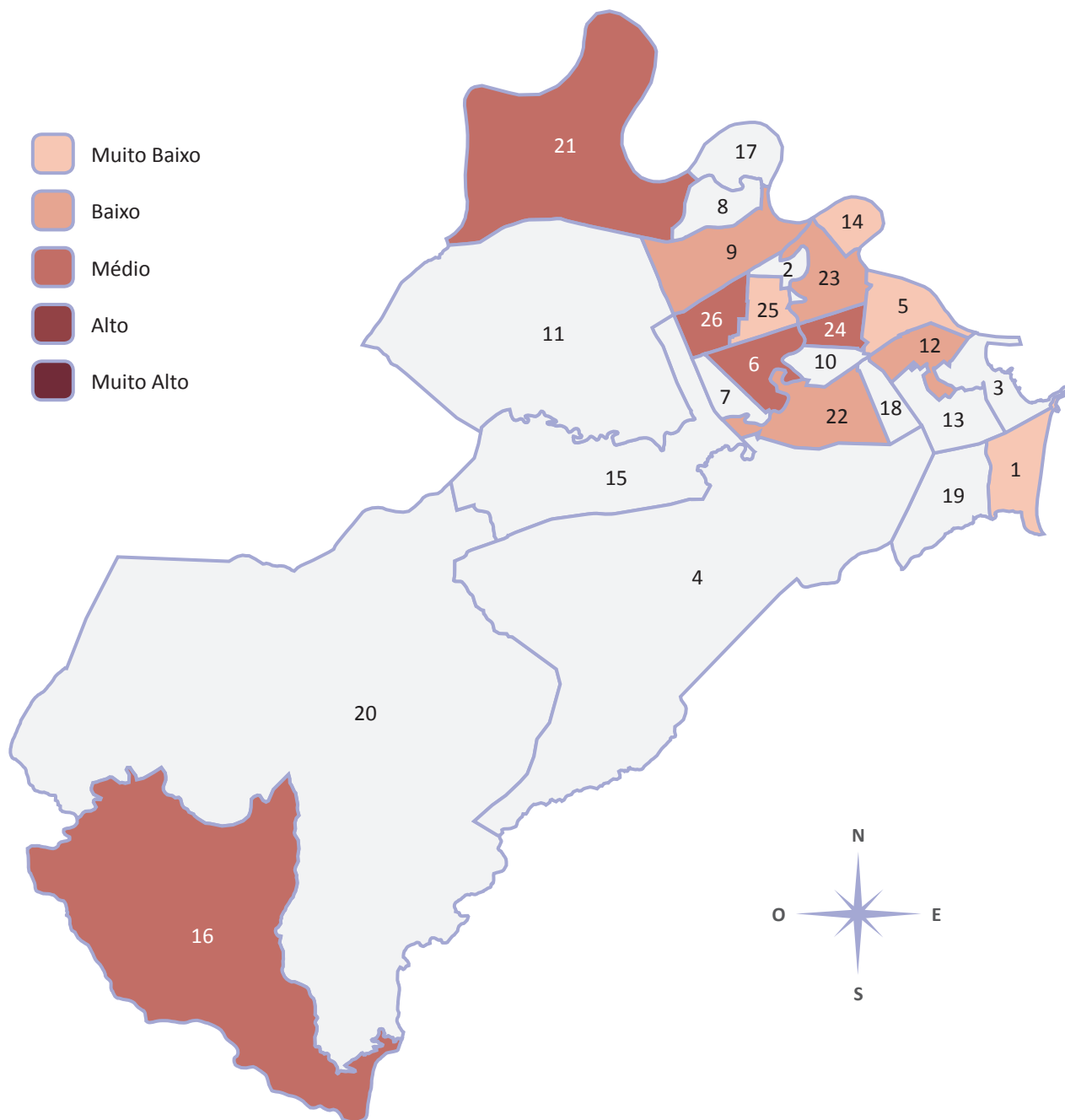
É a diferença proporcional entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

Fonte: Censo Escolar, 2018.

Nota:

Representação gráfica do indicador abandono escolar ensino médio por região geográfica

O mapa a seguir, mostra a divisão das regiões do município de Itajaí em cinco categorias classificadas pelo método *quintil* indicando as regiões com maior e a menor incidência de taxas acima da média geral do município conforme a escala de cores.



5. MAPA SOCIAL

A seguir, a Tabela 10 apresenta as regiões com mais indicadores acima da média do município. Foram avaliados oito indicadores dentro do direito à educação, sendo que a região de Espinheiros II teve sete indicadores acima da média do município. Outras três regiões também se destacaram negativamente, sendo elas: Cidade Nova I, Limoeiro e São Vicente II. As três com um ou mais indicadores acima da média municipal.

Tabela 9 – Mapa social de vulnerabilidade no direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer de Itajaí (Parte 1)

Região		Violação do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer	Evasão ou infrequência escolar (CT)	Lista de espera para vagas na educação infantil de 0 a 3 anos	Lista de espera para vagas na educação infantil de 4 a 5 anos	Infrequência escolar (Apoia)
Muito Baixo	3 Cabeçudas/Beira Rio	3,1	1,5	161,9	0,0	0,0
	5 Centro	4,5	2,0	0,0	0,0	0,7
	18 Nossa Senhora das Graças	6,5	1,3	6,2	28,6	0,0
	1 Praia Brava	4,5	0,0	0,0	0,0	0,0
	22 Ressacada	2,7	1,3	0,0	0,0	1,2
Baixo	8 Cordeiros I	6,5	1,7	21,5	0,0	19,7
	9 Cordeiros II	6,0	1,0	0,0	0,0	8,4
	19 Ariribá	2,7	0,0	396,0	22,7	2,1
	4 Canhanduba/Rio do Meio	11,0	1,4	0,0	0,0	0,0
	7 Cidade Nova II	6,2	1,2	273,7	28,2	0,0
Médio	10 Dom Bosco	6,9	1,9	219,6	6,2	1,7
	11 Espinheiros I	14,5	1,2	95,4	17,2	5,9
	15 Itaipava	7,6	1,4	251,9	52,3	4,8
	25 São Vicente I	2,8	0,7	101,0	62,7	6,4
	2 Bambuzal	5,4	0,0	446,8	24,5	0,0
Alto	23 São João/Barra do Rio	4,3	2,7	11,1	0,0	6,6
	12 Fazenda	8,5	3,1	85,9	0,0	7,5
	14 Imaruí	9,7	5,8	35,6	30,3	0,0
	20 Região Rural	4,5	2,3	175,3	92,0	7,2
	24 São Judas/Vila Operária	6,1	1,2	0,0	0,0	23,1
Muito Alto	13 Fazendinha	9,1	6,2	0,0	0,0	6,0
	17 Murta	8,2	2,7	762,1	146,3	0,0
	6 Cidade Nova I	4,8	0,9	207,6	26,8	22,6
	16 Limoeiro	0,9	0,9	237,9	157,9	0,0
	26 São Vicente II	10,4	1,7	277,3	98,7	31,7
21 Espinheiros II	18,8	4,4	1242,4	639,8	0,0	
Itajaí		7,6	2,1	187,9	54,6	8,3

Esta tabela continua na próxima página.

Legenda cor:
indicadores acima da
média de Itajaí

Tabela 10 – Mapa social de vulnerabilidade no direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer de Itajaí (Parte 2)

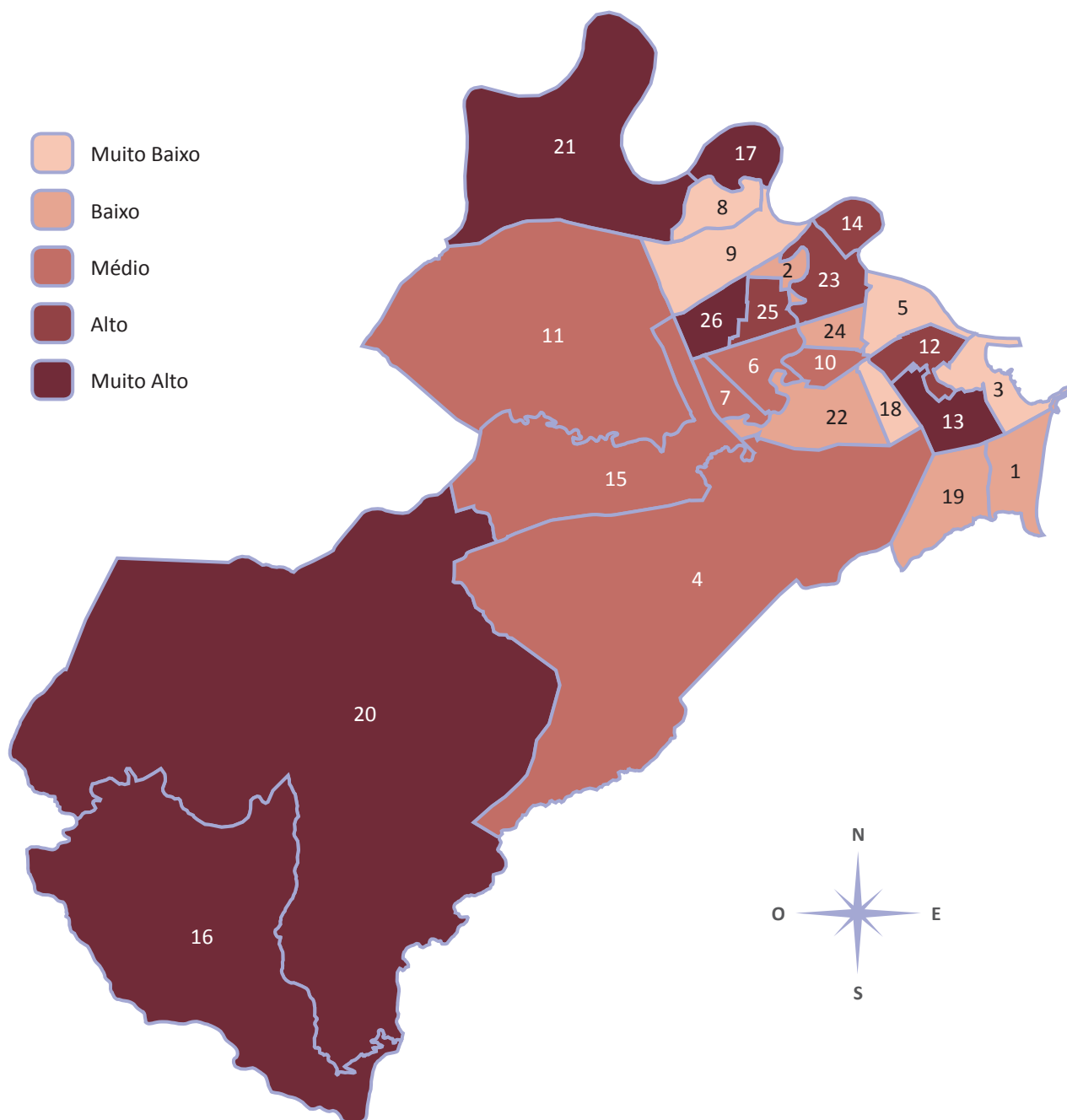
Região	Abandono escolar anos iniciais	Abandono escolar anos finais	Abandono escolar ensino médio	Indicadores acima da média de Itajaí	(%) Destaque	
Muito Baixo	3 Cabeçadas/Beira Rio	-	-	-	0	0,0%
	5 Centro	0,0%	0,3%	1,1%	0	0,0%
	18 Nossa Senhora das Graças	-	-	-	0	0,0%
	1 Praia Brava	0,0%	0,0%	0,0%	0	0,0%
	22 Ressacada	0,0%	0,0%	2,5%	0	0,0%
Baixo	8 Cordeiros I	0,0%	0,3%	-	1	12,5%
	9 Cordeiros II	0,0%	0,2%	5,9%	1	12,5%
	19 Ariribá	0,0%	0,0%	-	1	12,5%
	4 Canhanduba/Rio do Meio	0,0%	0,0%	-	1	12,5%
	7 Cidade Nova II	-	-	-	1	12,5%
Médio	10 Dom Bosco	0,0%	0,0%	-	1	12,5%
	11 Espinheiros I	0,0%	0,2%	-	1	12,5%
	15 Itaipava	0,2%	0,2%	-	1	12,5%
	25 São Vicente I	0,0%	0,0%	1,6%	1	12,5%
	2 Bambuzal	0,0%	1,8%	-	2	25,0%
Alto	23 São João/Barra do Rio	0,5%	0,4%	5,4%	2	25,0%
	12 Fazenda	0,0%	-	7,5%	2	25,0%
	14 Imaruí	0,0%	0,0%	0,0%	2	25,0%
	20 Região Rural	0,0%	0,0%	-	2	25,0%
	24 São Judas/Vila Operária	0,2%	1,8%	9,1%	3	37,5%
Muito Alto	13 Fazendinha	1,2%	1,5%	-	4	50,0%
	17 Murta	0,0%	0,0%	-	4	50,0%
	6 Cidade Nova I	0,3%	1,4%	19,9%	5	62,5%
	16 Limoeiro	0,5%	0,7%	16,6%	5	62,5%
	26 São Vicente II	0,0%	2,5%	23,6%	6	75,0%
21 Espinheiros II	0,8%	1,4%	10,0%	7	87,5%	
Itajaí	0,2%	0,6%	7,9%	8	100,0%	

*Os destaques dos indicadores deste Mapa Social estão representados geograficamente na página 50 mostrando os bairros que necessitam de maior atenção no município de Itajaí.

Legenda cor:
indicadores acima da
média de Itajaí

Representação gráfica do Mapa Social de vulnerabilidade no direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer de Itajaí

O mapa a seguir, mostra a divisão das regiões do município de Itajaí em cinco categorias classificadas pelo método *quintil* indicando as regiões com maior e a menor incidência de taxas acima da média geral do município conforme a escala de cores.



Legenda dos bairros

1	Praia Brava	8	Cordeiros I	15	Itaipava	22	Ressacada
2	Bambuzal	9	Cordeiros II	16	Limoeiro	23	São João/Barra do Rio
3	Cabeçudas/Beira Rio	10	Dom Bosco	17	Murta	24	São Judas/Vila Operária
4	Canhanduba/Rio do Meio	11	Espinheiros I	18	Nossa Senhora das Graças	25	São Vicente I
5	Centro	12	Fazenda	19	Ariribá	26	São Vicente II
6	Cidade Nova I	13	Fazendinha	20	Região Rural		
7	Cidade Nova II	14	Imaruí	21	Espinheiros II		

6. MATRIZ DE CORRELAÇÃO

A matriz de correlação consiste na sistematização dos indicadores apresentados neste volume, com o objetivo de identificar se existe relação entre os números por eles retratados. Para sua construção, primeiramente foi definida uma medida que permite avaliar o quanto duas variáveis⁶ estão associadas uma com a outra, por meio do *coeficiente de correlação linear*, cuja interpretação é realizada com base no critério de variação de +100% até -100%, sendo que:

- a) Quanto mais próximo de 0% menor é a relação entre as variáveis, sendo que quando for 0% pode-se assumir que não existe relação;
- b) Quanto mais próximo de +/-100% mais forte a relação entre as variáveis. Esta relação pode ser positiva (+100%) ou negativa (-100%). Na relação positiva entende-se que quanto maior o número que uma variável assume, maior também será o número assumido pela outra variável. Já na relação negativa (-100%), quanto maior o número que uma variável assume, menor será o número assumido pela outra variável.

O Quadro 6 mostra a intensidade das relações assumidas para a análise.

Quadro 5 – Interpretação do coeficiente de correlação.

Valor da correlação positiva ou negativa	Interpretação
0% a 19%	Sem correlação
20% a 39%	Correlação fraca
40% a 59%	Correlação moderada
60% a 79%	Correlação forte
80% a 100%	Correlação bem forte

⁶ Entende-se por variável um conjunto de números de um estudo, por exemplo: número de notificações de violação de direito é uma variável.

Avaliando os indicadores da educação, percebe-se algumas correlações entre os indicadores, como por exemplo a infrequência escolar (APOIA) com o abandono escolar nos anos finais e no ensino médio. No EM a correlação é de grau alto, chegando a 71%. Já o abandono escolar no Anos Iniciais está correlacionado com a infrequência escolar e evasão calculados em cima dos dados do CT.

Quadro 6 – Matriz de correlação entre os indicadores

	Violação do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer	Evasão ou infrequência escolar	Lista de espera para vagas na educação infantil de 0 a 3 anos	Lista de espera para vagas na educação infantil de 4 a 5 anos	Infrequência escolar (Apoia)	Abandono escolar anos iniciais	Abandono escolar anos finais
Evasão ou infrequência escolar	49,5%						
Lista de espera para vagas na educação infantil de 0 a 3 anos	46,1%	14,1%					
Lista de espera para vagas na educação infantil de 4 a 5 anos	55,7%	29,6%	86,0%				
Infrequência escolar	5,4%	-8,1%	-17,3%	-12,2%			
Abandono escolar anos iniciais	23,2%	57,1%	22,6%	39,7%	-5,0%		
Abandono escolar anos finais	24,6%	10,6%	24,4%	24,9%	59,4%	40,2%	
Abandono escolar ensino médio	16,5%	-16,9%	33,3%	23,9%	71,0%	33,7%	84,0%

Legenda:

Sem Correlação
0% a 19%

Correlação Fraca
20% a 39%

Correlação Moderada
40% a 59%

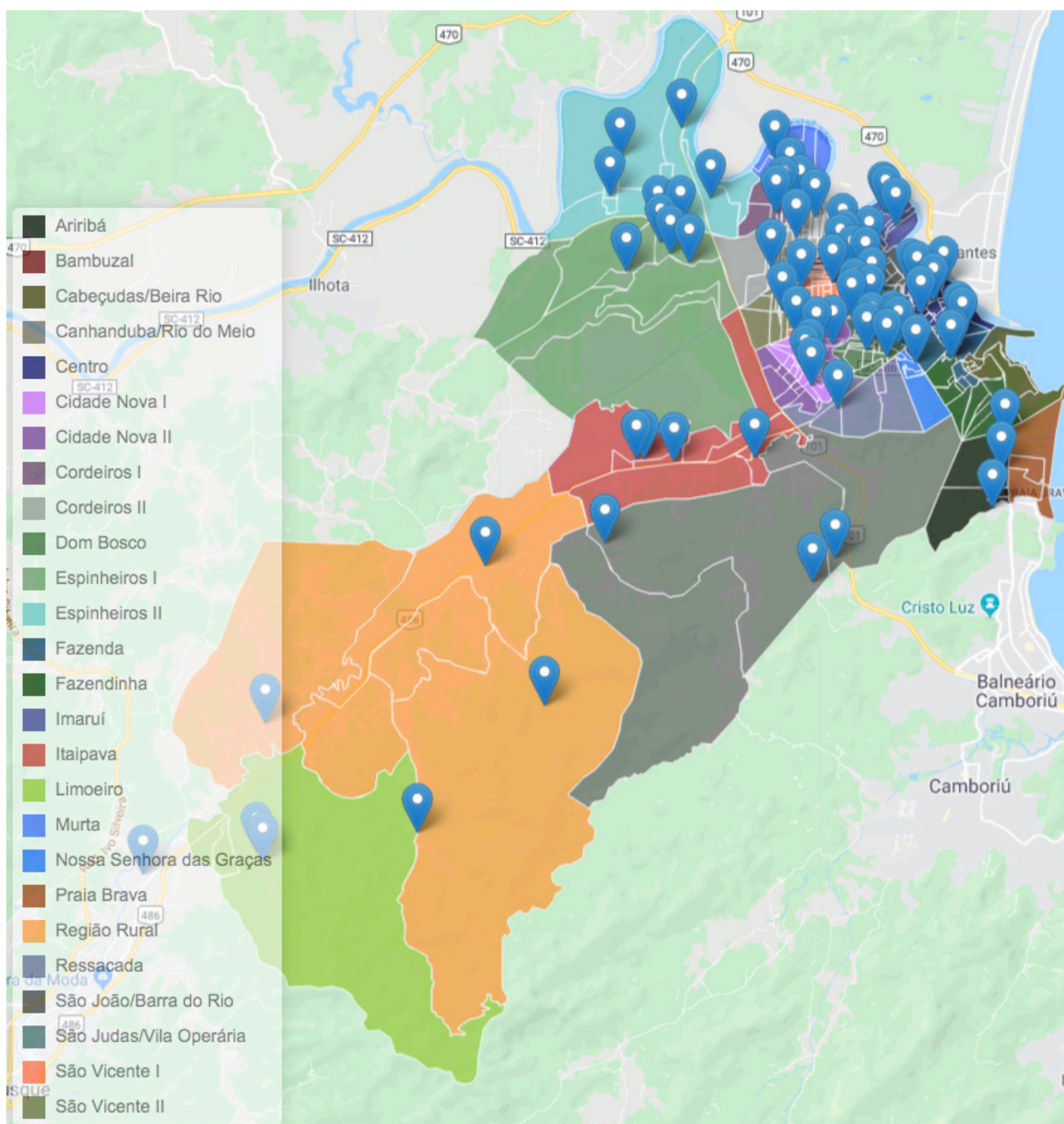
Correlação Forte
60% a 79%

Correlação Bem Forte
80% a 100%

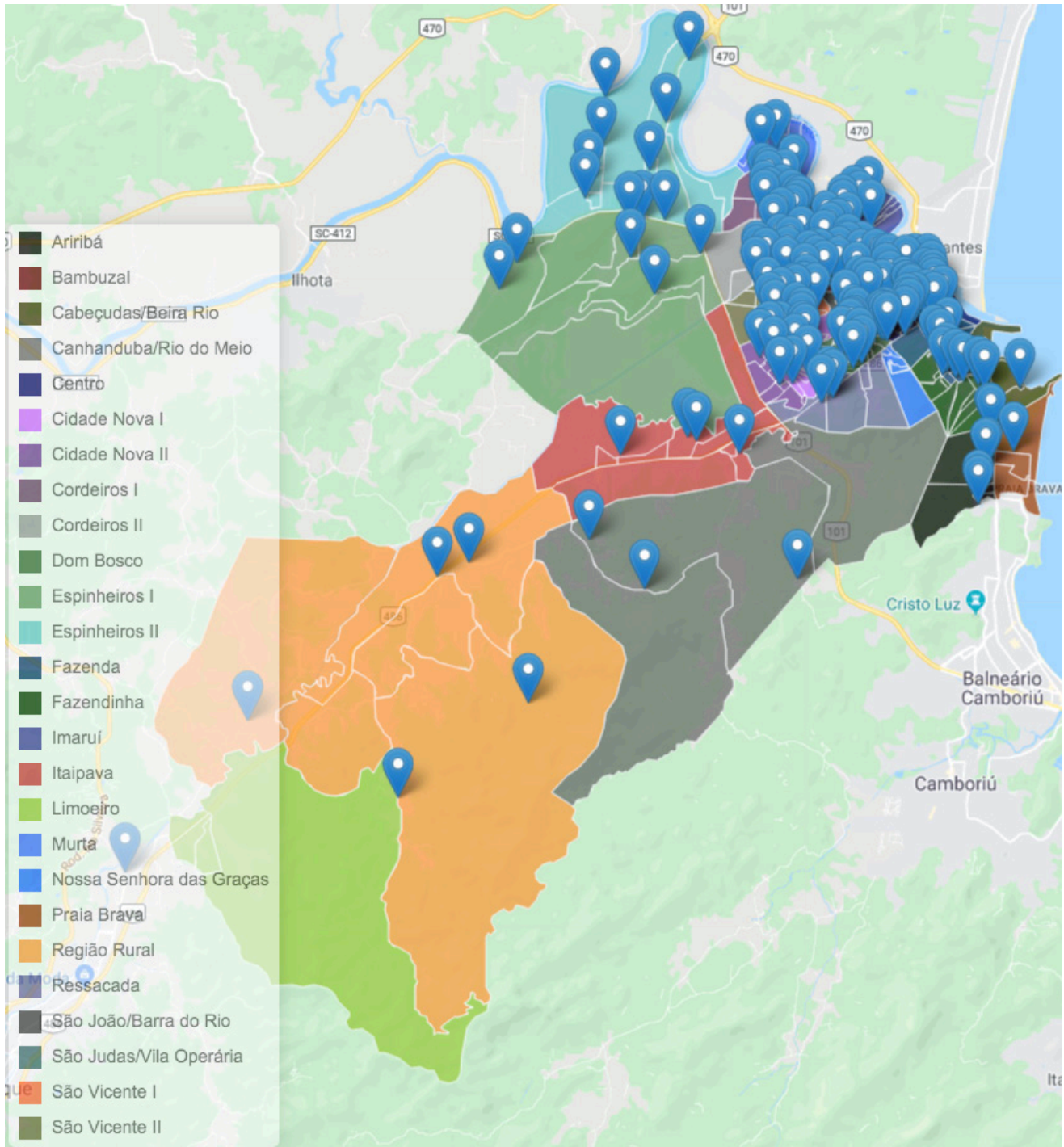
7. ESTATÍSTICAS COMPLEMENTARES

Neste capítulo serão apresentados o mapa com a localização dos equipamentos, informações estatísticas complementares sobre os atendimentos realizados, o perfil dos atendidos e outros dados pertinentes a este eixo de direito.

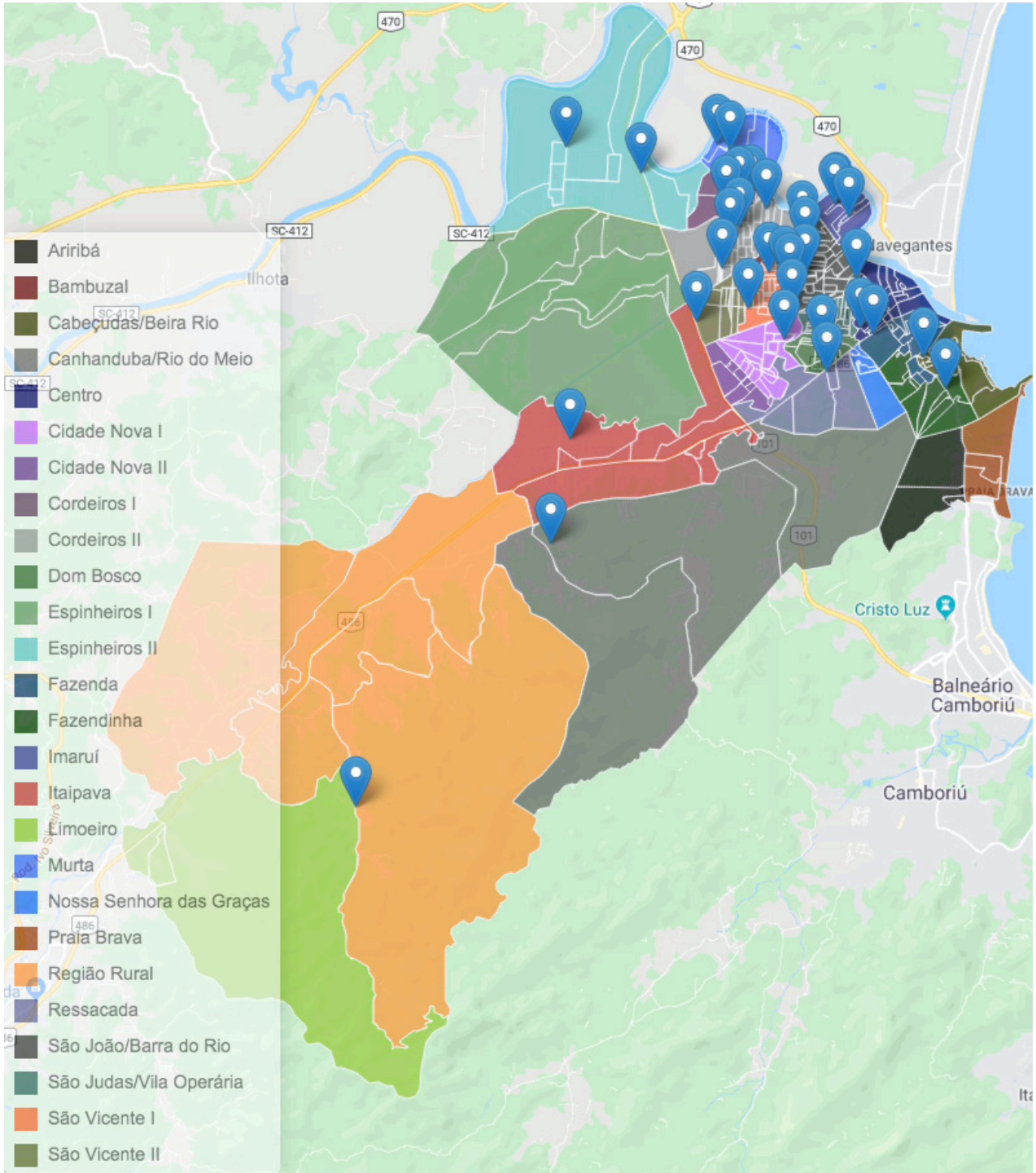
Mapa 2 – Localização dos equipamentos dos serviços de atendimento dos direitos à cultura



Mapa 3 – Localização dos equipamentos dos serviços de atendimento dos direitos à educação



Mapa 4 – Localização dos equipamentos dos serviços de atendimento dos direitos ao esporte



7.1. INFORMAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO

A educação é direito fundamental social previsto no artigo 6º da Constituição Federal - como dever da União, dos estados e municípios – pressupondo, dentre outros, o acesso à educação infantil em creche e pré-escola e à educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade (artigo 208, inciso I e IV da Constituição Federal), cujo ensino será ministrado “com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Artigo 206). Sendo assim, a educação enquanto direito fundamental e política pública é competência nacional do Ministério da Educação (MEC), regulamentada através de inúmeros instrumentos normativos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), do Plano Nacional de Educação (PNE), da Política Nacional de Educação de Educação Infantil, de portarias MEC, dentre outros.

Tratar da educação na perspectiva de um diagnóstico é uma tarefa complexa, uma vez que vários são os fatores que devem ser analisados e considerados, relacionando desde o acesso à educação, a permanência no sistema escolar, o desempenho educacional e o progresso do aluno, a qualidade do ensino e da infraestrutura escolar, dentre outros.

Para tal intento, foram utilizadas como referência neste diagnóstico fontes oficiais como o utilizadas para subsidiar a formulação das políticas educacionais nas diferentes esferas de governo, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação e responsável pelas estatísticas educacionais, pelas avaliações, exames e indicadores da educação básica e superior, dentre outros, com destaque ao Censo Escolar e ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Todavia, é importante destacar que tais fontes compreendem apenas as informações de crianças e adolescentes que estão na escola, ignorando aqueles que estão fora dela. Por este motivo também serão utilizados os dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), para traçar um panorama educacional incluindo a perspectiva da população fora da escola.

7.1.1. SITUAÇÃO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SEGUNDO O IBGE

O Censo Demográfico é a fonte de dados oficial e a base mais completa para conhecer as condições de vida da população a nível territorial no país. Contudo, seus dados são disponibilizados na forma de microdados por área de ponderação⁷, cujo agrupamento dos setores censitários não coincide com a divisão territorial construída para fins deste diagnóstico (Quadro 1).

Apesar da diferença territorial entre as regiões deste estudo e do Censo – sendo este último uma fonte oficial importante para traçar um panorama geral da situação escolar a nível municipal, sobretudo das informações de analfabetos e de crianças e adolescentes fora da escola, não alcançadas pelo Censo Escolar – os dados serão apresentados por área de ponderação, para que seja possível ao menos sinalizar as regiões que fazem parte das áreas que merecem maior atenção.

No Quadro 8 estão listados os setores censitários que compõem as áreas de ponderação agrupadas pelo IBGE, nomeados pela região territorial do diagnóstico para facilitar a leitura, análise e compreensão dos dados⁸.

Quadro 7 – Classificação das áreas de ponderação

Área de ponderação	Região geográfica	Código da área de ponderação
Área de ponderação 1	Cabeçudas/Beira Rio, Fazenda, Fazendinha, Praia Brava, Ariribá	4208203003001
Área de ponderação 2	Cordeiros II, Cordeiros I, Murta, Espinheiros II	4208203003002
Área de ponderação 3	Cidade Nova I, Cidade Nova II	4208203003003
Área de ponderação 4	Cordeiros II, Cordeiros I, Murta	4208203003004
Área de ponderação 5	Centro, Fazenda, Fazendinha, Cabeçudas/Beira Rio, Nossa Senhora das Graças, Dom Bosco, São Judas/Vila Operária, São João/Barra do Rio	4208203003005
Área de ponderação 6	São João/Barra do Rio, Imaruí, Bambuzal, Cordeiros II	4208203003006
Área de ponderação 7	São Vicente I, São Vicente II, Cordeiros II	4208203003007
Área de ponderação 8	São Vicente I, Bambuzal, Cordeiros II, São João/Barra do Rio	4208203003008
Área de ponderação 9	Ressacada, São Judas/Vila Operária, Cidade Nova I, Itaipava, Canhanduba/Rio do Meio, Dom Bosco, São Vicente I	4208203003009
Área de ponderação 10	Cidade Nova II, São Vicente II, Cordeiros II, Espinheiros II, Espinheiros I, Itaipava, Canhanduba/Rio do Meio, Limoeiro, Região Rural	4208203003010

7 Segundo o IBGE, área de ponderação é uma unidade geográfica formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários contíguos. Já os setores censitários representam a menor unidade territorial definida para coleta das operações censitárias, respeitando as divisões político-administrativas das unidades municipais brasileiras.

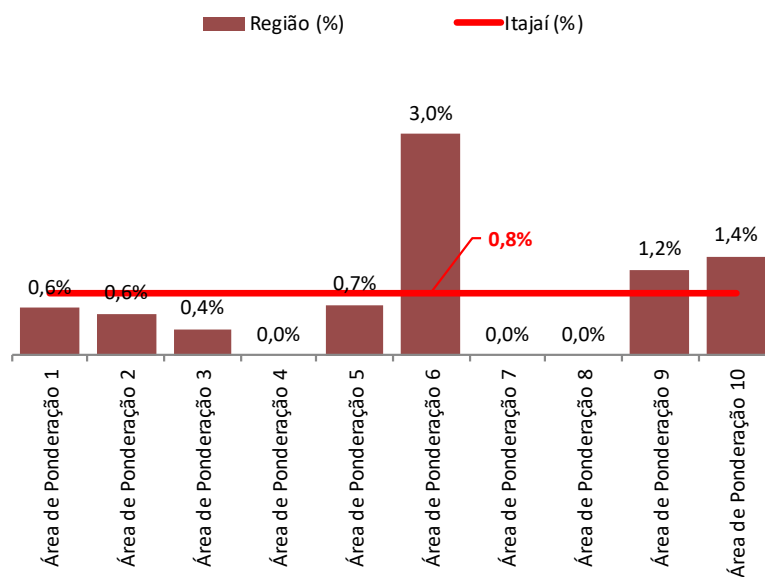
8 Ressalta-se que uma região pode conter vários setores censitários, já que este é a menor divisão territorial do IBGE.

Inicia-se apresentação dos dados do IBGE com a análise da alfabetização da população de 10 a 17 anos. A nível municipal, o número de analfabetos nesta faixa etária corresponde a cerca de 0,8% do total da população desta mesma faixa. Destaca-se aqui a Área de Ponderação 6 (que compreende parte da região do São João/Barra do Rio, do Cordeiros II e do Bambuzal; e toda a região do Imaruí), com cerca de cerca de 3% de analfabestimos, número este cerca de quase quatro vezes maior que a média municipal.

Tabela 10 – Crianças e adolescentes de 10 a 17 anos analfabetos

Regional	De 10 a 17 anos		
	Total	Analfabetos	Região (%)
Área de Ponderação 1	1.634	11	0,6%
Área de Ponderação 2	1.989	11	0,6%
Área de Ponderação 3	2.644	10	0,4%
Área de Ponderação 4	2.229	0	0,0%
Área de Ponderação 5	3.165	22	0,7%
Área de Ponderação 6	1.909	58	3,0%
Área de Ponderação 7	1.821	0	0,0%
Área de Ponderação 8	1.845	0	0,0%
Área de Ponderação 9	2.629	31	1,2%
Área de Ponderação 10	5.174	70	1,4%
Itajaí	25.039	212	0,8%

Fonte: IBGE (Microdados), 2010.

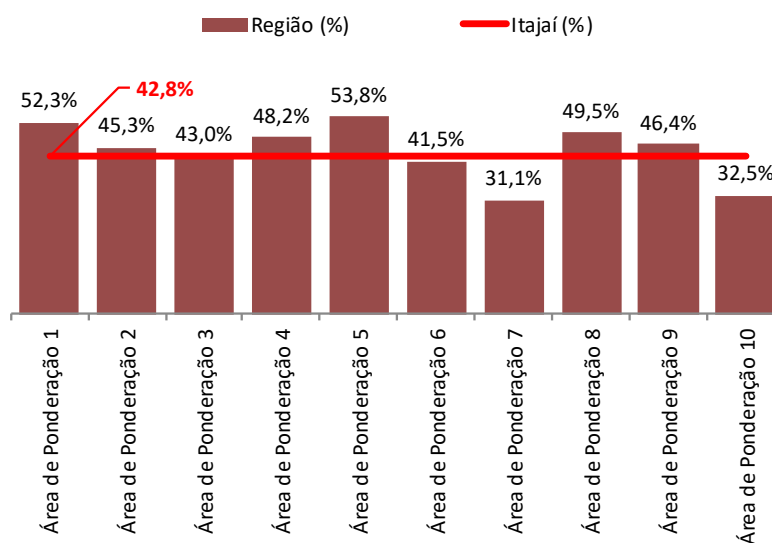


Itajaí apresentava em 2010 42,8% das crianças de 0 a 3 anos em creches. O maior percentual estava na Área de Ponderação 5 (53,8%) e o menor percentual na Área de ponderação 7 (31,1%).

Tabela 11 – Crianças de 0 a 3 anos que frequentavam creche

Regional	De 0 a 3 anos		
	Total	Frequentam	Região (%)
Área de Ponderação 1	714	373	52,3%
Área de Ponderação 2	799	362	45,3%
Área de Ponderação 3	1.030	443	43,0%
Área de Ponderação 4	958	462	48,2%
Área de Ponderação 5	1.025	552	53,8%
Área de Ponderação 6	635	263	41,5%
Área de Ponderação 7	734	228	31,1%
Área de Ponderação 8	829	410	49,5%
Área de Ponderação 9	1.040	482	46,4%
Área de Ponderação 10	2.430	789	32,5%
Itajaí	10.192	4.364	42,8%

Fonte: IBGE (Microdados), 2010.

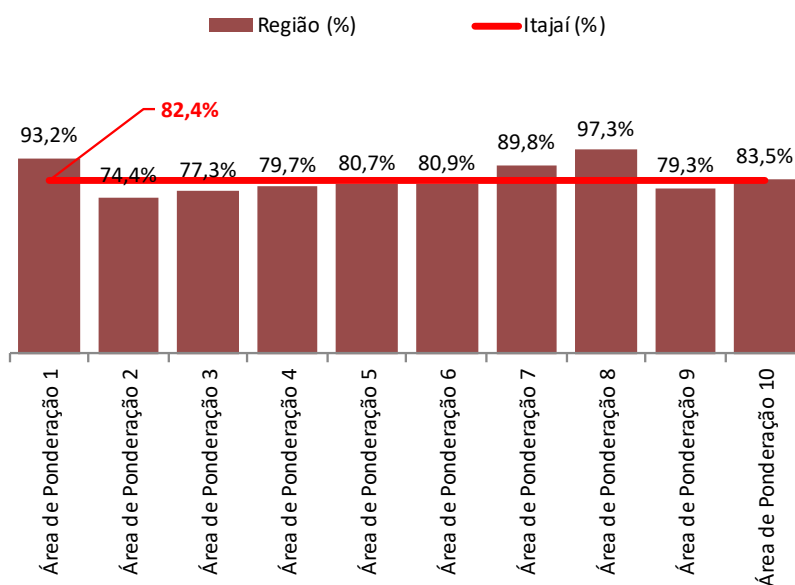


Itajaí apresentava em 2010 82,4% das crianças de 4 a 5 anos na pré-escola. O maior percentual estava na Área de Ponderação 8 (97,3%) e o menor percentual na Área de Ponderação 2 (74,4%).

Tabela 12 – Crianças de 4 a 5 anos que frequentavam creche

Regional	De 4 a 5 anos		
	Total	Frequentam	Região (%)
Área de Ponderação 1	323	302	93,2%
Área de Ponderação 2	595	443	74,4%
Área de Ponderação 3	515	398	77,3%
Área de Ponderação 4	375	299	79,7%
Área de Ponderação 5	501	404	80,7%
Área de Ponderação 6	359	290	80,9%
Área de Ponderação 7	397	357	89,8%
Área de Ponderação 8	295	287	97,3%
Área de Ponderação 9	719	570	79,3%
Área de Ponderação 10	1.071	895	83,5%
Itajaí	5.149	4.244	82,4%

Fonte: IBGE (Microdados), 2010.

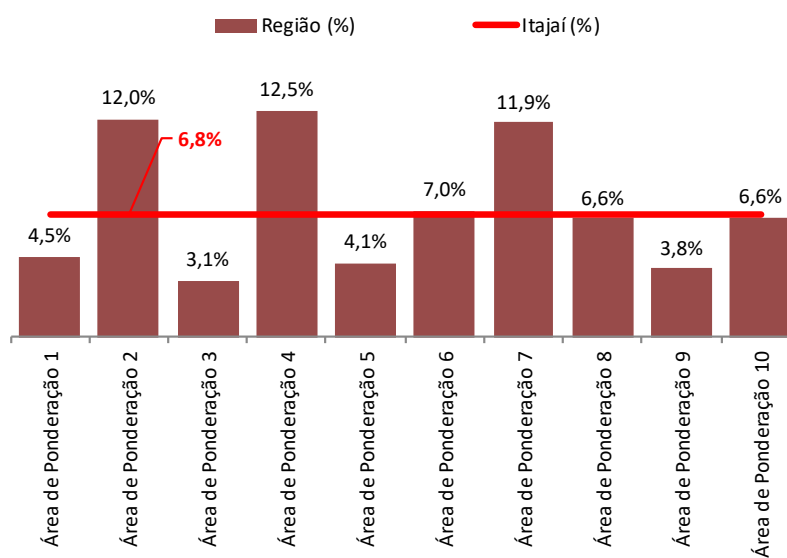


6,8% dos adolescentes de Itajaí frequentavam o EJA em 2010. O maior percentual é o da Área de Ponderação 4, com 12,5%.

Tabela 13 – Adolescentes de 15 a 17 anos que frequentavam EJA

Regional	De 15 a 17 anos		
	Total	Frequentam	Região (%)
Área de Ponderação 1	657	29	4,5%
Área de Ponderação 2	752	90	12,0%
Área de Ponderação 3	1.025	32	3,1%
Área de Ponderação 4	906	114	12,5%
Área de Ponderação 5	1.375	56	4,1%
Área de Ponderação 6	832	58	7,0%
Área de Ponderação 7	731	87	11,9%
Área de Ponderação 8	680	45	6,6%
Área de Ponderação 9	999	38	3,8%
Área de Ponderação 10	1.874	123	6,6%
Itajaí	9.831	671	6,8%

Fonte: IBGE (Microdados), 2010.

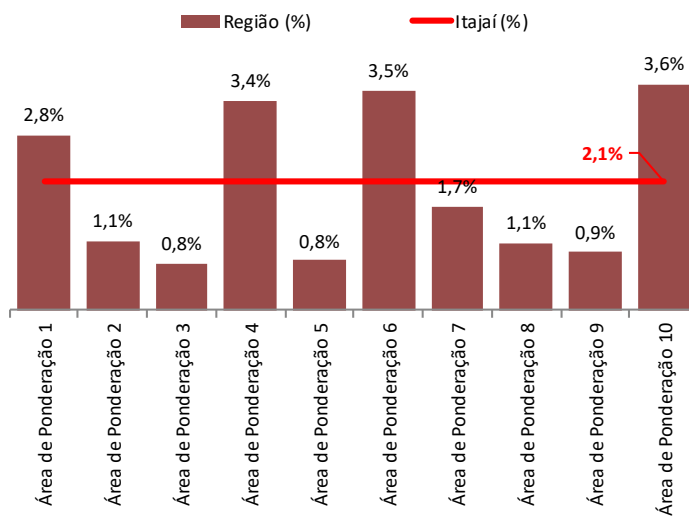


Em 2010 haviam 532 crianças e adolescentes de 6 a 14 anos fora da escola. Isso gerou um percentual de 2,1% em Itajaí. Nas Áreas de Ponderação 10, 6 e 4 este percentual ultrapassou 3%, chegando a 3,6% na Área de Ponderação 10.

Tabela 14 – Crianças e adolescentes de 6 a 14 anos fora da escola

Regional	De 6 a 14 anos		
	Total	Fora da Escola	Região (%)
Área de Ponderação 1	1.691	47	2,8%
Área de Ponderação 2	2.147	24	1,1%
Área de Ponderação 3	2.660	20	0,8%
Área de Ponderação 4	2.227	75	3,4%
Área de Ponderação 5	3.086	25	0,8%
Área de Ponderação 6	1.879	66	3,5%
Área de Ponderação 7	1.885	31	1,7%
Área de Ponderação 8	1.930	21	1,1%
Área de Ponderação 9	2.690	25	0,9%
Área de Ponderação 10	5.494	198	3,6%
Itajaí	25.690	532	2,1%

Fonte: IBGE (Microdados), 2010.

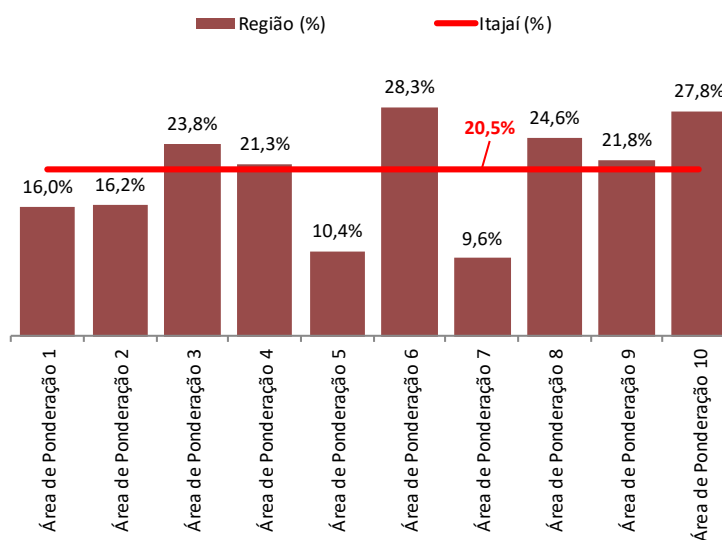


Em 2010 haviam 2.019 adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola. Isso gerou um percentual de 20,5% em Itajaí. Na Área de Ponderação 6 este percentual chegou a 28,3%, o maior no município.

Tabela 15 – Adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola

Regional	De 15 a 17 anos		
	Total	Fora da Escola	Região (%)
Área de Ponderação 1	657	105	16,0%
Área de Ponderação 2	752	122	16,2%
Área de Ponderação 3	1.025	244	23,8%
Área de Ponderação 4	906	193	21,3%
Área de Ponderação 5	1.375	144	10,4%
Área de Ponderação 6	832	236	28,3%
Área de Ponderação 7	731	70	9,6%
Área de Ponderação 8	680	167	24,6%
Área de Ponderação 9	999	217	21,8%
Área de Ponderação 10	1.874	521	27,8%
Itajaí	9.831	2.019	20,5%

Fonte: IBGE (Microdados), 2010.



7.1.2. SITUAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SEGUNDO O CENSO ESCOLAR

O Censo Escolar⁹ é um levantamento de dados estatísticos de âmbito nacional, que por sua abrangência, é o principal instrumento de coleta e fonte de informações educacionais, cujos dados são fornecidos pelas escolas públicas e privadas, da rede de ensino municipal e estadual, abrangendo a educação básica, regular, especial, de jovens e adultos (EJA) e profissional.

A partir dos dados do Censo é possível montar um panorama da educação, pois são sistematizados desde o número de matrículas, até informações de rendimento, do espaço físico e infraestrutura das escolas, do transporte de alunos, alimentação, das funções docentes, outros.

Infraestrutura

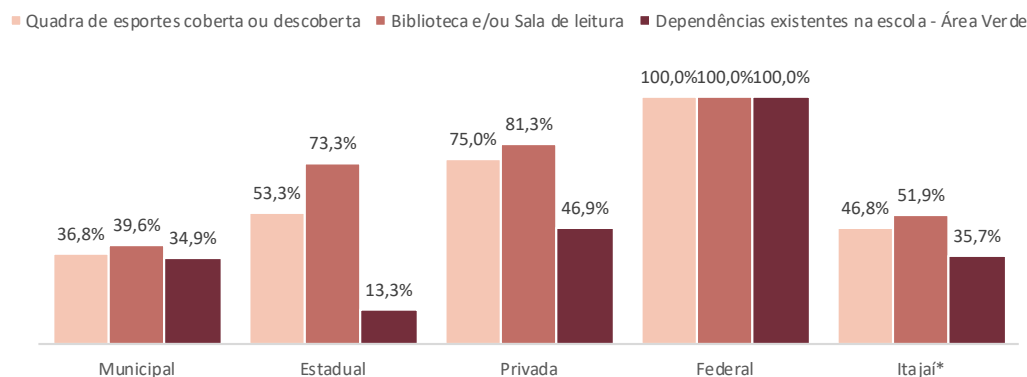
No total de 154 escolas que oferecem o ensino regular em Itajaí, segundo o Censo Escolar 2018 (dados Preliminares), 46,8% tem quadras de esportes (cobertas ou não), 51,9% tem salas de leitura ou bibliotecas e ainda, 35,7% oferecem área verde. Se comparada a oferta da rede municipal com a rede privada ou estadual, a rede municipal apresenta menos escolas com oferta de quadras de esporte (36,8%) e de salas de leitura ou biblioteca (39,6%) do que as outras redes.

Tabela 16 – Espaços ofertados nas escolas por rede de ensino

Rede	Quadra de esportes coberta ou descoberta		Biblioteca e/ou Sala de leitura		Dependências existentes na escola Área Verde		Total
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Municipal	39	36,8%	42	39,6%	37	34,9%	106
Estadual	8	53,3%	11	73,3%	2	13,3%	15
Privada	24	75,0%	26	81,3%	15	46,9%	32
Federal	1	100,0%	1	100,0%	1	100,0%	1
Itajaí*	72	46,8%	80	51,9%	55	35,7%	154

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar).

*Escolas de Ensino Regular.



⁹ realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação.

A seguir a Tabela 18 mostra por região o percentual de escolas que possuem quadras de esporte (cobertas ou não), bibliotecas ou salas de leitura e ainda, área verde. Apenas uma região tem quadra de esporte em todas as escolas, já a biblioteca ou sala de leitura são duas. Em relação à área verde são três regiões que tem 100% das escolas ofertando este espaço.

Tabela 17 – Espaços ofertados nas escolas por região

Região	Quadra de esportes coberta ou descoberta		Biblioteca e/ou Sala de leitura		Dependências existentes na escola Área Verde		Total de escolas por região
	Possui	(%) Possui	Possui	(%) Possui	Possui	(%) Possui	
1 Praia Brava	2	100,0%	2	100,0%	1	50,0%	2
2 Bambuzal	1	16,7%	1	16,7%	2	33,3%	6
3 Cabeçadas/Beira Rio		0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1
4 Canhanduba/Rio do Meio	1	50,0%	0	0,0%	1	50,0%	2
5 Centro	17	89,5%	17	89,5%	10	52,6%	19
6 Cidade Nova I	4	36,4%	3	27,3%	2	18,2%	11
7 Cidade Nova II		0,0%	0	0,0%	2	100,0%	2
8 Cordeiros I	2	33,3%	2	33,3%	3	50,0%	6
9 Cordeiros II	4	33,3%	9	75,0%	4	33,3%	12
10 Dom Bosco	1	25,0%	2	50,0%	2	50,0%	4
11 Espinheiros I	3	30,0%	3	30,0%	1	10,0%	10
12 Fazenda	2	40,0%	2	40,0%	2	40,0%	5
13 Fazendinha	4	80,0%	4	80,0%	4	80,0%	5
14 Imaruí	2	66,7%	3	100,0%	0	0,0%	3
15 Itaipava	5	71,4%	4	57,1%	1	14,3%	7
16 Limoeiro		0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2
17 Murta	1	33,3%	1	33,3%	3	100,0%	3
18 Nossa Senhora das Graças		0,0%	0	0,0%	1	100,0%	1
19 Ariribá	2	50,0%	3	75,0%	1	25,0%	4
20 Região Rural	1	25,0%	1	25,0%	0	0,0%	4
21 Espinheiros II	2	28,6%	3	42,9%	3	42,9%	7
22 Ressacada	3	75,0%	3	75,0%	1	25,0%	4
23 São João/Barra do Rio	4	33,3%	4	33,3%	4	33,3%	12
24 São Judas/Vila Operária	4	50,0%	5	62,5%	2	25,0%	8
25 São Vicente I	6	54,5%	6	54,5%	4	36,4%	11
26 São Vicente II	1	33,3%	2	66,7%	0	0,0%	3
Itajaí*	72	46,8%	80	51,9%	54	35,1%	154

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar).

*Escolas de Ensino Regular.

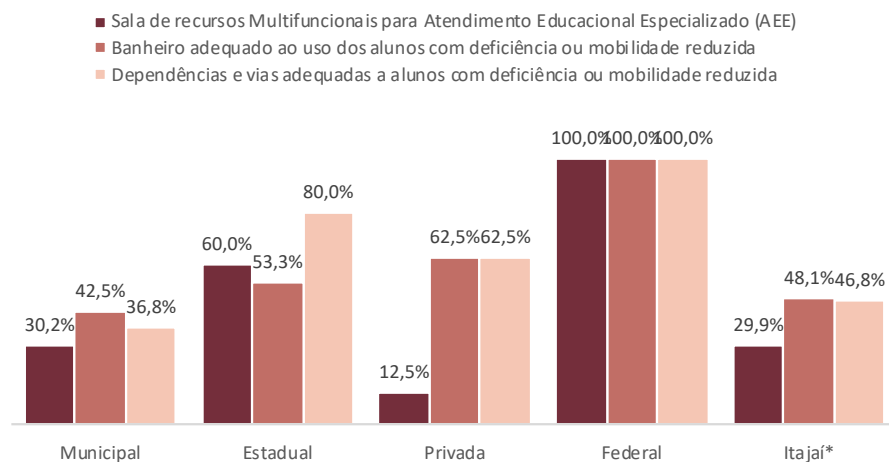
O espaços ofertados nas escolas para pessoa com necessidades especiais mostra que as escolas estaduais (desconsiderando a rede federal que tem apenas uma escola em Itajaí) apresentam mais espaços como sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), representando um valor de 60%, e dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, com 80%. A rede particular se destaca na oferta de banheiro adequado ao uso dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida com 62,5%.

Tabela 18 – Espaços ofertados nas escolas para pessoas com necessidades especiais por rede de ensino

Rede	Sala de recursos Multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE)		Banheiro adequado ao uso dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida		Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida		Total
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Municipal	32	30,2%	45	42,5%	39	36,8%	106
Estadual	9	60,0%	8	53,3%	12	80,0%	15
Privada	4	12,5%	20	62,5%	20	62,5%	32
Federal	1	100,0%	1	100,0%	1	100,0%	1
Itajaí*	46	29,9%	74	48,1%	72	46,8%	154

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar).

*Escolas de Ensino Regular.



A Tabela 20 a seguir mostra a oferta de sala, banheiro e vias com acesso a pessoas com deficiência. Novamente tem-se poucas regiões com oferta em 100% das escolas com acessibilidade.

Tabela 19 – Espaços ofertados nas escolas para pessoa com necessidades especiais por região

Região	Sala de recursos Multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE)		Banheiro adequado ao uso dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida		Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida		Total de escolas por região
	Possui	(%) Possui	Possui	(%) Possui	Possui	(%) Possui	
1 Praia Brava	0	0,0%	2	100,0%	2	100,0%	2
2 Bambuzal	1	16,7%	1	16,7%	3	50,0%	6
3 Cabeçadas/Beira Rio	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	1
4 Canhanduba/Rio do Meio	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	2
5 Centro	5	26,3%	12	63,2%	14	73,7%	19
6 Cidade Nova I	4	36,4%	5	45,5%	5	45,5%	11
7 Cidade Nova II	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2
8 Cordeiros I	2	33,3%	3	50,0%	3	50,0%	6
9 Cordeiros II	4	33,3%	5	41,7%	4	33,3%	12
10 Dom Bosco	1	25,0%	2	50,0%	0	0,0%	4
11 Espinheiros I	2	20,0%	2	20,0%	3	30,0%	10
12 Fazenda	0	0,0%	2	40,0%	2	40,0%	5
13 Fazendinha	2	40,0%	3	60,0%	3	60,0%	5
14 Imaruí	1	33,3%	2	66,7%	0	0,0%	3
15 Itaipava	4	57,1%	7	100,0%	6	85,7%	7
16 Limoeiro	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	2
17 Murta	1	33,3%	2	66,7%	2	66,7%	3
18 Nossa Senhora das Graças	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1
19 Ariribá	1	25,0%	2	50,0%	2	50,0%	4
20 Região Rural	1	25,0%	1	25,0%	1	25,0%	4
21 Espinheiros II	1	14,3%	3	42,9%	2	28,6%	7
22 Ressacada	3	75,0%	3	75,0%	3	75,0%	4
23 São João/Barra do Rio	3	25,0%	4	33,3%	3	25,0%	12
24 São Judas/Vila Operária	3	37,5%	5	62,5%	7	87,5%	8
25 São Vicente I	4	36,4%	5	45,5%	3	27,3%	11
26 São Vicente II	2	66,7%	1	33,3%	2	66,7%	3
Itajaí*	46	29,9%	74	48,1%	72	46,8%	154

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar).

*Escolas de Ensino Regular.

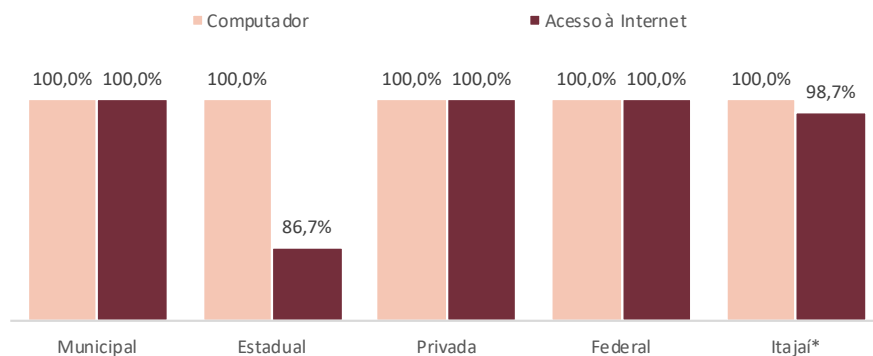
Em relação à oferta de computadores e acesso à internet, apenas a rede estadual apresenta 86,7% das escolas com acesso à internet enquanto as outras redes apresentam 100%.

Tabela 20 – Equipamentos existentes na escola por rede de ensino

Rede	Computador		Acesso à Internet		Total
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Municipal	106	100,0%	106	100,0%	106
Estadual	15	100,0%	13	86,7%	15
Privada	32	100,0%	32	100,0%	32
Federal	1	100,0%	1	100,0%	1
Itajaí*	154	100,0%	152	98,7%	154

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar).

*Escolas de Ensino Regular.



A Tabela 22 a seguir, mostra por região, quais tem computador para acesso dos alunos e quais são cobertas por internet. Das 26 regiões, 25 apresentaram 100% das escolas com computadores, e com acesso à internet apenas três regiões não estão com 100% de cobertura, são elas as de São Vicente I, Canhanduba/Rio do Meio e Espinheiros II.

Tabela 21 – Equipamentos existentes nas escolas por região

Região	Computador		Acesso à Internet		Total de escolas por região
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
1 Praia Brava	2	100,0%	2	100,0%	2
2 Bambuzal	6	100,0%	6	100,0%	6
3 Cabeçudas/Beira Rio	1	100,0%	1	100,0%	1
4 Canhanduba/Rio do Meio	1	50,0%	1	50,0%	2
5 Centro	19	100,0%	19	100,0%	19
6 Cidade Nova I	11	100,0%	11	100,0%	11
7 Cidade Nova II	2	100,0%	2	100,0%	2
8 Cordeiros I	6	100,0%	6	100,0%	6
9 Cordeiros II	12	100,0%	12	100,0%	12
10 Dom Bosco	4	100,0%	4	100,0%	4
11 Espinheiros I	10	100,0%	10	100,0%	10
12 Fazenda	5	100,0%	5	100,0%	5
13 Fazendinha	5	100,0%	5	100,0%	5
14 Imaruí	3	100,0%	3	100,0%	3
15 Itaipava	7	100,0%	7	100,0%	7
16 Limoeiro	2	100,0%	2	100,0%	2
17 Murta	3	100,0%	3	100,0%	3
18 Nossa Senhora das Graças	1	100,0%	1	100,0%	1
19 Ariribá	4	100,0%	4	100,0%	4
20 Região Rural	4	100,0%	4	100,0%	4
21 Espinheiros II	7	100,0%	6	85,7%	7
22 Ressacada	4	100,0%	4	100,0%	4
23 São João/Barra do Rio	12	100,0%	12	100,0%	12
24 São Judas/Vila Operária	8	100,0%	8	100,0%	8
25 São Vicente I	11	100,0%	10	90,9%	11
26 São Vicente II	3	100,0%	3	100,0%	3
Itajaí*	153	99,4%	151	98,1%	154

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar).

*Escolas de Ensino Regular.

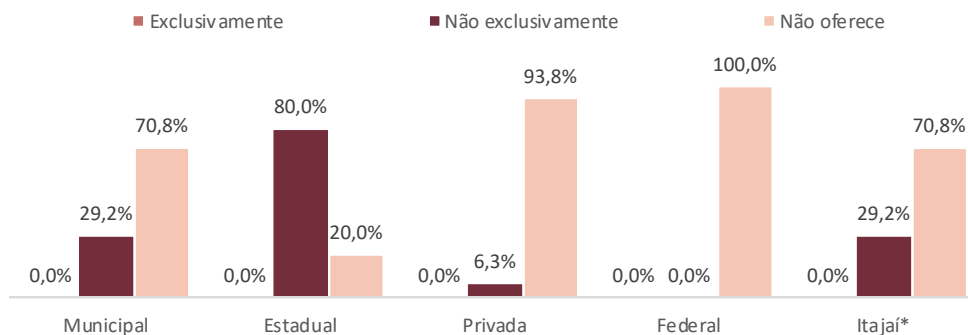
O Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas ocorre em 29,2%, não exclusivamente. Tem-se que 70,8% não ofertam o atendimento. A rede municipal tem 29,8% das suas escolas com oferta do atendimento não exclusivo, e a rede estadual 80%.

Tabela 22 – Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola por rede de ensino

Rede	Exclusivamente		Não exclusivamente		Não oferece		Total
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Municipal	-	0,0%	31	29,2%	75	70,8%	106
Estadual	-	0,0%	12	80,0%	3	20,0%	15
Privada	-	0,0%	2	6,3%	30	93,8%	32
Federal	-	0,0%	-	0,0%	1	100,0%	1
Itajaí*		0,0%	45	29,2%	109	70,8%	154

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar).

*Escolas de Ensino Regular.



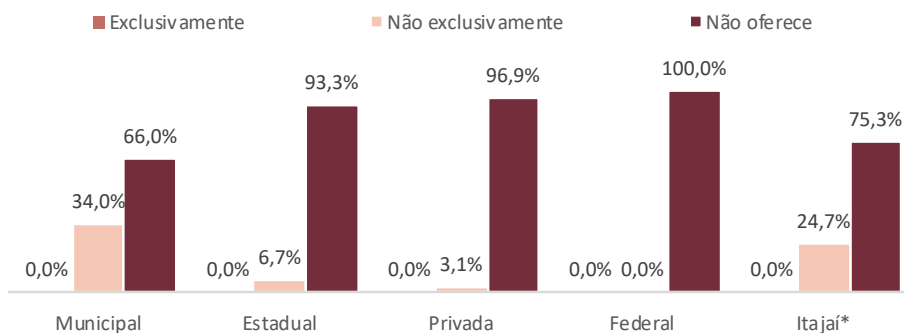
A atividade complementar é oferecida mais pela rede municipal, 34% ofertam atividade complementar não exclusivamente. No geral, 24,7% das escolas oferecem atividade complementar.

Tabela 23 – Atividade complementar

Rede	Exclusivamente		Não exclusivamente		Não oferece		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Municipal	-	0,0%	36	34,0%	70	66,0%	106	68,8%
Estadual	-	0,0%	1	6,7%	14	93,3%	15	9,7%
Privada	-	0,0%	1	3,1%	31	96,9%	32	20,8%
Federal	-	0,0%	-	0,0%	1	100,0%	1	0,6%
Itajaí*		0,0%	38	24,7%	116	75,3%	154	100,0%

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar).

*Escolas de Ensino Regular.



A Tabela 25 a seguir mostra quais as regiões com atendimento tanto para pessoas com deficiência como com atividade complementar. Tem-se na oferta do atendimento especializado quatro regiões sem nenhuma escola, e na oferta de atividade complementar, cinco regiões sem nenhuma escola com atividades.

Tabela 24 – Oferta de outros atendimentos nas escolas por região

Região	Oferece Atendimento Educacional Especializado (AEE) não exclusivamente		Oferece atividade complementar não exclusivamente		Total de escolas por região
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
1 Praia Brava	0	0,0%	0	0,0%	2
2 Bambuzal	1	16,7%	1	16,7%	6
3 Cabeçadas/Beira Rio	0	0,0%	0	0,0%	1
4 Canhanduba/Rio do Meio	1	50,0%	1	50,0%	2
5 Centro	4	21,1%	2	10,5%	19
6 Cidade Nova I	5	45,5%	3	27,3%	11
7 Cidade Nova II	0	0,0%	0	0,0%	2
8 Cordeiros I	2	33,3%	2	33,3%	6
9 Cordeiros II	4	33,3%	3	25,0%	12
10 Dom Bosco	1	25,0%	1	25,0%	4
11 Espinheiros I	2	20,0%	4	40,0%	10
12 Fazenda	1	20,0%	1	20,0%	5
13 Fazendinha	2	40,0%	2	40,0%	5
14 Imaruí	1	33,3%	1	33,3%	3
15 Itaipava	3	42,9%	4	57,1%	7
16 Limoeiro	1	50,0%	0	0,0%	2
17 Murta	1	33,3%	1	33,3%	3
18 Nossa Senhora das Graças	0	0,0%	0	0,0%	1
19 Ariribá	1	25,0%	2	50,0%	4
20 Região Rural	1	25,0%	1	25,0%	4
21 Espinheiros II	1	14,3%	1	14,3%	7
22 Ressacada	2	50,0%	2	50,0%	4
23 São João/Barra do Rio	3	25,0%	1	8,3%	12
24 São Judas/Vila Operária	3	37,5%	1	12,5%	8
25 São Vicente I	3	27,3%	3	27,3%	11
26 São Vicente II	2	66,7%	1	33,3%	3
Itajaí*	45	29,2%	38	24,7%	154

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar).

*Escolas de Ensino Regular.

Perfil dos matriculados

No total Itajaí tem 56.277 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos matriculados. Destes, 63,4% estão na rede municipal.

Tabela 25 – Matriculados de 0 a 17 anos por rede de ensino

Rede	Matriculados de 0 a 17 anos	(%) Matriculados de 0 a 17 anos por rede	
Municipal	35.660	63,4%	
Privada	11.398	20,3%	
Estadual	8.978	16,0%	
Federal	241	0,4%	
Itajaí	56.277	100,0%	

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar).

Apenas 11,9% utilizam o transporte escolar, este oferecido quase que na totalidade pelo município. E ainda, 0,6% dos matriculados tem indicação de “aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação”.

Tabela 26 – Características dos matriculados de 0 a 17 anos

Característica	Quant.	Total	(%)	
Matriculados de 0 a 17 anos que utilizam transporte escolar	6.712	56.277	11,9%	
Matriculados de 0 a 17 anos que utilizam transporte público estadual	8	6.712	0,1%	
Matriculados de 0 a 17 anos que utilizam transporte público municipal	6.704	6.712	99,9%	
Matriculados de 0 a 17 anos deficientes que estão na escola	357	56.277	0,6%	
Matriculados de 0 a 17 anos deficientes que estudam em turma especial	357	56.277	0,6%	

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar).

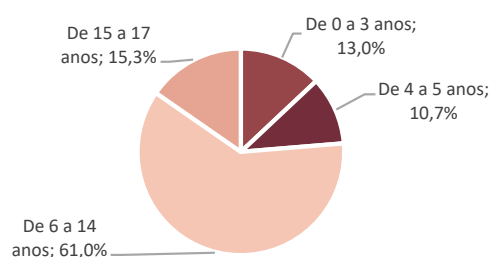
Nota: Tanto o transporte público estadual como os alunos que estudam em turma especial podem ser erros de digitação do Censo Escolar pois são muito poucos respondentes.

Os alunos entre 6 e 14 anos representam 61% dos matriculados e os alunos de 15 a 17 anos representam 15,3%.

Tabela 27 – Matriculados de 0 a 17 anos por faixa etária

Rede	Matriculados	(%) Matriculados
De 0 a 3 anos	7.314	13,0%
De 4 a 5 anos	6.016	10,7%
De 6 a 14 anos	34.309	61,0%
De 15 a 17 anos	8.638	15,3%
Itajaí	56.277	100,0%

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar).



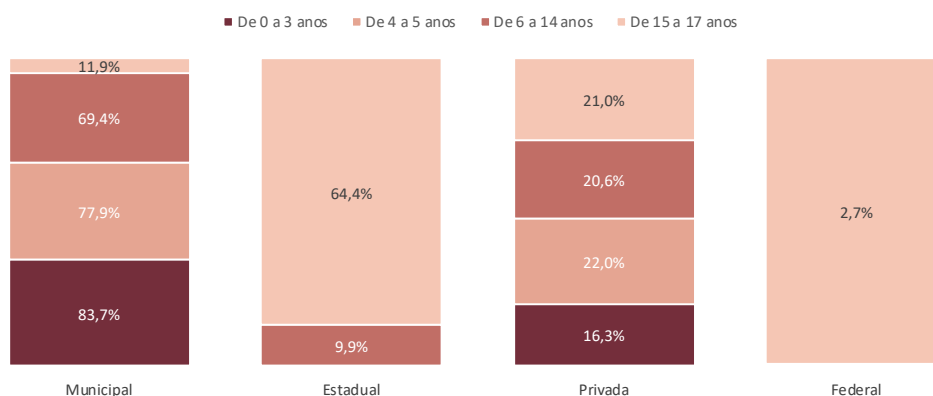
Na faixa etária de 0 a 3 anos a maioria dos matriculados estão na rede municipal, 83,7%, e na faixa etária de 15 a 17 anos 64,4% estão na rede estadual. A rede privada tem 20,3% de todos os matriculados.

Tabela 28 – Matriculados de 0 a 17 anos por faixa etária e rede de ensino

Rede	Municipal		Estadual		Privada		Federal		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
De 0 a 3 anos	6.121	83,7%	0	0,0%	1.193	16,3%	0	0,0%	7.314	100,0%
De 4 a 5 anos	4.687	77,9%	3	0,0%	1.326	22,0%	0	0,0%	6.016	100,0%
De 6 a 14 anos	23.824	69,4%	3.409	9,9%	7.067	20,6%	9	0,0%	34.309	100,0%
De 15 a 17 anos	1.028	11,9%	5.566	64,4%	1.812	21,0%	232	2,7%	8.638	100,0%
Itajaí	35.660	63,4%	8.978	16,0%	11.398	20,3%	241	0,4%	56.277	100,0%

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar).

*Escolas de Ensino Regular.



Os objetivos para a Educação Integral no município de Itajaí estão orientados a partir das premissas da Base Nacional Comum Curricular (2017), por meio da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017.

A Secretaria Municipal de Educação de Itajaí/SC, pretende atualizar para a continuidade e efetividade da já implantada oferta de Educação em Tempo Integral em suas várias expressões, consideradas, em linhas gerais, como ofertas que ampliam a jornada escolar mediante atividades escolares que oportunizem aprendizagens significativas, organizadas também em regime de contraturno.

Atualmente Itajaí conta com sete Centros de Educação em Tempo Integral (CEDINS), sendo eles: CEDIN Ângela Dalçoquio de Souza; CEDIN Dilzelena Marcia Teixeira; CEDIN Napoleão de Souza; CEDIN Emilio Gazaniga Junior; CEDIN Jacy Dias Ramos; CEDIN Lucy Canziani; CEDIN Verde Vale. Esses centros atendem juntos 1.158 alunos.

Itajaí conta também com mais 440 alunos atendidos em cinco escolas em tempo integral, sendo elas: E. B. Aníbal César; E. B. Inês Cristofolini de Freitas; E. B. Padre José de Anchieta; E. B. de Campo Maria do Carmo Vieira; E.B Mansueto Três.

Também faz parte um projeto piloto desenvolvido para 40 alunos na E. B. Profª. Maria José Hulse Peixoto, com uma metodologia de projetos, oficinas e parcerias.

E ainda, fechando a Educação Integral, Itajaí compra 750 vagas para alunos de 7º e 8º anos no SENAI como um projeto de Iniciação Profissionalizante.

Segundo a Secretaria da Educação de Itajaí, a seleção dos alunos nas Escolas em Tempo Integral ocorre por vulnerabilidade social e por interesse, já nos CEDINS têm uma organização interna de responsabilidade de cada unidade tendo em vista que não possuem um sistema fila de espera.

Quadro 8 – Alunos atendidos na educação em tempo integral

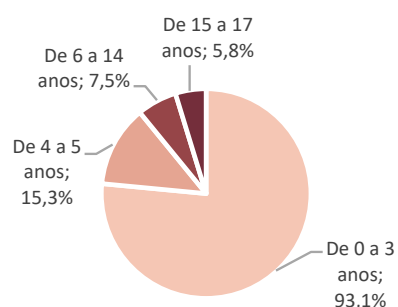
CEDIN	Escolas de EF	Projeto Piloto	SENAI Profissionalizante	Total em tempo integral
1.158	440	40	750	2.388

Fonte: Secretaria Municipal da Educação.

Uma outra informação para complementar a educação integral, segundo o INEP (2016) alunos com tempo de permanência na escola igual ou superior a 7 (sete) horas diárias, calculado somando-se a duração da escolarização com a duração da atividade complementar, são considerados em tempo integral. utilizando-se deste conceito e com os dados do Censo Escolar de 2018, no total de matriculados em Itajaí, 19,2% estão em período integral, conforme definição do INEP. O maior percentual de integral está entre 0 e 3 anos, 93,1%.

Tabela 29 – Matriculados de 0 a 17 anos em tempo integral por faixa etária

Rede	Matriculados no integral	Matriculados	(%) Matriculados no integral
De 0 a 3 anos	6.809	7.314	93,1%
De 4 a 5 anos	921	6.016	15,3%
De 6 a 14 anos	2.574	34.309	7,5%
De 15 a 17 anos	498	8.638	5,8%
Itajaí	10.802	56.277	19,2%



Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar).

Nota: Tempo de permanência na escola igual ou superior a 7 (sete) horas diárias, calculado somando-se a duração da escolarização com a duração da atividade complementar (INEP, 2016).

Tabela 30 – Matriculados por rede de ensino

Região geográfica	Estadual		Federal		Municipal		Privada		Total de matriculados de 0 a 17 anos	
	Mat.	(%)	Mat.	(%)	Mat.	(%)	Mat.	(%)	Mat.	(%)
1 Praia Brava	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	546	100,0%	546	100,0%
2 Bambuzal	0	0,0%	0	0,0%	1.353	100,0%	0	0,0%	1.353	100,0%
3 Cabeçadas/Beira Rio	0	0,0%	0	0,0%	130	100,0%	0	0,0%	130	100,0%
4 Canhanduba/Rio do Meio	1	0,3%	0	0,0%	325	99,7%	0	0,0%	326	100,0%
5 Centro	1.191	12,7%	0	0,0%	0	0,0%	8.187	87,3%	9.378	100,0%
6 Cidade Nova I	902	17,8%	0	0,0%	4.165	82,2%	0	0,0%	5.067	100,0%
7 Cidade Nova II	0	0,0%	0	0,0%	577	100,0%	0	0,0%	577	100,0%
8 Cordeiros I	0	0,0%	0	0,0%	2.616	100,0%	0	0,0%	2.616	100,0%
9 Cordeiros II	1.614	28,3%	0	0,0%	3.855	67,5%	238	4,2%	5.707	100,0%
10 Dom Bosco	0	0,0%	0	0,0%	902	52,3%	823	47,7%	1.725	100,0%
11 Espinheiros I	0	0,0%	0	0,0%	3.121	100,0%	0	0,0%	3.121	100,0%
12 Fazenda	291	31,1%	0	0,0%	644	68,9%	0	0,0%	935	100,0%
13 Fazendinha	0	0,0%	0	0,0%	1.301	78,2%	363	21,8%	1.664	100,0%
14 Imaruí	0	0,0%	0	0,0%	922	79,6%	237	20,4%	1.159	100,0%
15 Itaipava	0	0,0%	0	0,0%	1.982	100,0%	0	0,0%	1.982	100,0%
16 Limoeiro	479	78,5%	0	0,0%	131	21,5%	0	0,0%	610	100,0%
17 Murta	0	0,0%	0	0,0%	1.495	100,0%	0	0,0%	1.495	100,0%
18 Nossa Senhora das Graças	0	0,0%	0	0,0%	165	100,0%	0	0,0%	165	100,0%
19 Ariribá	0	0,0%	0	0,0%	741	100,0%	0	0,0%	741	100,0%
20 Região Rural	0	0,0%	0	0,0%	590	100,0%	0	0,0%	590	100,0%
21 Espinheiros II	551	30,7%	0	0,0%	1.243	69,3%	0	0,0%	1.794	100,0%
22 Ressacada	0	0,0%	241	27,0%	653	73,0%	0	0,0%	894	100,0%
23 São João/Barra do Rio	1.993	47,3%	0	0,0%	2.103	49,9%	121	2,9%	4.217	100,0%
24 São Judas/Vila Operária	1.286	46,0%	0	0,0%	1.137	40,7%	371	13,3%	2.794	100,0%
25 São Vicente I	211	4,2%	0	0,0%	4.303	85,8%	504	10,0%	5.018	100,0%
26 São Vicente II	459	27,4%	0	0,0%	1.206	72,1%	8	0,5%	1.673	100,0%
Itajaí	8.978	16,0%	241	0,4%	35.660	63,4%	11.398	20,3%	56.277	100,0%

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar).

*Escolas de Ensino Regular.

A seguir a Tabela 32 apresenta o percentual de matriculados em tempo integral por região. Em média Itajaí apresenta 19,2% dos matriculados em tempo integral.

Tabela 31 – Matriculados de 0 a 17 anos em tempo integral por região

Região geográfica	Quant. de 0 a 17 anos no integral	(%)	(%) Integral
1 Praia Brava	86	546	15,8%
2 Bambuzal	494	1353	36,5%
3 Cabeçadas/Beira Rio	98	130	75,4%
4 Canhanduba/Rio do Meio	82	326	25,2%
5 Centro	414	9378	4,4%
6 Cidade Nova I	779	5067	15,4%
7 Cidade Nova II	505	577	87,5%
8 Cordeiros I	585	2616	22,4%
9 Cordeiros II	933	5707	16,3%
10 Dom Bosco	420	1725	24,3%
11 Espinheiros I	427	3121	13,7%
12 Fazenda	553	935	59,1%
13 Fazendinha	399	1664	24,0%
14 Imaruí	314	1159	27,1%
15 Itaipava	460	1982	23,2%
16 Limoeiro	51	610	8,4%
17 Murta	313	1495	20,9%
18 Nossa Senhora das Graças	101	165	61,2%
19 Ariribá	193	741	26,0%
20 Região Rural	88	590	14,9%
21 Espinheiros II	518	1794	28,9%
22 Ressacada	174	894	19,5%
23 São João/Barra do Rio	824	4217	19,5%
24 São Judas/Vila Operária	654	2794	23,4%
25 São Vicente I	1113	5018	22,2%
26 São Vicente II	224	1673	13,4%
Itajaí	10.802	56.277	19,2%

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar).
*Escolas de Ensino Regular.

Tabela 32 – Matriculados por faixa etária

Região geográfica	Matriculados de 0 a 3 anos		Matriculados de 4 a 5 anos		Matriculados de 6 a 14 anos		Matriculados de 15 a 17 anos		Total de matriculados de 0 a 17 anos	
	Mat.	(%)	Mat.	(%)	Mat.	(%)	Mat.	(%)	Mat.	(%)
1 Praia Brava	16	2,9%	58	10,6%	451	82,6%	21	3,8%	546	100,0%
2 Bambuzal	423	31,3%	321	23,7%	583	43,1%	26	1,9%	1353	100,0%
3 Cabeçadas/Beira Rio	94	72,3%	35	26,9%	1	0,8%	0	0,0%	130	100,0%
4 Canhanduba/Rio do Meio	50	15,3%	34	10,4%	235	72,1%	7	2,1%	326	100,0%
5 Centro	499	5,3%	765	8,2%	5914	63,1%	2200	23,5%	9378	100,0%
6 Cidade Nova I	365	7,2%	625	12,3%	3515	69,4%	562	11,1%	5067	100,0%
7 Cidade Nova II	473	82,0%	99	17,2%	5	0,9%	0	0,0%	577	100,0%
8 Cordeiros I	486	18,6%	407	15,6%	1666	63,7%	57	2,2%	2616	100,0%
9 Cordeiros II	718	12,6%	592	10,4%	3080	54,0%	1317	23,1%	5707	100,0%
10 Dom Bosco	296	17,2%	226	13,1%	982	56,9%	221	12,8%	1725	100,0%
11 Espinheiros I	353	11,3%	221	7,1%	2458	78,8%	89	2,9%	3121	100,0%
12 Fazenda	237	25,3%	35	3,7%	383	41,0%	280	29,9%	935	100,0%
13 Fazendinha	187	11,2%	305	18,3%	1092	65,6%	80	4,8%	1664	100,0%
14 Imaruí	113	9,7%	53	4,6%	734	63,3%	259	22,3%	1159	100,0%
15 Itaipava	297	15,0%	216	10,9%	1405	70,9%	64	3,2%	1982	100,0%
16 Limoeiro	49	8,0%	77	12,6%	348	57,0%	136	22,3%	610	100,0%
17 Murta	256	17,1%	180	12,0%	1011	67,6%	48	3,2%	1495	100,0%
18 Nossa Senhora das Graças	97	58,8%	58	35,2%	10	6,1%	0	0,0%	165	100,0%
19 Ariribá	174	23,5%	95	12,8%	456	61,5%	16	2,2%	741	100,0%
20 Região Rural	89	15,1%	84	14,2%	406	68,8%	11	1,9%	590	100,0%
21 Espinheiros II	451	25,1%	400	22,3%	706	39,4%	237	13,2%	1794	100,0%
22 Ressacada	29	3,2%	29	3,2%	591	66,1%	245	27,4%	894	100,0%
23 São João/Barra do Rio	651	15,4%	531	12,6%	1647	39,1%	1388	32,9%	4217	100,0%
24 São Judas/Vila Operária	396	14,2%	101	3,6%	1622	58,1%	675	24,2%	2794	100,0%
25 São Vicente I	422	8,4%	372	7,4%	3829	76,3%	395	7,9%	5018	100,0%
26 São Vicente II	93	5,6%	97	5,8%	1179	70,5%	304	18,2%	1673	100,0%
Itajaí	7.314	13,0%	6.016	10,7%	34.309	61,0%	8.638	15,3%	56.277	100,0%

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar).

*Escolas de Ensino Regular.

Transporte escolar

A seguir, a Tabela 34 apresenta por região o percentual de matriculados de 0 a 17 anos que utilizam transporte escolar. Em média 11,9% dos matriculados utilizam transporte escolar no município de Itajaí.

Tabela 33 – Matriculados de 0 a 17 anos que utilizam o transporte escolar por região

Região geográfica	Matriculados de 0 a 17 anos que utilizam transporte escolar	Total de matriculados de 0 a 17 anos	(%) Matriculados de 0 a 17 anos que utilizam transporte escolar	Total de escolas por região
1 Praia Brava	0	546	0,0%	2
2 Bambuzal	0	1.353	0,0%	6
3 Cabeçudas/Beira Rio	0	130	0,0%	1
4 Canhanduba/Rio do Meio	224	326	68,7%	2
5 Centro	672	9.378	7,2%	19
6 Cidade Nova I	15	5.067	0,3%	11
7 Cidade Nova II	0	577	0,0%	2
8 Cordeiros I	128	2.616	4,9%	6
9 Cordeiros II	343	5.707	6,0%	12
10 Dom Bosco	326	1.725	18,9%	4
11 Espinheiros I	1.840	3.121	59,0%	10
12 Fazenda	102	935	10,9%	5
13 Fazendinha	32	1.664	1,9%	5
14 Imaruí	10	1.159	0,9%	3
15 Itaipava	691	1.982	34,9%	7
16 Limoeiro	32	610	5,2%	2
17 Murta	587	1.495	39,3%	3
18 Nossa Senhora das Graças	0	165	0,0%	1
19 Ariribá	94	741	12,7%	4
20 Região Rural	468	590	79,3%	4
21 Espinheiros II	594	1.794	33,1%	7
22 Ressacada	17	894	1,9%	4
23 São João/Barra do Rio	263	4.217	6,2%	12
24 São Judas/Vila Operária	233	2.794	8,3%	8
25 São Vicente I	39	5.018	0,8%	11
26 São Vicente II	2	1.673	0,1%	3
Itajaí	6.712	56.277	11,9%	154

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar).

*Escolas de Ensino Regular.

7.1.2.1. RENDIMENTO ESCOLAR

O percentual de abandono do ensino médio de Itajaí está acima do percentual do Brasil e de Santa Catarina, com 8,4%, enquanto estes são de 6,1% e 6,3% respectivamente. Para os anos iniciais e finais do ensino fundamental os percentuais do município são menores que o do estado e do país.

Tabela 34 – Comparativo do rendimento escolar de Itajaí, Santa Catarina e Brasil

Região	Aprovação total			Reprovação total			Abandono total		
	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	EM	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	EM	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	EM
Brasil	94,8%	87,6%	83,0%	4,5%	10,0%	10,9%	0,7%	2,4%	6,1%
Santa Catarina	96,5%	90,4%	83,5%	3,4%	8,7%	10,2%	0,1%	0,9%	6,3%
Itajaí	98,0%	94,9%	81,0%	1,9%	4,6%	10,6%	0,1%	0,5%	8,4%

Fonte: Censo da Educação Básica (INEP), 2017.

Nota: aprovação total de todas as redes de ensino (municipal, estadual, federal e particular).

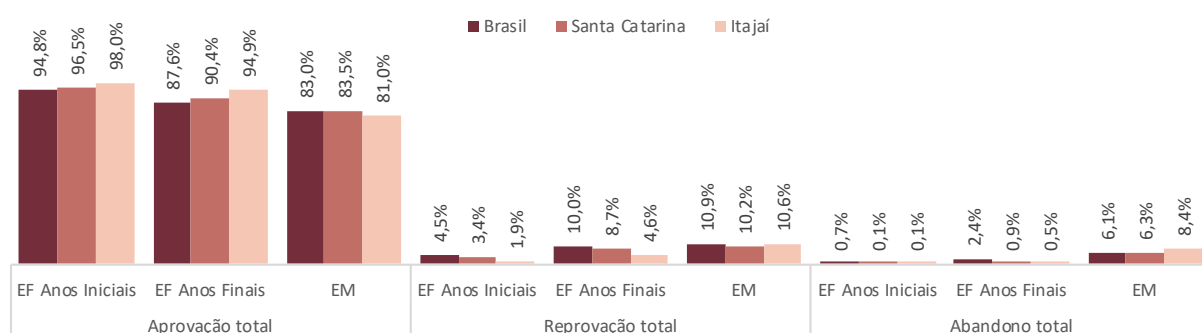


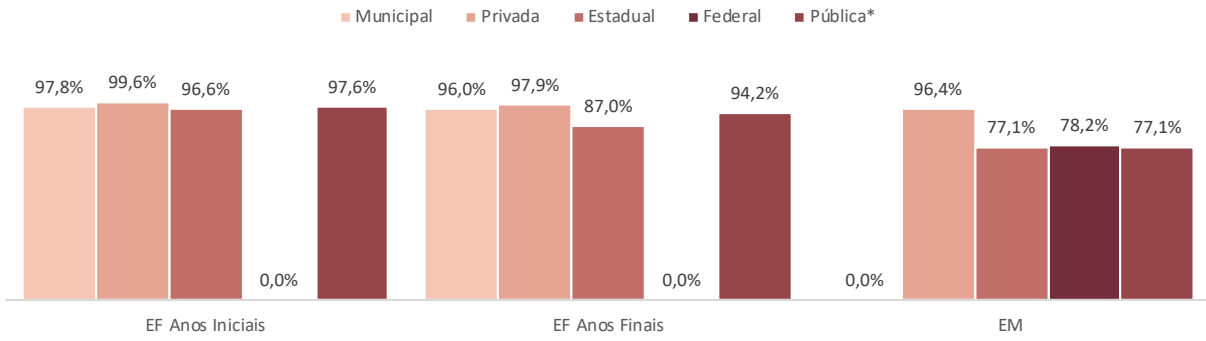
Tabela 35 – Rendimento escolar de Itajaí por rede de ensino

Dependência administrativa	Aprovação			Reprovação			Abandono		
	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	EM	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	EM	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	EM
Municipal	97,8%	96,0%	-	2,2%	3,9%	-	0,0%	0,1%	-
Privada	99,6%	97,9%	96,4%	0,4%	2,1%	3,5%	0,0%	0,0%	0,1%
Estadual	96,6%	87,0%	77,1%	3,1%	10,5%	12,2%	0,3%	2,5%	10,7%
Federal	-	-	78,2%	-	-	18,3%	-	-	3,5%
Pública*	97,6%	94,2%	77,1%	2,3%	5,2%	12,4%	0,1%	0,6%	10,5%
Total	98,0%	94,9%	81,0%	1,9%	4,6%	10,6%	0,1%	0,5%	8,4%

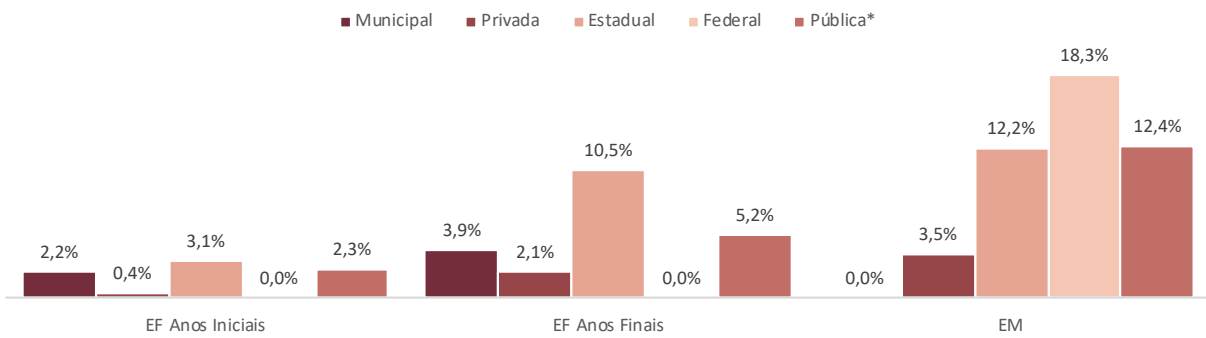
Fonte: Censo da Educação Básica (INEP), 2017.

*Pública: Municipal, estadual e federal.

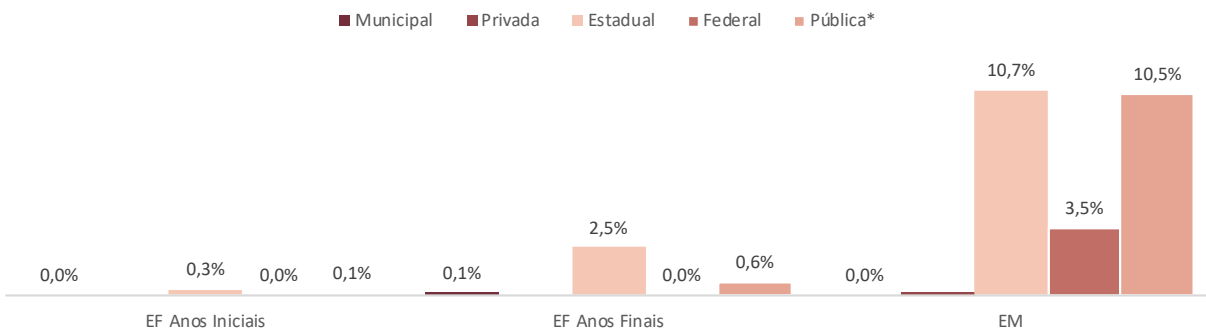
Aprovação



Reprovação



Abandono



Será apresentada a seguir a lista das escolas por rede de ensino com as taxas de aprovação, reprovação e abandono individualizadas. A EEB Prof Ary Mascarenhas Passos tem a maior taxa de abandono no ensino médio com 19,7%. Já as escolas privadas, a maioria delas, na mesma etapa apresentam 0% de abandono.

Tabela 36 – Rendimento escolar de Itajaí por escola

Escolas	Rede	Aprovação			Reprovação			Abandono		
		EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	EM	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	EM	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	EM
CE PEDRO RIZZI	Municipal	96,6%	89,3%	-	3,2%	9,8%	-	0,2%	0,9%	-
CENTRO EDUCACIONAL MEU CANTINHO LTDA	Privada	100,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-
EEB XV DE JUNHO	Estadual	95,5%	77,6%	68,5%	4,5%	16,8%	13,4%	0,0%	5,6%	18,1%
EB PREFEITO ALBERTO WERNER	Municipal	99,3%	96,9%	-	0,7%	3,1%	-	0,0%	0,0%	-
EB PROFª MARTINHO GERVASI	Municipal	99,3%	98,9%	-	0,7%	1,1%	-	0,0%	0,0%	-
COLEGIO ADVENTISTA DE ITAJAI	Privada	99,5%	98,1%	93,8%	0,5%	1,9%	5,5%	0,0%	0,0%	0,7%
ESCOLA BASICA DE CAMPO MARIA DO CARMO VIEIRA	Municipal	94,2%	96,9%	-	5,8%	3,1%	-	0,0%	0,0%	-
EEB DEP NILTON KUCKER	Estadual	97,2%	88,2%	81,6%	2,1%	10,0%	7,0%	0,7%	1,8%	11,4%
EEM PROF HENRIQUE DA SILVA FONTES	Estadual	-	-	79,5%	-	-	10,1%	-	-	10,4%
COLEGIO CENECISTA PEDRO ANTONIO FAYAL	Privada	100,0%	99,7%	99,0%	0,0%	0,3%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%
COLEGIO DE APLICACAO DA UNIVALI	Privada	98,9%	97,6%	93,7%	1,1%	2,4%	6,3%	0,0%	0,0%	0,0%
EEB NEREU RAMOS	Estadual	-	-	86,2%	-	-	5,1%	-	-	8,7%
COLEGIO SALESIANO ITAJAI	Privada	99,9%	96,5%	95,7%	0,1%	3,5%	4,3%	0,0%	0,0%	0,0%
ACBNL COLEGIO SAO JOSE	Privada	99,3%	99,1%	99,1%	0,7%	0,9%	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%
EEB CARLOS FANTINI	Estadual	96,7%	84,9%	71,7%	2,4%	10,1%	11,5%	0,9%	5,0%	16,8%
EEB PROF HENRIQUE MIDON	Estadual	95,5%	94,6%	78,8%	4,5%	4,8%	18,7%	0,0%	0,6%	2,5%
EB PROF MARIA DUTRA GOMES	Municipal	99,6%	100,0%	-	0,4%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-
EB ANIBAL CESAR	Municipal	99,2%	97,4%	-	0,8%	2,6%	-	0,0%	0,0%	-
EB JOSE POTTER	Municipal	98,5%	98,9%	-	1,5%	1,1%	-	0,0%	0,0%	-
EB MARECHAL OLIMPIO FALCONIERI DA CUNHA	Municipal	98,9%	98,9%	-	1,1%	1,1%	-	0,0%	0,0%	-
EB PROFª JUDITH DUARTE DE OLIVEIRA	Municipal	99,3%	100,0%	-	0,7%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-
EB ANTONIO RAMOS	Municipal	99,1%	99,7%	-	0,9%	0,3%	-	0,0%	0,0%	-
EB AVELINO WERNER	Municipal	99,7%	100,0%	-	0,3%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-
EB MELVIN JONES	Municipal	99,2%	83,9%	-	0,8%	16,1%	-	0,0%	0,0%	-
GE CARLOS DE PAULA SEARA	Municipal	96,4%	-	-	3,6%	-	-	0,0%	-	-
GE GUILHERMINA BUCHELE MULLER	Municipal	98,0%	-	-	2,0%	-	-	0,0%	-	-
EB YOLANDA LAURINDO ARDIGO	Municipal	99,3%	96,7%	-	0,7%	3,3%	-	0,0%	0,0%	-
EB ARNALDO BRANDAO	Municipal	91,9%	89,8%	-	8,1%	10,2%	-	0,0%	0,0%	-
EB ELIAS ADAIME	Municipal	95,5%	96,9%	-	4,5%	3,1%	-	0,0%	0,0%	-
EB FRANCISCO CELSO MAFRA	Municipal	99,3%	93,5%	-	0,7%	6,5%	-	0,0%	0,0%	-
EB JOAO DUARTE	Municipal	99,7%	99,2%	-	0,3%	0,8%	-	0,0%	0,0%	-
EB JOAO PAULO II	Municipal	99,5%	97,8%	-	0,5%	2,2%	-	0,0%	0,0%	-
EB PE PEDRO BARON	Municipal	100,0%	99,6%	-	0,0%	0,4%	-	0,0%	0,0%	-
GE ELISA GESSELE ORSI	Municipal	97,6%	-	-	1,8%	-	-	0,6%	-	-
EI DUQUE DE CAXIAS	Municipal	100,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-
GE JORGE DOMINGOS GONZAGA	Municipal	100,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-
ESCOLA BASICA PADRE JOSE DE ANCHIETA	Municipal	97,6%	96,2%	-	2,4%	3,8%	-	0,0%	0,0%	-

Esta tabela continua na próxima página.

Escolas	Rede	Aprovação			Reprovação			Abandono		
		EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	EM	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	EM	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	EM
EI MARIA PERPETUA PEREIRA	Municipal	98,1%	-	-	1,9%	-	-	0,0%	-	-
EB GASPAR DA COSTA MORAES	Municipal	95,5%	96,2%	-	3,4%	2,9%	-	1,1%	0,9%	-
EB MANSUETO TRES	Municipal	95,4%	93,5%	-	4,6%	6,5%	-	0,0%	0,0%	-
EEF FRANCISCO DE PAULA SEARA	Estadual	94,6%	84,1%	84,0%	5,4%	15,4%	15,5%	0,0%	0,5%	0,5%
EEB PROF PEDRO PAULO PHILIPPI	Estadual	96,0%	75,5%	-	3,0%	21,6%	-	1,0%	2,9%	-
EEB PAULO BAUER	Estadual	99,3%	95,3%	93,0%	0,7%	4,7%	5,5%	0,0%	0,0%	1,5%
EEM VICTOR MEIRELLES	Estadual	-	-	82,9%	-	-	7,8%	-	-	9,3%
EB PROFª MARIA JOSE HULSE PEIXOTO	Municipal	98,1%	96,0%	-	1,9%	4,0%	-	0,0%	0,0%	-
EB PROFª EDY VIEIRA W ROTHBARTH	Municipal	100,0%	99,0%	-	0,0%	1,0%	-	0,0%	0,0%	-
EEF PROF MARIA NILZA FERREIRA EVARISTO	Estadual	97,1%	94,2%	-	2,9%	5,8%	-	0,0%	0,0%	-
EM ROSA NEGREIROS CABRAL	Municipal	100,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-
EB PROFª THEREZA BEZERRA DE ATHAYDE	Municipal	89,3%	95,2%	-	10,7%	4,8%	-	0,0%	0,0%	-
EEB DOM AFONSO NIEHUES	Estadual	-	-	56,5%	-	-	28,6%	-	-	14,9%
IFSC`CAMPUS ITAJAI	Federal	-	-	78,2%	-	-	18,3%	-	-	3,5%
EEB ELIZABETH KONDER REIS	Estadual	98,3%	90,0%	92,5%	1,7%	8,8%	3,9%	0,0%	1,2%	3,6%
ESCOLA BASICA JOSE MEDEIROS VIEIRA	Municipal	95,4%	98,2%	-	4,6%	1,8%	-	0,0%	0,0%	-
EI CLARINDO SEBASTIAO DA CUNHA	Municipal	98,6%	-	-	1,4%	-	-	0,0%	-	-
EEB PROF ARY MASCARENHAS PASSOS	Estadual	95,4%	80,7%	73,0%	3,7%	2,4%	7,3%	0,9%	16,9%	19,7%
EB ARIRIBA	Municipal	97,6%	96,3%	-	2,4%	2,4%	-	0,0%	1,3%	-
CENTRO EDUCACAO PRE ESCOLAR PETER PAN	Privada	100,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-
COLEGIO UNIFICADO	Privada	99,4%	97,9%	96,5%	0,6%	1,8%	3,5%	0,0%	0,3%	0,0%
EB PROFª INES CRISTOFOLINI DE FREITAS	Municipal	97,1%	94,0%	-	2,9%	6,0%	-	0,0%	0,0%	-
ESCOLA EVANGELICA AMAR	Privada	98,9%	-	-	1,1%	-	-	0,0%	-	-
EB PEDRO PAULO REBELLO	Municipal	99,1%	97,4%	-	0,9%	2,6%	-	0,0%	0,0%	-
EB PROF MARIA ROSA HELENO SCHULTE	Municipal	98,4%	95,8%	-	1,6%	4,2%	-	0,0%	0,0%	-
CE PROF CACILDO ROMAGNANI – CEPCCR	Municipal	96,9%	90,6%	-	3,1%	9,2%	-	0,0%	0,2%	-
SENAI SC – ITAJAI	Privada	-	-	93,8%	-	-	6,2%	-	-	0,0%
COLEGIO VERDES MARES	Privada	-	96,7%	99,5%	-	3,3%	0,0%	-	0,0%	0,5%
VETOR SISTEMA DE ENSINO	Privada	100,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-
CE DE CORDEIROS	Municipal	98,3%	93,8%	-	1,7%	5,9%	-	0,0%	0,3%	-
SERVICO SOCIAL DO COMERCIO	Privada	100,0%	100,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-
COLEGIO EXPONENCIAL ATITUDE	Privada	100,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-
CENTRO EDUC ZIG ZAG	Privada	100,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-
EEB ELFRIDA CRISTINO DA SILVA	Estadual	-	-	86,8%	-	-	9,6%	-	-	3,6%
VALLEY INTERNACIONAL SCHOOL	Privada	100,0%	95,8%	-	0,0%	4,2%	-	0,0%	0,0%	-

Fonte: Censo da Educação Básica (INEP), 2017.

7.1.2.2. INFREQUÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR SEGUNDO O APOIA

O Programa de Combate à Evasão Escolar (APOIA) é uma iniciativa do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), criado em 2001, com intuito de garantir a permanência na escola de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, promovendo o regresso à escola daqueles que abandonaram os estudos sem concluí-los integralmente.

Gerenciado pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CIJ), órgão do MPSC, o programa foi construído a partir do pressuposto de atuação intersetorial e integrada da rede de atendimento de apoio ao aluno infrequente ou evadido e de sua família, mobilizando as Unidades Educacionais (da rede pública e da privada), os Conselhos Tutelares, e as Promotorias de Justiça, bem como os demais equipamentos do SGDCA, como os da assistência social, de saúde, dentre outros.

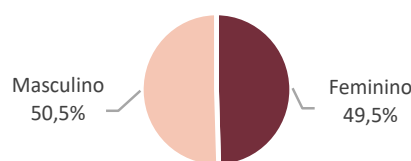
Para cada instância e competência de atuação, são estabelecidos procedimentos e prazos curtos para sua execução, com o intuito de favorecer e garantir o retorno do aluno à escola. A partir de 2014 o Programa passou a ser informatizado por meio do APOIA Online¹⁰, tornando-o mais célere e eficaz.

Sobre o perfil, na maioria são adolescentes de 12 a 17 anos (60,7%) de ambos os sexos na mesma proporção (aproximadamente 50%).

Tabela 37 – Perfil na denúncia de evasão ou infrequência escolar

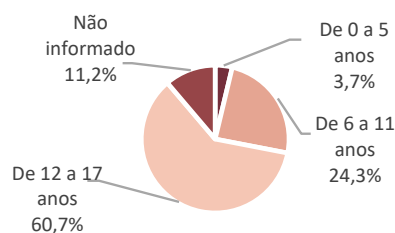
Sexo		
Sexo	Quant.	(%)
Feminino	53	49,5%
Masculino	54	50,5%
Total	107	100,0%

Fonte: Conselho Tutelar, SSP/SC e SINAN, 2017.



Faixa etária		
Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 5 anos	4	3,7%
De 6 a 11 anos	26	24,3%
De 12 a 17 anos	65	60,7%
Não informado	12	11,2%
Total	107	100,0%

Fonte: Conselho Tutelar, SSP/SC e SINAN, 2017.



¹⁰ Desenvolvido a partir do Termo de Cooperação Técnica Nº 24/2013 firmado entre o Ministério Público, a Secretaria de Estado da Educação e o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC).

Em relação aos motivos da infrequência escolar, quase metade do banco de dados (65,8%) veio sem a informação preenchida e cerca de 7% não teve família encontrada para tratar do assunto, o que dificulta a análise e a investigação do real motivo da impermanência escolar, conforme a Tabela 39.

Dos motivos informados, a maior causa (11,2%) está relacionada à falta de interesse ou de atratividade do ambiente educacional.

Tabela 38 – Motivo da infrequência escolar

Motivo Escola	Total	(%) Motivo
Não informado	171	47,9%
Motivo não encontrado na lista	64	17,9%
O estudante não considera a escola atrativa e útil para a sua vida/ausência de projeto de vida	40	11,2%
Família e/ou reponsável não localizada para contato/resposta sobre sobre assunto	25	7,0%
Problemas familiares (separação dos pais, demonstram desinteresse ao estudo do filho(a))	15	4,2%
Mudança de unidade escolar ou endereço, sem confirmação de estar estudando	9	2,5%
Ausência ou deficiência de transporte escolar (distância/dificuldades no caminho casa-escola/não tem quem o leve)	7	2,0%
Problemas de relacionamento com colegas/agressões físicas ou psicológicas/bullying/preconceitos (praticados por estudantes)	4	1,1%
Está trabalhando	4	1,1%
Gravidez na adolescência/parto recente	3	0,8%
Aluno está em/ou necessita de tratamento médico ou internação	3	0,8%
Suspeita de possível envolvimento com o uso de drogas/dependência química/tratamento toxicológico	3	0,8%
Mora com o(a) namorado(a)/em união estável/casamento	3	0,8%
Dificuldades de aprendizagem acumuladas ao longo da vida escolar	3	0,8%
Viagem temporária com a família (visita a familiares, amigos, mas há previsão de retorno).	2	0,6%
Problemas de relacionamento com professores ou colaboradores da escola/agressões físicas ou psicológicas/bullying/preconceito (praticados por professores ou colaboradores)	1	0,3%

7.1.3. EDUCAÇÃO ESPECIAL

Em âmbito nacional, se faz necessário compreender o porquê dos fundamentos da estrutura na Educação Especial. Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Inserido neste contexto de inserção social e como forma de acompanhar as mudanças a ele inerentes, estabelece o artigo 2º das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001) que:

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001).”

Assim, a Educação Especial de Itajaí vem se balizando em especial pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a qual norteia todos os documentos oficiais da Educação Especial de Itajaí.

Itajaí conta com um centro de referência de atendimento, o Centro Municipal de Educação Alternativa de Itajaí (CEMESPI) que realiza atendimento a alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, assim como, alunos com transtornos específicos de aprendizagem. Este centro constitui seus atendimentos com os seguintes profissionais: Professor Atendimento Educacional Especializado – AEE, Instrutor de Língua de Sinais, Intérprete LIBRAS, Psicólogo, Fonoaudiólogo, Fisioterapeuta, Psicopedagogo e Agente de Apoio em Educação Especial e tem o total de 245 matrículas atualmente.

O município também conta com 35 Salas de Recursos Multifuncionais que atendem à demanda de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, totalizando 661 matrículas neste serviço.

Sabendo que o município de Itajaí tem por base a Política Nacional de Educação Especial, se faz necessário compreender o fluxo organizacional e de profissionais desta área na rede municipal. Pensando nisto, a educação de Itajaí conta com a seguinte estrutura de profissionais junto à modalidade de ensino Educação Especial:

Quadro 9 – Composição do quadro de profissionais da Educação Especial de Itajaí

Profissional	Quantidade	Formação	Vínculo
Supervisor de Educação Especial	1	Graduado em Pedagogia, Graduado em Educação Especial, Pós-graduado em Educação Especial e Mestrando em Educação	Efetivo/ Comissionado
Professor Atendimento Educacional Especializado – AEE	35	Graduação em Educação Especial e ou Graduação em Pedagogia com habilitação em Educação Especial	30 Efetivos e 5 Admitidos em Caráter Temporário (ACT)
Instrutor de Língua de Sinais	5	Pedagogia e Especialização em Educação Especial	Efetivos
Intérprete (LIBRAS)	18	Pedagogia + Curso de Libras + cursando Pedagogia	9 Efetivos 9 ACTs
Agente de Apoio em Educação Especial	210	Ensino médio – Magistério	Efetivos
Psicólogo	6	Graduação em Psicologia	Efetivos
Fonoaudiólogo	7	Graduação em Fonoaudiologia	Efetivos
Fisioterapeuta	5	Graduação em Fisioterapia	Efetivos
Psicopedagogo	6	Graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica	Efetivos

Fonte: Supervisão de Educação Especial, 2019.

A quantidade de profissionais está disposta na rede segundo a descrição do quadro a seguir.

Quadro 10 – Composição do quadro de profissionais da Educação Especial de Itajaí e seu local de atuação

Profissional	Nº	Instituição
Professor Atendimento Educacional Especializado – AEE	5	Centro de Educação Alternativa de Itajaí – CEMESPI
	29	Unidades de Ensino
Instrutor de Língua de Sinais	4	Centro de Educação Alternativa de Itajaí – CEMESPI
	1	Unidade de Ensino
Intérprete (LIBRAS)	2	Centro de Educação Alternativa de Itajaí – CEMESPI
	16	Unidade de Ensino
Agente de Apoio em Educação Especial	6	Centro de Educação Alternativa de Itajaí – CEMESPI
	212	Unidade de Ensino
Psicólogo	7	Centro de Educação Alternativa de Itajaí – CEMESPI
Fonoaudiólogo	7	Centro de Educação Alternativa de Itajaí – CEMESPI
Fisioterapeuta	5	Centro de Educação Alternativa de Itajaí – CEMESPI
Psicopedagogo	8	Centro de Educação Alternativa de Itajaí – CEMESPI

Fonte: Supervisão de Educação Especial, 2019.

Os profissionais apresentados no quadro acima, atuam com atendimento que se caracterizam à demanda apresentada, que variam estes atendimentos em projetos, atendimentos em grupos, é atendimentos individuais. Deste modo se apresentam os seguintes dados conforme é mostrado a seguir:

Quadro 11 – Composição do quadro de profissionais, suas respectivas unidades e quantidade de alunos atendidos

Área	Unidade de Ensino	Nº de alunos atendidos
Professor Atendimento Educacional Especializado – AEE	CEMESPI	76
	Unidades com Sala de Recurso Multifuncional	585
Instrutor de Língua de Sinais	CEMESPI	3
	Unidades com Sala de Recurso Multifuncional	
Intérprete (LIBRAS)	CEMESPI (atendimento contra turno escolar)	3
	Unidades com alunos surdos	
Agente de Apoio em Educação Especial (AAEE)	Sala de Espera do CEMESPI (rotativo)	245
	Unidades com alunos deferidos junto a concessão de AAEE	285
Psicólogo	CEMESPI	135
Fonoaudiólogo	CEMESPI	170
Fisioterapeuta	CEMESPI	89
Psicopedagogo	CEMESPI	93

Fonte: Supervisão de Educação Especial, 2019.

Vale clarificar que a rede de educação especial instituiu os micro-pólos para atender a demanda das 116 unidades escolares conforme organização descrita nos quadros a seguir:

Quadro 12 – Quadro das unidades do micro-pólo do Cordeiros

Cordeiros		
Nº	U.E. da Sala de Recurso Multifuncional pólo	Unidades Atendidas
01	E.B. Antônio Ramos	C.E.I. Ana da Silva Fontes
		C.E.I. Lausimar Laus
		C.E.I. Odilio Garcia
		C.E.I. Padre João Pivatto
		C.E.I. Profa. Gisele Kawikioni
		C.E.I. Neusa Reis Cesário Pereira
		C.E.I. Rosinha de Souza
02	E.B. João Paulo II	C.E.I. Valdemir de Souza
03	E.B. Padre Pedro Baron	C.E.I. Amélia Muller dos Reis
04	C.E. Cordeiros	-----
05	E.B. Professora Maria José Hülse Peixoto	C.E.I. Vereador Otávio Cesário Pereira
		E.B. Professora Maria José Hülse Peixoto

Fonte: Supervisão de Educação Especial, 2019.

Quadro 13 – Quadro das unidades do micro-pólo da Fazenda

Fazenda		
Nº	U.E. da Sala de Recurso Multifuncional pólo	Unidades Atendidas
05	E.B. Gaspar da Costa Moraes	C.E.I. Rosete Palmeira
		C.E.I. Cesar Martinho Ferreira
06	G.E. Guilhermina Buchele Muller	C.E.I. Nossa Senhora de Lourdes
07	G.E. Elisa Gessele Orsi	C.E.I. Sagrada Família
		C.E.I. Cândida Vargas
08	E.B. Yolanda Laurindo Ardigó	E.B. Arribá
		C.E.I. Mário Pedro Ferreira
		C.E.I. Mariana Graciola

Fonte: Supervisão de Educação Especial, 2019.

Quadro 14 – Quadro das unidades do micro-pólo do São Vicente

São Vicente		
Nº	U.E. da Sala de Recurso Multifuncional pólo	Unidades Atendidas
09	E.B. Anibal Cesar	C.E.I. Ângela Dias Ramos Neves
		C.E.I. Aninha Linhares de Miranda
10	E.B. José Medeiros Vieira	C.E.I. Darlan Dotto Wiersinski
		C.E.I. Profª. Carina de Souza Balduino
11	E.B. Mansueto Três	C.E.I. Hercilio Bento
		C.E.I. Leonidia dos Santos Vicente
		C.E.I. Tancredo Neves
12	E.B. Pedro Paulo Rebello	C.E.I. João Victorino
		C.E.I. Antônio João Vicente
13	E.B. Marechal Olímpio Falconieri da Cunha	C.E.I. Padre Jacob

Fonte: Supervisão de Educação Especial, 2019.

Quadro 15 – Quadro das unidades do micro-pólo do São Judas

São Judas		
Nº	U.E. da Sala de Recurso Multifuncional pólo	Unidades Atendidas
14	E.B. Avelino Werner	C.E.I. Vereador Luiz Gonzaga Agostinho
15	G.E. Carlos de Paula Seára	C.E.I. Vereador Heluiz Antonio Moraes Gonzaga
		C.E.I. Nossa Senhora das Graças
16	E.B. Maria Dutra Gomes	C.E.I. Adélia Russi Silva
		C.E.I. Regiane Mara da Luz da Silva
		C.E.I. Profª. Rosemary Klock
17	E.B. Prefeito Alberto Werner	C.E.I. Profª. Maria do Carmo Espindola

Fonte: Supervisão de Educação Especial, 2019.

Quadro 18 – Quadro das unidades do micro-pólo do Cidade Nova

Cidade Nova		
Nº	U.E. da Sala de Recurso Multifuncional pólo	Unidades Atendidas
18	C.E. Prof. Cacildo Romagnani	C.E.I. Maria Regina Coppi Vicente
		C.E.I. Dra Zilda Arns Neumann
19	E.B. Elias Adaime	C.E.I. Profª. Ermelinda Potter Custódio
		C.E.I. Omar Luis Macagnan
		C.E.I. Euclides Ciriaco Meirinho
20	C.E. Pedro Rizzi	C.E.I. Prof. Onadir da Silva Tedeo
21	C.E.I. Profª. Mauricélia André do Nascimento.	C.E.I. Dayana Maria de Souza
		C.E.I. Prefeito Eduardo Dadinho Canziani
		C.E.I. João Sandri

Fonte: Supervisão de Educação Especial, 2019.

Quadro 16 – Quadro das unidades do micro-pólo do São João

São João		
Nº	U.E. da Sala de Recurso Multifuncional pólo	Unidades Atendidas
22	E.B. João Duarte.	C.E.I. Elizabeth Malburg
		C.E.I. Léa Leal de Souza
		C.E.I. Márcio Roberto da Rosa
		C.E.I. Norma Neves Tabalipa
		C.E.I. Profª. Rosana Aparecida de Souza
23	E.B. Arnaldo Brandão	C.E.I. Antonieta Moreira dos Santos
		C.E.I. Laércio Mauro Malburg

Fonte: Supervisão de Educação Especial, 2019.

Quadro 17 – Quadro das unidades do micro-pólo do Salseiros

Salseiros		
Nº	U.E. da Sala de Recurso Multifuncional pólo	Unidades Atendidas
24	E.B. José Fernandes Potter	C.E.I. Luiz Orsi Júnior
		C.E.I. Cecilia Santiago Dias
		C.E.I. Henrique Marques
		G.E. Jorge Domingos Gonzaga
		E.I. Clarindo Sebastião da Cunha
25	E.B. Profª Thereza Bezerra de Athayde	E.B. Prof. Edy Vieira W. Rothbarth
		E.B. Profª. Maria Rosa Heleno Schulte
		C.E.I. João Vieira Ramos
		G.E. Maria Nilza Ferreira Evaristo
		C.E.I. Maria da Gloria Stringari
		C.E.I. Profª. Diva Vieira Ramos
		E.M. Rosa Negreiros
C.E.I. Profª. Márcia Maria Augusta Nunes		

Fonte: Supervisão de Educação Especial, 2019.

Quadro 19 – Quadro das unidades do micro-pólo do Itaipava

Itaipava		
Nº	U.E. da Sala de Recurso Multifuncional pólo	Unidades Atendidas
26	E.B. Francisco Celso Mafra	C.E.I. Gabriel Dallago
		E.B. Duque de Caxias
		Escola de Campo Maria do Carmo Vieira
		E.B. Maria Perpétua Pereira
		C.E.I. Augusto Bento de Oliveira
27	E.B. Profª. Judith Duarte de Oliveira	C.E.I. Nilton de Andrade
		C.E.I. Luiz Silvério Vieira
		C.E.I. Antônio Merlo
28	E.B. Profª. Inês Cristofolini de Freitas	C.E.I. Profª. Alzira Winter
29	E.B. Prof. Martinho Gervasi	C.E.I. Prof. Martinho Gervasi
30	E.B. Padre José de Anchieta	-----

Fonte: Supervisão de Educação Especial, 2019.

Quadro 20 – Quadro do Cemespi que atende demanda de todos os pólos

Centro Municipal de Educação Alternativa de Itajaí		
Nº	U.E. da Sala de Recurso Multifuncional pólo	Unidades Atendidas
31	CEMESPI	Demanda de todos os pólos
32	CEMESPI	Demanda de todos os pólos
33	CEMESPI	Demanda de todos os pólos
34	CEMESPI	Demanda de todos os pólos
35	CEMESPI	Demanda de todos os pólos

Fonte: Supervisão de Educação Especial, 2019.

Após compreender como estão organizados os micro-pólos do atendimento na Sala de Recurso Multifuncional, é importante evidenciar o aumento anual do público para esse serviço, de 545 alunos atendidos em 2018, hoje temos 661, ou seja, um aumento real de 116 alunos, o que evidencia a necessidade de ampliação de profissionais para garantir a qualidade do serviço.

A rede conta com aproximadamente 925 alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, que são atendidos também pela rede de apoio à educação especial efetivadas por termos de parcerias. Essa rede é constituída da seguintes instituições parceiras: Associação de Pais e Amigos do Excepcional – APAE Itajaí, Instituição Pássaros de Luz, CIEP Vovó Biquinha, Associação de Deficientes Visuais Itajaí e Região – ADVIR e Amor Pra Down.

Para atuar na gestão de todo o processo referente à educação especial do município de Itajaí, atua um Supervisor de Educação Especial que tem as seguintes atribuições:

- I. planejar, orientar e acompanhar o processo de implementação das políticas implantadas pela Secretaria Municipal de Educação no que se refere à educação inclusiva;
- II. coordenar e supervisionar as ações de aprimoramento do ensino, no que diz respeito aos aspectos técnico-pedagógicos e à estrutura física;
- III. promover a articulação com organismos nacionais e internacionais, visando à melhoria do atendimento na área de educação especial;
- IV. orientar e acompanhar a elaboração e definição de planos, programas e projetos na área de educação especial;
- V. zelar pelo cumprimento da legislação pertinente à educação especial;
- VI. acompanhar a construção e execução das ações estabelecidas no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar da unidade de ensino para o cumprimento das metas relativas à educação especial, corrigindo os rumos quando necessário;
- VII. supervisionar a elaboração de relatório bimestral dos trabalhos realizados;
- VIII. realizar visitas técnicas servindo de elo facilitador com as unidades de ensino;
- IX. participar de estudos, encontros e intercâmbio com outras instituições, objetivando o aprimoramento das habilidades técnicas e profissionais; e
- X. desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

Ainda tem-se para analisar a educação especial no município os dados do Censo Escolar 2018, o qual indica o percentual de matriculados de 0 a 17 anos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Em Itajaí, segundo o Censo Escolar de 2018 tem-se 2.322 matriculados com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

A seguir, a Tabela 40 apresenta por região o percentual de matriculados de 0 a 17 anos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Em média o município de Itajaí apresenta 4,1% dos matriculados com alguma deficiência identificada.

Tabela 39 – Matriculados de 0 a 17 anos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação

Região geográfica	Matriculados de 0 a 17 anos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação	Total de matriculados de 0 a 17 anos	(%) 0 a 17 anos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação	Total de escolas por região
1 Praia Brava	1	546	0,2%	2
2 Bambuzal	36	1.353	2,7%	6
3 Cabeçudas/Beira Rio	1	130	0,8%	1
4 Canhanduba/Rio do Meio	15	326	4,6%	2
5 Centro	289	9.378	3,1%	19
6 Cidade Nova I	250	5.067	4,9%	11
7 Cidade Nova II	4	577	0,7%	2
8 Cordeiros I	104	2.616	4,0%	6
9 Cordeiros II	222	5.707	3,9%	12
10 Dom Bosco	60	1.725	3,5%	4
11 Espinheiros I	145	3.121	4,6%	10
12 Fazenda	17	935	1,8%	5
13 Fazendinha	86	1.664	5,2%	5
14 Imaruí	55	1.159	4,7%	3
15 Itaipava	101	1.982	5,1%	7
16 Limoeiro	28	610	4,6%	2
17 Murta	64	1.495	4,3%	3
18 Nossa Senhora das Graças	2	165	1,2%	1
19 Ariribá	18	741	2,4%	4
20 Região Rural	38	590	6,4%	4
21 Espinheiros II	63	1.794	3,5%	7
22 Ressacada	45	894	5,0%	4
23 São João/Barra do Rio	249	4.217	5,9%	12
24 São Judas/Vila Operária	136	2.794	4,9%	8
25 São Vicente I	220	5.018	4,4%	11
26 São Vicente II	73	1.673	4,4%	3
Itajaí	2.322	56.277	4,1%	154

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar).

*Escolas de Ensino Regular.

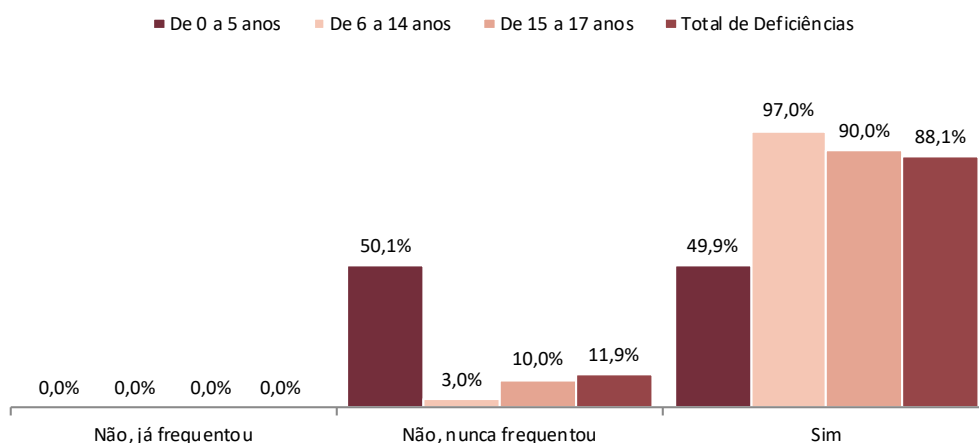
Com o objetivo de verificar a inclusão nas escolas, a tabela a seguir mostra o percentual de crianças e adolescentes por faixa etária que apresentam algum grau de deficiência, em relação a frequentar a escola. Tem-se que de 0 a 5 anos é o menor percentual de participação na escola, 50,1%, já de 6 a 14, tem-se 97% frequentando a escola e de 15 a 17 anos, 90%.

Tabela 40 – Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos com deficiência que frequentavam a escola

Regional	Deficiência*							
	De 0 a 5 anos		De 6 a 14 anos		De 15 a 17 anos		Total de deficiências	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não, já frequentou	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Não, nunca frequentou	51	50,1%	12	3,0%	14	10,0%	78	11,9%
Sim	51	49,9%	393	97,0%	130	90,0%	573	88,1%
Itajaí	102	100,0%	405	100,0%	144	100,0%	651	100,0%

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar).

*Deficiência = Auditiva, Visual e Física/Motora classificadas como “Sim, não consegue de modo algum” e Intelectual.



7.1.4. PROGRAMAS E PROJETOS DA EDUCAÇÃO

Projetos educacionais, atividades extraclasse e extracurriculares – seja no mesmo horário ou em período contraturno – auxiliam no aprendizado do educando, na convivência comunitária e no desenvolvimento de habilidades individuais e de socialização. Essas atividades orientadas e planejadas em uníssono com o plano de ensino, possibilitam que a criança e o adolescente, explorem diferentes temas ou ambientes, despertando a criatividade, estimulando a busca pelo conhecimento, e acima de tudo, desenvolvendo habilidades em diversas áreas como a Linguística (leitura, contação de história), lógico-matemática (xadrez), corporal-cinestésica (futebol, tênis), interpessoal (teatro, dança), naturalística (meio ambiente), musical, dentre outras. Da mesma forma, há que se pensar em projetos, programas e ações de extensão que visem à capacitação dos profissionais de educação, de fomentar discussão, ideias, e de técnicas que auxiliem no processo de educação e aprendizagem dos alunos.

Abaixo estão elencados os projetos, programas e ações mapeados no município, executados pela Secretaria Municipal de Educação e por instituições não governamentais.

Programa Gestão Compartilhada

É compreendido como uma política pública, voltada para a cidadania, por meio da mobilização e da participação, cujos principais objetivos são: fortalecer de forma sistemática e permanente com ações voltadas a estimular o envolvimento e a participação da família na rede de ensino e aprendizagem.

Público-alvo: comunidade escolar e sociedade civil

Frequência: anual

Entidade Responsável: Secretaria Municipal de Educação

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo Município.

Programa Diversidade Étnico-Racial, de Gênero e Combate ao Bullying

As ações do Programa Diversidade Étnico-Racial, de Gênero e Combate ao Bullying têm como propósito auxiliar os alunos no processo de humanização e de emancipação frente à discriminação racial e de gênero, ao preconceito ao bullying escolar. Desse modo, o programa sugere, desenvolve e acompanha as ações educativas desenvolvidas, como também promove capacitações nas unidades de ensino da rede municipal durante o ano letivo.

Público-alvo: comunidade escolar e sociedade Civil

Frequência: anual

Entidade Responsável: Secretaria Municipal de Educação

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo município.

PROLER

Tem como objetivo promover atividades que permitam o acesso à leitura, com vistas à conquista da cidadania, por meio do alargamento da percepção do sujeito acerca de sua posição no tempo e espaço em que vive. O projeto oferece atividades de práticas leitoras na universidade de forma a ampliar o acesso à leitura dos acadêmicos da Univali, a formação para mediadores de leitura, e organiza eventos que ampliem o repertório literário dos envolvidos e as possibilidades de práticas leitoras.

Público-alvo: toda a comunidade

Frequência: contínuo

Entidade Responsável: Univali

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: 8.225 diretamente e 15.000 indiretamente*

*foram computados os números gerais, e não específicos de crianças ou adolescentes

Projeto Diversidade Étnico-Racial: Diálogos Emergentes em Educação

Tem como objetivo oportunizar, aos licenciandos e docentes de escolas públicas, espaços e possibilidades de discussão e análise sobre a educação para a diversidade étnico-racial.

Público-alvo: licenciados e docentes de escolas públicas

Frequência: contínuo

Entidade Responsável: Univali

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: estimativa de pessoas alcançadas: 200 diretamente e 1.000 indiretamente

Educação e Ensino Médio Inovador

Tem como objetivo a promoção de atividades de ensino e aprendizagem de Matemática com foco na formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

Público-alvo: licenciados e docentes de escolas públicas

Frequência: contínuo

Entidade Responsável: Univali

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: 500 diretamente e 5.000 indiretamente

Química Social

Tem como objetivo potencializar a aprendizagem mediante a contextualização e a experimentação em química aos alunos do Centro de Educação em Tempo Integral Verde, da Rede de Ensino do Município de Itajaí/SC.

Público-alvo: alunos do Centro de Educação em Tempo Integral Verde

Frequência: contínuo

Entidade Responsável: Univali

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: 20 diretamente e 5 indiretamente

Práticas Formativas para a Escola e Comunidade

Promover práticas formativas para escola e comunidade permitindo a construção e o compartilhamento de conhecimentos, com foco no reconhecimento dos direitos das crianças e adolescentes, na diversidade étnico-racial e na implementação de metodologias no ensino da Matemática e do brincar na educação básica.

Público-alvo: toda a comunidade

Frequência: contínuo

Entidade Responsável: Univali

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: 4.255 diretamente e 9.755 indiretamente*

*foram computados os números gerais, e não específicos de crianças ou adolescentes

Lite is Cool: Introdução ao Pensamento Computacional e a Cultura Maker

Tem como objetivo conduzir um programa de introdução ao Pensamento Computacional e cultura maker para estudantes do ensino fundamental e médio apoiado nos conhecimentos e práticas construídos pelo Grupos de Informática na Educação.

Público-alvo: estudantes do ensino fundamental e médio

Frequência: contínuo

Entidade Responsável: Univali

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: 110 diretamente e 200 indiretamente

7.2. INFORMAÇÕES SOBRE ESPORTE, CULTURA E LAZER

O acesso ao esporte e à cultura é um preceito e um direito fundamental positivado pela Constituição Federal de 1988 (Artigo 217), cujo conceito de cidadania e de desenvolvimento humano contempla além dos processos sociais, o processo educativo, esportivo e cultural. No âmbito da criança e do adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 4º, 53-59, 99 e 124) possui papel vital na reiteração destes preceitos, equiparando e integrando o esporte e a cultura a outros direitos fundamentais, e articulando-os enquanto política pública com a educação, à saúde, à profissionalização, à proteção no trabalho, dentre outros.

Nesse mesmo sentido, organismos internacionais reforçam a importância da cultura, da expressão, do esporte e da educação física, individual ou em grupo, para o desenvolvimento de competências pessoais e coletivas, no resgate de princípios e valores, e para o enfrentamento de problemáticas sociais como desigualdade, preconceito, saúde, drogadição, violência, desemprego e educação.

Ao longo dos anos o esporte foi ganhando espaço como política pública e tratado como questão e dever do Estado, com destaque à efetivação da Política Nacional do Esporte, tendo como diretriz a democratização do seu acesso, sua intersectorialidade e articulação com as demais políticas públicas (como educação e saúde), e da formação de uma rede de cooperação entre todas as esferas de governo, da sociedade civil e entidades públicas e privadas. A política preconiza ainda as manifestações esportivas, as quais incluem o Desporto Educacional, Desporto de Participação e Desporto de Rendimento.

O Sistema Nacional de Esporte e Lazer, tendo por base o regime de colaboração entre União, estados e municípios, com ênfase na municipalização, consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais e guiando-se pelos princípios da democratização e inclusão social, articula, integra, promove e estabelece relações éticas de parcerias entre as entidades da sociedade civil, instituições públicas e privadas, em torno do esporte educacional, de participação e de rendimento, valorizando a acessibilidade, a descentralização, a intersectorialidade e a multidisciplinaridade das ações esportivas e de lazer. (Coletânea Esporte e Lazer: Políticas de Estado. Brasília: Ministério do Esporte, 2009, p. 53)

A cultura, por sua vez, ganha destaque no país com a publicação da Lei Rouanet, Lei nº 8.313/1991, que traça as diretrizes para a cultura nacional, tendo como base o exercício

dos direitos culturais, o livre acesso, e a promoção, a proteção e valorização das expressões culturais nacionais. Por meio dessa lei também foi instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com o objetivo de ampliar o acesso à cultura e à produção cultural em todas as regiões; de apoiar, valorizar e difundir as manifestações artísticas brasileiras; proteger e preservar a expressão e patrimônio cultural; e estimular a produção cultural como geradora de renda, emprego e desenvolvimento para o país. Três mecanismos fazem parte do programa: o Incentivo à Cultura, o Fundo Nacional de Cultura (FNC) e os Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficarts), com destaque ao primeiro, que traz a possibilidade de pessoas físicas ou jurídicas direcionarem uma parte do seu Imposto de Renda devido para ações culturais.

Em Itajaí a implantação e gestão das políticas públicas de desenvolvimento do esporte, lazer e da cultura são operacionalizadas por duas fundações governamentais, a Fundação Municipal de Esportes de Itajaí (FMEL) e a Fundação Cultural de Itajaí (FCI). Todavia, em função da intersetorialidade dos direitos fundamentais e da política pública, também destaca-se, no âmbito do esporte, da cultura e do lazer, ações e programas de outras instituições, como da Secretaria Municipal de Educação, e da Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania.

A Fundação Municipal de Esportes de Itajaí (FMEL), instituída pelo Lei Municipal nº 2.438/1989, tem dentre suas funções orientar o esporte como estratégia educacional, priorizando a execução de políticas públicas de iniciação esportiva, lazer e recreação em favor de crianças e adolescentes, para o seu desenvolvimento psicomotor e social, sobretudo em comunidades carentes.

A Fundação Cultural de Itajaí (FCI) , instituída pela Lei Municipal nº 3.240/1997, foi criada com os objetivos de incentivar, difundir e promover a prática e o desenvolvimento da atividade cultural e artística no município; de conservar, administrar e zelar pelo patrimônio cultural e artístico; e de administrar os programas e espaços culturais. No município, os mecanismos de incentivo a arte e à cultura foram regulamentados pela Lei Municipal nº 3.473/2000, alterada pela Lei nº 4.467/2005.

Abaixo serão apresentados os principais programas, projetos e ações executados pelo município, enquanto política pública. Ressalta-se que nem todos possuem dados sistematizados pelas entidades responsáveis.

Programa Escolinhas Esportivas

Tem como objetivo a promoção da socialização, o desenvolvimento psicomotor e a formação esportiva para crianças e adolescentes, promovendo a inclusão e a cidadania, no intuito de evitar que crianças e adolescentes fiquem nas ruas no período de contraturno escolar, e estimulando a formação de atletas e a melhoria do desempenho escolar.

Público-alvo: crianças e adolescentes

Frequência: Contínuo

Entidade Responsável: Fundação Municipal de Esportes de Itajaí (FMEL), com a parceria de outros equipamentos públicos ou cedidos voluntariamente e de instituições não governamentais

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: em 2018 foram atendidas um total de 7.398 crianças e adolescentes conforme o Quadro 22.

Quadro 21 – Quantitativo de crianças e adolescentes alcançados pelo Programa Escolinhas Esportivas por modalidade

Modalidade	Região	nº crianças e adolescente
ATLETISMO	1 LOCAL	14
TAEKWONDO	11 LOCAIS	175
MUAY THAI	3 LOCAIS	19
JIU JITSU	8 LOCAIS	199
GINÁSTICA RITMICA	4 LOCAIS	124
VOLEIBOL	4 LOCAIS	90
FUTEBOL	15 LOCAIS	570
JUDÔ	6 LOCAIS	218
CAPOEIRA	4 LOCAIS	248
BASQUETE	2 LOCAIS	11
BOLÃO	1 LOCAL	22
PATINAÇÃO ARTÍSTICA	6 LOCAIS	48
HANDEBOL	9 LOCAIS	134
TRIATHLO	7 LOCAIS	62
KARATÊ	2 LOCAIS	41
TÊNIS DE CAMPO	3 LOCAIS	108
XADREZ	6 LOCAIS	208
TÊNIS DE MESA	1 LOCAL	30
BMX	1 LOCAL	12
NATAÇÃO	3 LOCAIS	4.900
FUTSAL	5 LOCAIS	165
TOTAL		7.398

Fonte: Fundação Municipal do Esporte, 2018.

Jogos Escolares de Itajaí (JEI)

Têm como objetivo promover a continuidade do processo pedagógico vivenciado nas escolas, na aplicação do esporte como ferramenta educacional imprescindível à formação da personalidade, oportunizando a participação do maior número de alunos, congregando entre alunos e professores, além de situar a escola como um centro cultural, esportivo e formativo da comunidade. São oferecidas nove diferentes modalidades individuais e coletivas (atletismo, basquetebol, futsal, handebol, judô, natação, voleibol, tênis de mesa e xadrez), em 3 diferentes categorias: a) mirim, de 11

a 13 anos; b) infantil, de 14 a 15 anos; c) juvenil, de 16 a 17 anos.

Público-alvo: crianças e adolescentes matriculados nas escolas da rede privada e pública municipal e estadual

Frequência: anual

Entidade Responsável: Fundação Municipal de Esportes de Itajaí (FMEL)

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo Município

Programa de Esporte de Rendimento

Tem como finalidade o desenvolvimento de atletas e de equipes organizadas para representar o município de Itajaí em competições, como nas organizadas pela FESPORTE. Atualmente são mantidas equipes inscritas nos Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC), no Jogos Abertos Paradesportivos (PARAJASC), nos Joguinhos Abertos de Santa Catarina e na Olimpíada Estudantil Catarinense (OLESC).

Público-alvo: atletas de todas as faixas etárias

Frequência: contínuo

Entidade Responsável: Fundação Municipal de Esportes de Itajaí (FMEL)

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: 640 crianças e adolescentes conforme Quadro 23

Quadro 22 – Quantitativo de crianças e adolescentes alcançadas pelo Programa de Esporte de Rendimento por modalidade

Modalidades	Regiões dos pólos de atendimento	Nº de crianças e adolescentes atendidos
ATLETISMO	1	28
TAEKWONDO	2	36
BASQUETE	3	45
GINÁSTICA RITMICA	1	12
VOLEIBOL	1	63
FUTSAL	1	49
JUDÔ	2	46
HANDEBOL	1	84
TRIATHLO	1	14
KARATÊ	1	40
TÊNIS DE CAMPO	1	23
XADREZ	2	10
TÊNIS DE MESA	1	06
BMX	1	06
NATAÇÃO	3	128
GINÁSTICA ARTISTICA	1	13
SURF	PRAIAS	1
Total de 640 adolescentes		

Fonte: Fundação Municipal do Esporte, 2018.

Moleque Bom de Bola

O Moleque Bom de Bola é um campeonato catarinense escolar realizado na modalidade de futebol de campo em etapas municipais, nas categorias masculino e feminino, para adolescentes na idade de 12 a 14 anos. Promovido desde 1992 pela FESPORTE, tem com o objetivo de valorizar o esporte amador, a educação para a cidadania e o desenvolvimento humano.

Público-alvo: adolescentes de 12 a 14 anos de ambos os sexos

Frequência: Anual

Entidade Responsável: Fundação Municipal de Esportes de Itajaí (FMEL), realizado pela FESPORTE em parceria com a Paraty Alimentos

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo Município

Programa de Treinamento, Rendimento e de Jogos Paradesportivo

Tem como objetivo favorecer o desenvolvimento global da pessoa com deficiência, bem como sua integração e inclusão na sociedade pela prática esportiva adequada às suas necessidades.

São oferecidas sete diferentes modalidades individuais e coletivas (atletismo, bocha, ciclismo, natação, futsal, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas e xadrez), em diferentes categorias de idade.

Público-alvo: pessoas com deficiência

Frequência: contínuo (rendimento) e anual (parajogos)

Entidade Responsável: Fundação Municipal de Esportes de Itajaí (FMEL)

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: 22 crianças e adolescentes conforme Quadro 24

Quadro 23 – Matriculados de 0 a 17 anos que utilizam o transporte escolar por região

Modalidades	Quantitativo de crianças e adolescentes alcançadas pelo programa de treinamento, rendimento e jogos paradesportivos	Nº de crianças e adolescentes atendidos
ATLETISMO	Pista Municipal das 9h as 12h e das 14h às 16h	5
BOCHA PARALÍMPICA	Ginásio Gabriel J. Colares das 10h15 as 12h	2
CICLISMO	Academia UP Fitness das 14h as 16h e Avenida Ministro Victor Konder das 17h às 19h30	2
NATAÇÃO	Projeto Nadar rua São Vicente das 12h às 13h30	4
TÊNIS DE MESA	Academia de Ping Pong – Fazenda das 14h às 18h	3
TÊNIS EM CADEIRA DE RODAS	Clube Itamirim das 8h às 11h e das 14h às 16h	4
XADREZ	ADVIR das 8h30 as 11h Clube de Xadrez das 14h as 18h	2
Total 22 adolescentes com deficiência		

Fonte: Fundação Municipal do Esporte, 2018.

Programa Itajaí Ativo na Praia

Foi criado para promover saúde e qualidade de vida aos moradores de Itajaí e turistas que escolheram o município para veranejar. As práticas são orientadas por profissionais de educação física, gratuitas e liberadas para todas as faixas etária, incluindo crianças, desde que acompanhadas de um adulto responsável. Não existem dados sistematizados pelo Município nesta atividade.

Público-alvo: todas as faixas etária

Frequência: anual, no período de verão

Entidade Responsável: Fundação Municipal de Esportes de Itajaí (FMEL)

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo Município

Projetos Rodas ao Mar

Tem como principal objetivo diminuir as barreiras para que as pessoas com dificuldades de locomoção possam ter acesso à orla e ao banho de mar, por meio de cadeiras de rodas especiais. Realizada pelo Município de Itajaí, através da Fundação Municipal de Esporte e Lazer (FMEL), a iniciativa faz parte do calendário de verão 2018 e neste ano contou com o apoio do Rotary Club/Itajaí/Norte que disponibilizou voluntários para auxiliar os participantes. Não existem dados sistematizados pelo Município nesta atividade.

Público-alvo: pessoas com deficiência de todas as faixas etárias

Frequência: anual

Entidade Responsável: Fundação Municipal de Esportes de Itajaí (FMEL)

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo Município

Campeonato Citadino de Futsal

Tem como finalidade a promoção do intercâmbio esportivo e sócio-cultural entre os participantes, bem como contribuir para o desenvolvimento e o fomento do futsal na cidade de Itajaí.

Público-alvo: para todas as idades, com diferentes categorias de participação, sendo a idade mínima de 16 anos para as categorias do masculino, e de 14 anos para o feminino

Frequência: anual

Entidade Responsável: Fundação Municipal de Esportes de Itajaí (FMEL)

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo Município

Campeonato de Beach Soccer

Tem como objetivo a promoção do esporte na praia e a integração da comunidade desportiva de Itajaí, itajaienses, veranistas e turistas que frequentam as praias do município nesta época do ano. É realizado anualmente, durante o período de verão, em diferentes categorias, respeitando o critério de idade.

Público-alvo: todas as pessoas interessadas, com idade mínima de 16 anos para o masculino e de 14 anos para o feminino

Frequência: anual

Entidade Responsável: Fundação Municipal de Esportes de Itajaí (FMEL)

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo Município

Jogos Escolares da Rede Municipal de Ensino (JORME)

Tem como objetivo fomentar a prática do esporte escolar com fins educativos, possibilitando a identificação de talentos esportivos nas escolas e contribuindo para o desenvolvimento integral do aluno como ser social, autônomo, democrático e participante, estimulando o pleno exercício da cidadania.

Público-alvo: alunos da rede municipal de ensino

Frequência: anual

Entidade Responsável: Secretaria Municipal de Educação

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: 5.600 alunos

Para jogos Escolares da Rede Municipal de Ensino (PARAJORME)

Tem como objetivo fomentar a prática de atividades esportivas na escola com fins educativos, possibilitando a identificação de talentos esportivos nas escolas e contribuindo para o desenvolvimento integral do aluno como ser social, autônomo, democrático e participante, estimulando o pleno exercício da cidadania.

Público-alvo: alunos com deficiência da rede municipal de ensino

Frequência: anual

Entidade Responsável: Secretaria Municipal de Educação

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: 200 alunos

Copa Pesqueira

A competição é organizada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, por meio da diretoria de Pesca com o apoio da Fundação Municipal de Esporte e Lazer (FEMAL).

Tem como objetivo promover o espírito de competição, oportunizar a integração entre todas as equipes, através da prática sadia e leal, estimulando a criação de novas amizades e consolidando as já existentes, proporcionando um clima de paz e harmonia entre todas as pessoas envolvidas.

A finalidade é reunir os profissionais que atuam no ramo da pesca, direta ou indiretamente – como

produtores, fornecedores de insumos e recursos, trabalhadores, dentre outros – e propiciar entre eles um ambiente de recreação e que permita o fortalecimento do vínculo entre os trabalhadores do setor.

Público-alvo: toda a comunidade

Frequência: anual

Entidade Responsável: Fundação Municipal de Esportes de Itajaí (FMEL) e Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo Município

Programa Arte nos Bairros

Tem como proposta de levar a arte, cultura e o entretenimento de qualidade às comunidades mais afastadas de Itajaí, tornando acessíveis tais atividades para aqueles que não possuem condições de acessar o serviço, seja por condições financeiras ou de locomoção. Tem como foco o desenvolvimento do aspecto artístico-cultural, da expressão e educação, assim como o da profissionalização, que contribuem para a geração de emprego e renda.

O projeto mobiliza 58 professores para 27 cursos oferecidos nas áreas de música, artes visuais, artesanato, teatro, dança, capoeira,

audiovisual e patinação artística, em 71 espaços diferentes (todos próprios ou cedidos), em 32 bairros e localidades, alcançando o número de aproximadamente 3 mil pessoas.

O Quadro 25 a seguir traça um panorama das oficinas oferecidas por localidade.

Público-alvo: toda a comunidade

Frequência: contínuo

Entidade Responsável: Fundação Cultural de Itajaí

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: 3.000*

*foram computados os números gerais, e não específicos de crianças ou adolescentes

Salão Nacional de Artes

Tem como objetivo a seleção de artistas de todo o país para exposições nas galerias da Casa da Cultura, na Casa Burghardt, e galeria Dinys Domingos.

Público alvo: artistas interessados

Frequência: contínuo

Entidade Responsável: Fundação Cultural de Itajaí (FCI)

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo Município

Conservatório Itajaiense de Dança

É um projeto pioneiro na região e tem como objetivo oferecer aulas de ballet gratuitamente (disponibilizando também o transporte, sapatilha, colant e meia) para crianças e adolescentes da rede municipal e estadual de ensino.

Público-alvo: crianças e adolescentes da rede municipal e estadual de ensino, do sexo feminino, e na faixa etária de 9 a 16 anos

Frequência: anual

Entidade Responsável: Fundação Cultural de Itajaí, em parceria com o Estúdio de Dança Abydos

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: 70 crianças e adolescentes

Eventos Culturais Comunitários

São festivais, festas e demais eventos que atendem a comunidade, selecionados via edital pela FCI, inseridos na programação oficial.

Público-alvo: interessados em apresentar os projetos de eventos que se encaixem na documentação exigida

Frequência: contínuo

Entidade Responsável: Fundação Cultural de Itajaí (FCI)

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo Município

Carnaval e Encontro no Mercado

Evento já consagrado e que acontece todos os anos nos arredores do Mercado Público, com bandas tocando marchinhas antigas na rua em frente ao mercado.

Público-alvo: pessoas, artistas e bandas interessadas

Frequência: anual

Entidade Responsável: Fundação Cultural de Itajaí (FCI)

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo Município

Programa de Apoio ao Intercâmbio Cultural

Tem como objetivo promover a difusão e o intercâmbio da cultura itajaiense nas áreas das artes visuais, audiovisual, culturas populares, dança, expressões afrobrasileiras, literatura, música, patrimônio material, imaterial e acervo, teatro e circo, do patrimônio cultural das humanidades e de outras expressões culturais. Abrange apresentações nacionais e internacionais.

Público-alvo: todas as pessoas interessadas

Frequência: anual

Entidade Responsável: Fundação Cultural de Itajaí (FCI)

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo Município

Música no Museu

Evento que reúne apresentações de concertos e corais de música clássica instrumental e vocal.

Público-alvo: pessoas, artistas e bandas interessadas

Frequência: anual

Entidade Responsável: Fundação Gervásio Miranda Lins

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo Município

Festival Brasileiro Tony Cunha

Executado bianualmente, em 2018 teve a sua 6ª edição com nomes consagrados nacionalmente, como a atriz Renata Sorrah e grupos teatrais já famosos no país. Recebe muitas inscrições, cerca de 500 nesse ano para serem escolhidos em torno de 22 espetáculos.

Público-alvo: toda a comunidade

Frequência: bienal

Entidade Responsável: Fundação Cultural de Itajaí (FCI)

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo Município

Noite dos Candelabros

A Noite dos Candelabros surgiu na década de 1970 no Festival de Inverno. Na ocasião, era oferecida uma noite de corais com velas nos candelabros. Desde então, 17 edições foram realizadas encantando o público itajaiense. O evento foi organizado, em quase todas as edições, na Igreja Velha, como é popularmente conhecida pelos itajaienses, já que a arquitetura do local ajudava a difundir a atração no imaginário das

pessoas. Participam desse eventos corais e grupos vocais da cidade.

Público-alvo: toda a comunidade

Frequência: anual

Entidade Responsável: Fundação Cultural de Itajaí (FCI)

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo Município

Natal Encanto

Evento já consagrado e esperado pela população. Realizado quase 20 dias no mês de dezembro, atrai multidões com o grande coral (400 pessoas), solistas e orquestra. Com projeção mapeada, paralelo nas janelas do museu, um grande coro de crianças se apresentam. Há o desfile do Papai Noel em sua charanga, de bailarinos, patinadores e personagens, com acompanhamento dos pais e crianças.

Público-alvo: toda a comunidade

Frequência: anual (mês de dezembro)

Entidade Responsável: Fundação Cultural de Itajaí (FCI)

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo Município

Encontro de Corais

Tem como objetivo proporcionar o encontro de corais em Itajaí.

Público-alvo: corais interessados

Frequência: anual

Entidade Responsável: Fundação Cultural de Itajaí (FCI)

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo Município

Festival de Música Cidade de Itajaí

Oferece shows e oficinas musicais. Com grandes nomes consagrados da música brasileira – como Milton Nascimento, Gal Costa, Ney Matogrosso, João Gilberto, Ivan Lins, Sandra de Sá, Diogo Nogueira, Roupas Nova, Quarteto em Cy, Zeca Baleiro, entre outros – oferece shows e oficinas musicais.

Público-alvo: toda a comunidade

Frequência: anual

Entidade Responsável: Fundação Cultural de Itajaí (FCI)

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo Município

Vamos ao Teatro

Ocorre em uma terça-feira do mês, em que a Fundação Cultural de Itajaí disponibiliza ônibus para os bairros mais afastados, para que a comunidade possa ir ao teatro assistir gratuitamente ao espetáculo oferecido.

Público-alvo: toda a comunidade

Frequência: mensal

Entidade Responsável: Fundação Cultural de Itajaí (FCI)

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo Município

Agenda Cultural da Cidade

Divulga, em meio digital e impresso, os eventos culturais da cidade. Todos os produtores, artistas ou qualquer pessoa pode enviar para o email: agendaculturalitajai@gmail.com até o dia 15 de cada mês, solicitando que seu evento seja incluído na agenda oficial do Município.

Público-alvo: produtores, artistas e toda a comunidade

Frequência: mensal

Entidade Responsável: Fundação Cultural de Itajaí (FCI)

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo Município

Programa Cultura e Travessura

O programa é um mediador de questões que se referem à cultura, arte e educação. Fomenta a vivência, os experimentos, as emoções e a relação sensível com o mundo. Promovendo ações culturais que alcancem e envolvam todos os pólos educacionais da cidade.

Público-alvo: alunos, professores e família

Frequência: anual

Entidade Responsável: Secretaria Municipal de Educação

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: não foram disponibilizados ou não há dados sistematizados pelo Município

Educação Patrimonial: Cultura Memória e Patrimônio

Aplicações de Educação Patrimonial utilizando situações de aprendizagem interdisciplinares que promovam a formação de educadores e educandos, contemplando a valorização do patrimônio cultural das comunidades existentes no entorno de escolas localizadas em regiões de abrangência da UNIVALI.

Público-alvo: toda a comunidade

Frequência: contínuo

Entidade Responsável: Univali

Estimativa de crianças e adolescentes alcançados: 25 diretamente e 300 indiretamente*

*foram computados os números gerais, e não específicos de crianças ou adolescentes

7.3. INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

A seguir apresentam-se os dados coletados das instituições não governamentais atuantes no município, no âmbito da educação, da cultura, do esporte e do lazer, conveniadas ou inscritas no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Itajaí (COMDICA).

Ressalta-se que também foram mapeadas instituições que possuem convênios ou parcerias com entidades do eixo estratégico de promoção dos direitos da criança e do adolescente, como das Fundações Municipais de Esporte ou de Cultura (FMEL e FCI), da Secretaria de Promoção da Cidadania, da Secretaria Municipal de Educação ou da Assistência Social, cujo projeto ou atuação tenha sido classificado no eixo de direito abarcado por este volume.

COMBEMI

A Comissão do Bem Estar do Menor de Itajaí – COMBEMI iniciou suas atividades em 15 de agosto de 1972, com um grupo de pessoas voluntárias. Tem como missão proporcionar o protagonismo infantojuvenil às crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade pessoal e social, contemplando a formação humanista por meio da Educação e Assistência Social. Atualmente atende 240 crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade, no contraturno escolar. As oficinas oferecidas pela

instituição são: teatro/coral, informática, robótica, música, artes, cidadania, iniciação profissional, práticas corporais. A instituição possui os seguintes profissionais: 1 cozinheira, 1 auxiliar de cozinha, 1 faxineira, 2 monitoras, 6 instrutores de oficina, 1 recepcionista, 1 pedagoga, 1 psicóloga, 1 assistente social, 1 coordenadora de projetos e 1 coordenadora geral.

Área de atuação: contraturno escolar

Total de crianças e adolescentes alcançados: 354

Região: São Vicente

APAJUDAN - SKD JUDÔ

A APAJUDAN – Associação de Pais e Amigos do Judô e da Dança têm trabalhado em busca de equilíbrio entre o corpo e a mente, conciliando e aprimorando a atividade física, moral e espiritual dos atletas de dança e judô. Tem como objetivo incentivar crianças e jovens de diferentes classes sociais à prática do esporte educativo. A associação também desenvolve um trabalho social visando tirar as crianças pobres das ruas e as trazendo para

participar das atividades dentro da associação, oferecendo aulas gratuitas em parceria com a Fundação Municipal do Esporte (FMEL) e com a Secretaria de Promoção da Cidadania.

Área de atuação: esporte

Total de crianças e adolescentes alcançados: 218

Região: Cidade Nova I, São Vicente I, Imaruí, Ressacada, Espinheiros, Fazenda, Região Rural, São João/Barra do Rio, Cordeiros II

NADAR

NADAR – Núcleo Aquático de Desenvolvimento Atlético e Reabilitacional – é uma iniciativa da Associação dos Nadadores de Itajaí com apoio de órgãos públicos e entidades privadas, com o objetivo de disseminar as modalidades aquáticas e seus benefícios a toda a comunidade,

oportunizando a prática gratuita de natação para crianças e adolescentes, e hidroginástica para idosos.

Área de atuação: esporte

Total de crianças e adolescentes alcançados: 685

Região: São Vicente I, Ressacada e São João/Barra do Rio

ASSOCIAÇÃO NÁUTICA

Fundada em janeiro de 2002, a Associação Náutica de Itajaí (ANI) é uma ONG que nasceu do sonho do casal Vilmar e Higina Brás, velejadores de Itajaí que realizaram a volta ao mundo a bordo do veleiro Jornal (www.veleiro.net/jornal) em 55 meses de viagem e 32.000 milhas náuticas navegadas. Juntamente com a realização deste feito náutico notável, Vilmar e Higina trouxeram a experiência internacional da valorização e do potencial do ambiente náutico para a formação dos jovens. O projeto envolve cinco profissionais das áreas de educação física, educação ambiental, pedagogia e logística, atuando de segunda a sexta-feira das 07h30 as 11h30 e das 13h30 as 17h30, atendendo quatro escolas por dia. Sua missão é promover a educação ambiental, a cultura náutica,

e incentivar a prática de esporte e contribuir para a formação social das crianças e adolescentes. Sua visão é ser uma Instituição não formal de referência na área náutica, trabalhando com ética e formando multiplicadores da transformação social. Os recursos que mantêm o projeto são oriundos de parceria com a Secretaria de Educação de Itajaí, que compra todas as vagas disponíveis do projeto. O valor do repasse de 2018 é da ordem de R\$ 224.462,00 (duzentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e sessenta e dois reais). Para que possam aumentar a oferta de vagas se faz necessária uma ampliação na sede da associação.

Área de atuação: contraturno escolar

Total de crianças e adolescentes alcançados: 288

Região: Fazenda

PARQUE DOM BOSCO

O Instituto Lar da Juventude de Assistência e Educação, também conhecido como Parque Dom Bosco é uma obra Salesiana de Promoção Humana e Assistência Social, com trajetória de 57 anos de atuação. Tem como missão acolher, educar e evangelizar crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, profissionalizando e encaminhando adolescentes e jovens para o mercado de trabalho.

Busca ser referência no trabalho social com crianças, adolescentes e jovens, tendo em vista sua formação integral com qualificação profissional, visando o protagonismo juvenil e a cidadania. Atende aproximadamente oitocentos educandos na faixa etária entre 6 a 24 anos, residentes em Itajaí, que frequentam diariamente os programas de Oficinas Alternativas, Iniciação Profissional, Jovem Aprendiz e Evangelização no período

diurno. Os educandos recebem assistência para o seu desenvolvimento social, familiar e profissional. Também recebem alimentação gratuita: café da manhã e almoço no período matutino, e almoço e café da tarde no período vespertino.

O Parque Dom Bosco conta com a ajuda de recursos financeiros do governo municipal, da Secretaria Municipal de Educação, e também de pessoas físicas e jurídicas, que contribuem através do Carnê de Contribuição Espontânea, mas a instituição também tem outras formas de arrecadação de recursos, como: eventos promocionais e os diversos projetos apoiados por empresas e instituições nacionais e internacionais, podendo assim, dar continuidade à sua missão educativa.

Área de atuação: contraturno escolar

Total de crianças e adolescentes alcançados: 336

Região: Ressacada e Cidade Nova

GRUPO POLY

O Instituto Grupo Poly é uma associação formada por voluntários e empresas parceiras, sem fins lucrativos, fundada em março/2012 para promover ações de forma voluntária e solidária, a fim de colaborar por um futuro em um mundo melhor, promovendo a responsabilidade social. Seus projetos são todos de acesso livre, planejados para desenvolver comunidades carentes, com foco no desenvolvimento psicomotor, interação social, criatividade, promoção da disciplina, respeito e valores morais, aprendendo a respeitar diferenças através da difusão da arte, da cultura e educação, como forma de evitar que os alunos estejam em situação de risco, no que diz respeito à violência,

uso de drogas, entre outros. Apesar de ser administrado por uma associação privada, trata-se de um projeto sem custo para os alunos, focado na disciplina, motivação, bem estar e desenvolvimento social. A instituição oferece espaço para realização de diversos projetos gratuitos, entre eles: pintura em tecido, pintura em tela, bordado, tear, dança, xadrez, informática, violão, desenho, capoeira, musicalização e outros. Atualmente os projetos já beneficiam mais de 1.300 pessoas, sendo a grande maioria, crianças de 4 a 17 anos.

Área de atuação: cultura (artesanato e pintura)

Total de crianças e adolescentes alcançados: 1100

Região: Murta

Centro de Intervenção e Estimulação Precoce Vovó Biquinha

O CIEP Vovó Biquinha, fundado na década de 80, é uma instituição sem fins lucrativos, reconhecida como a primeira escola de educação infantil inclusiva de SC, e que busca oferecer para todas as crianças, principalmente crianças com deficiência e em situação de vulnerabilidade, um espaço em que possam ter assegurados os seus direitos fundamentais. Tem como missão promover a inclusão buscando o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos envolvendo a família e a sociedade como agentes neste processo. Portanto, realiza atendimento educacional, social, nutricional, psicopedagógico; estudo e pesquisa

para a clientela de alto risco e necessidades educacionais especiais; capacitação de recursos humanos através de cursos e treinamentos para professores e campo de estágio; grupo de pais para troca de experiência e orientações específicas. A equipe multiprofissional da instituição é composta por: orientação educacional e pedagógica, fisioterapia e fonoaudiologia.

Área de atuação: educação e saúde (atende crianças de 0 a 6 anos, principalmente as que possuem deficiência e estão em situação de vulnerabilidade)

Total de crianças e adolescentes alcançados: 148

Região: Centro

7.4. VIOLAÇÕES DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER

Recapitulando os dados já apresentados no Volume III – que trata do Eixo de Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade, em que estão concentrados os dados do Conselho Tutelar – têm-se que tal instituição computou um total de 1.394 denúncias envolvendo crianças e adolescentes das mais diversas situações, as quais somam cerca de 1.987 tipos de violações¹³, sendo que 387 referem-se ao Eixo de Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (apresentado no Indicador 1), o que corresponde a 19,48% do total dos fatos comunicados.

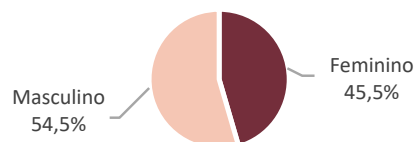
11 Ressalta-se que uma criança ou adolescente pode ter mais de um fato comunicado e, portanto, mais de uma violação de direitos.

Analisando o perfil das crianças e adolescentes em situação de violação, destaca-se a faixa etária de 12 a 17 anos, com cerca de 38% do total, e do sexo masculino, com 54,5%.

Tabela 41 – Perfil a denúncia de violação do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer

Sexo

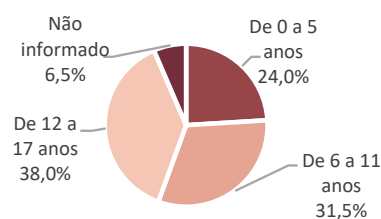
Sexo	Quant.	(%)
Feminino	176	45,5%
Masculino	211	54,5%
Total	387	100,0%



Fonte: Conselho Tutelar, SSP/SC e SINAN, 2017.

Faixa etária

Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 5 anos	93	24,0%
De 6 a 11 anos	122	31,5%
De 12 a 17 anos	147	38,0%
Não informado	25	6,5%
Total	387	100,0%



Fonte: Conselho Tutelar, SSP/SC e SINAN, 2017.

Dentre os principais fatos comunicados, mais da metade está relacionada à inacessibilidade ou falta de vaga em serviço público, tendo sido registrado 25,8% das notificações para falta de vaga na educação infantil, 24,3% para o ensino fundamental, e 12,4% para o ensino médio.

Tabela 42 – Principais fatos comunicados

Fatos comunicados	Quant.	(%)
Falta de vaga em educação infantil	100	25,8%
Falta de vaga em ensino fundamental	94	24,3%
Evasão escolar	59	15,2%
Infrequência escolar	49	12,7%
Falta de vaga em ensino médio	48	12,4%
Defasagem escolar	19	4,9%
Dificuldade de acesso ou distância entre a casa e o ambiente escolar	14	3,6%
Falta de condições educacionais adequadas	6	1,6%
Falta de vaga em outros programas, projetos ou serviços públicos	3	0,8%
Total	387	-

Fonte: Conselho Tutelar, SSP/SC e SINAN, 2017.

*Uma criança ou adolescente pode ter tido mais de fato, por isso a soma ultrapassa 100%.

8. PESQUISA QUALITATIVA

Nos meses de maio e junho de 2019 foram realizadas no município as pesquisas de percepção em profundidade, por meio de rodas de conversa, com o objetivo de investigar e construir um panorama geral sobre a realidade dos adolescentes, da família e do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Para aprofundar a temática do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, a pesquisa foi realizada com as próprias crianças e adolescentes, no intento de compreender sua maneira de encarar a vida, suas expectativas em relação ao futuro e ao significado da educação, e como forma de avaliar as políticas públicas municipais sob sua perspectiva. Assim, foram abordados três grupos distintos, um com adolescentes e dois com crianças.

Pela primeira vez - nos 15 anos de trajetória da Painel pesquisas e consultoria, na realização de diagnósticos sociais em todo o país - foi realizada uma pesquisa direcionada especificamente para o público infantil. A pedido da Comissão Municipal de Acompanhamento de Itajaí, foi desenvolvida uma metodologia e estruturada uma forma de abordagem que permitisse explorar os mesmos temas abordados na pesquisa com adolescente - na perspectiva dos cinco eixos de direito do Estatuto da Criança e do Adolescente - em uma linguagem acessível para crianças na primeira infância¹².

Utilizou-se como metodologia de pesquisa o critério de investigação qualitativo, cuja amostragem em relação ao número de grupos ou de entrevistados não é o foco principal, em virtude do cunho essencialmente valorativo desta abordagem, que se preocupa em estudar e compreender de modo subjetivo as particularidades e experiências individuais que traçam a visão de mundo dos entrevistados em relação aos pontos pesquisados.

A justificativa da escolha desta metodologia fundamenta-se no objetivo proposto por este diagnóstico, o de conhecer a realidade da criança, do adolescente e das políticas públicas a eles direcionadas no município, todavia sem limitar-se aos números e dados quantitativos e nem contrapor-se a eles, mas como forma de complementar e enriquecer este estudo, uma vez que este método permite ao pesquisador adentrar no mundo vivido pelos sujeitos, para que a partir de seus discursos possa compreender os sentimentos, valores, ideologias e motivações que o permeiam (MINAYO, 2004).

12 A pesquisa foi aplicada no CIEP Vovó Biquinha, uma organização não governamental que atua com educação infantil inclusiva e estimulação precoce. As turmas atendem em média 30% de crianças com alguma deficiência ou Necessidade educacional especial. O trabalho se direciona às crianças de 0 a 6 anos e suas famílias que possuem risco social, físico ou psicológico, cujo foco não é o acompanhamento clínico (terapêutico), mas educacional.

8.1. A PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES

Ao todo participaram da pesquisa 10 adolescentes de uma escola da rede pública municipal, todos selecionados pelos técnicos da escola, na faixa etária de 14 e 15 anos de idade, de ambos os sexos. A disposição do grupo selecionado foi intencionalmente diversificada, tendo sido identificadas características sociais e culturais distintas e peculiares dentre os membros, como dois adolescentes naturais de outro município, uma adolescente grávida, um com filho, uma cuja mãe é homossexual e vive com uma parceira do mesmo sexo, um assumido homossexualmente, e uma adolescente que mora com o namorado.

Oportunamente, no momento da introdução e apresentação do projeto do diagnóstico e do objetivo da pesquisa, e com a introdução da temática dos direitos da criança e do adolescente, foi investigado o nível de conhecimento dos adolescentes em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e aos seus órgãos de defesa e proteção. Apenas um demonstra ter conhecimento do ECA, em virtude de o assunto ter sido abordado no curso de profissionalização do Programa Jovem Aprendiz que participa. De modo geral, o grupo diz que tal tema não é abordado em casa ou na escola pelos professores e que também não sabem o que é o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA).

Porém, quando questionados sobre o Conselho Tutelar, todos dizem ao menos já ter ouvido falar. Alguns mencionam situações em que já tiveram contato ou cujo algum amigo já teve, em que é possível perceber que os adolescentes do grupo têm a percepção do Conselho Tutelar como órgão punitivo e repressor, como uma espécie de “delegacia especializada”, e não como órgão protetivo.

Nenhum deles transparece vivenciar algum tipo de vulnerabilidade econômica social, prevalecendo como arranjo familiar, isto é, pessoas que convivem e habitam o mesmo lar, a composição tradicional de pais biológicos e irmãos, tendo sido também registrada a configuração com madrasta e padrasto, uma família em que os avós moram junto, uma adolescente que mora com o namorado, e uma família homoafetiva.

Sobre as relações familiares, foi possível perceber que a maioria sente-se acolhido e dialoga com a família, incluindo sobre assuntos como sexualidade e uso de drogas. Comentam que estes assuntos também são abordados na escola e que têm liberdade para falar com os pais e amigos. Apenas uma adolescente relata não ter intimidade com os pais para tratar desses assuntos. Já o que se declara homossexual comenta que teve dificuldades no relacionamento com a família e com alguns amigos quando assumiu sua opção, mas que ao mesmo tempo foi uma “libertação”.

No geral, é perceptível que possuem vínculos de estreiteza para tratar de assuntos de sua vida particular com os pais e com a família, e quando questionados sobre quem procurariam no caso de vivenciar uma situação de dificuldade ou de violência, todos citaram os pais ou algum outro membro familiar como avós ou tios.



“a mãe e o pai da gente são as únicas pessoas que vão te acolher mesmo você estando errado”

A adolescentes grávida e o que tem filho, dizem que tiveram boa aceitação da família e dos amigos quando comunicaram a gravidez, que os pais fizeram o papel de orientar e de repreender no primeiro momento, mas que deram e continuam dando todo o apoio necessário.

Ainda no âmbito familiar, foi abordada a questão das responsabilidades e das tarefas domésticas, em que a maior parte dos adolescentes relata auxiliar nas tarefas e rotinas da casa, com exceção de um. Das atividades por eles realizadas, não foi identificada nenhuma situação de sobrecarga de horas e de responsabilidade incompatível com a idade, que deixe de configurar como atividade socializadora e educativa. A adolescente que mora com o namorado relata que ela é quem tem que fazer todas as atividades da casa.

Nos períodos de lazer, os adolescentes costumam passar o tempo com a família, amigos, na internet, no celular, e na televisão. Costumam também sair, ir à praia e shopping. Alguns têm horário para voltar, enquanto outros dizem ter mais liberdade. A nível municipal não há um consenso, alguns dizem que o município não tem muitos atrativos, principalmente de festas locais e comunitárias, enquanto outros discordam, citando inclusive as festas como Marejada, Festa do Colono, dentre outras.

Sobre a percepção em relação à educação e à escola, no geral, os adolescentes relataram gostar de estudar ali, dos professores e da direção. Ficou claro que os alunos se sentem acolhidos e respaldados pelo corpo de apoio da escola, tanto para tratar de temas relacionados às dificuldades vivenciadas em ambiente escolar, como situações cotidianas e da vida íntima. Os adolescentes que vieram de outras cidades e os que vieram de outras escolas (quase metade) disseram que aquela unidade escolar era muito boa comparada com as outras que já estudaram.

Com relação às aulas e à didática de ensino, apenas uma adolescente pontuou que o ensino poderia ser mais forte, pois ela estava estudando coisas que já havia aprendido em outra escola. Também foram assinaladas a comunicação e a dificuldade que alguns professores têm em transmitir e ensinar o conteúdo e que alguns professores não os tratam com o devido respeito, já que autoridade é diferente de autoritarismo e alguns têm posturas abusivas. Dizem que a questão do respeito é uma via de mão dupla, que assim como os professores querem ser respeitados, eles

também querem ser ouvidos e bem tratados.

Quando questionados sobre o que sentem falta, unanimemente foi mencionada a liberação do uso do celular, principalmente nos horários de intervalo e da educação física, e também na sala de aula para pesquisa. A partir de sua fala iniciamos uma reflexão sobre o uso do celular, se ele é positivo ou negativo, em que os próprios alunos reconheceram que é preciso saber como e quando usá-lo, que ele também pode ser uma fonte de distração prejudicial à concentração e ao estudo, e que por causa de alguns que não têm limite no uso, todos foram prejudicados com a medida de proibição.



“por causa de uns sem noção, não sabem disfarçar, ficam tirando foto... isso prejudicou todo mundo”

Um dos adolescentes também comenta que, mesmo fora da escola, tem o uso do celular refreado pela família, com relação à quantidade de horas de uso, e que nos finais de semana tem liberação total.

No período de contraturno, a maior parte fica em casa, na escola, em curso, e um diz ficar no trabalho. Pouco mais da metade, diz fazer algum tipo de atividade contraturno (seja de esporte, cultura ou de capacitação), sendo a maior parte (80%) gratuitamente. Aqueles que não fazem, os principais motivos são a falta de interesse ou não ter vontade ou por não ter na escola ou perto de casa gratuitamente.

Entrando na questão específica dos cursos de capacitação e profissionalização, cerca de 30 a 40% dos alunos fazem algum tipo de curso. Destes, apenas dois são do Programa Jovem Aprendiz (gratuito), e os demais são cursos privados. Grande parte dos adolescentes que não fazem, demonstram interesse em fazê-lo, principalmente o Programa Jovem Aprendiz, que ajuda a entrar no mercado de trabalho, mas que ainda não conseguiram vaga no programa. Uma das adolescentes diz que os pais ainda a consideram muito nova para trabalhar e prefere que ela foque nos estudos.

Conversando com os adolescentes é perceptível que sua percepção de futuro está relacionada com a questão da educação e profissionalização. Por mais que ainda não tenham definido que profissão pretendem seguir, a maior parte tem intenção de continuar os estudos após a conclusão do ensino médio, seja ingressando em curso superior ou com planos de fazer um intercâmbio educacional para aprender outra língua e trabalhar.

Entrando na temática do bullying, das violências e negligências, apenas um adolescente relata já ter sofrido discriminação, bullying na escola e duas situações de violência (uma na escola e uma na frente de uma danceteria) em virtude de sua opção sexual. Relata que procurou a

delegacia para registrar a ocorrência, e que esta é uma questão muito delicada, que a sociedade ainda enxerga com muito preconceito pessoas como ele. Diz que perdeu alguns amigos, mas que ao mesmo tempo tem amigos muito próximos, ainda que poucos, que o aceitam bem. Complementa ainda que percebe uma dificuldade de aceitação (e até uma certa homofobia) com os profissionais da escola - professores e equipe de apoio - opinião esta que é confirmada pela maior parte do grupo.

De modo geral, os adolescentes gostaram muito da roda de conversa, se sentiram acolhidos e ouvidos. Também comentaram da dificuldade de acessar o serviço de psicologia, que têm vontade de conversar com alguém que possa auxiliá-los a lidar com suas questões pessoais, seus anseios e expectativas, e sugeriram que fossem realizados mais grupos como aqueles na escola.

8.2. A PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS

A pesquisa foi realizada em dois grupos distintos, um no período da manhã e um à tarde, com cinco crianças em cada grupo de modo a facilitar a comunicação e interação entre elas, já que seu formato foi propositalmente estruturado de modo lúdico.

Ao todo participaram 10 crianças, na faixa etária de 5 anos de idade, todas selecionadas pelas técnicas da CIEP Vovó Biquinha, de modo que fosse respeitada a representatividade de ambos os sexos, a diversidade socioeconômica e familiar, e também a capacidade de interação e participação junto ao grupo, sendo que nenhuma das crianças tinha diagnóstico de deficiência severa.

É importante ressaltar que os relatos e considerações aqui apresentados não têm por objetivo investigar ou traçar um perfil individual, familiar ou social das crianças, já que os resultados e respostas obtidos a partir da abordagem realizada são carregados pelos valores, pela compressão de mundo e pela percepção da criança em relação à situação ou ao tema explorado.

O roteiro da pesquisa foi estruturado a partir de macrotemas principais, o primeiro relacionado aos aspectos individual e familiar; o segundo ao social e escolar; e o terceiro em relação à perspectiva de futuro e cidadania.

Intencionalmente foram feitas perguntas sobre o que é e, como é ser criança, e o que gostam e o que não gostam. Unanimemente responderam que ser criança é brincar, se divertir, fazer coisas legais, e enumeram as atividades e brincadeiras que mais gostam.

As respostas mais inusitadas são com relação ao que não gostam de ser criança.

Praticamente todos responderam que não gostam quando os pais brigam, não deixam fazer as coisas, de ter medo ou de ficar de castigo, pois é muito chato ficar sem fazer nada. Comentam que “ser adulto é ser chato”, e uma das crianças diz que



“Quando nos crescer, nos também vai ser pais”

Ainda na primeira parte, foi pedido para que elas montassem com bonecos a sua família e falassem dela para nós. Primeiramente, é possível perceber que elas identificam como família não só pessoas que moram no mesmo domicílio, mas aquelas que possuem vínculo mais estrito, se fazem presentes presencialmente ou na fala dos pais, como irmãos mais velhos, meio irmãos, avós, tios, primos, ainda que estes morem em outra cidade.

Em relação aos arranjos familiares - isto é, a composição das famílias, assim entendidas como pessoas que convivem e habitam o mesmo lar - são bem variados contemplando famílias nucleares, de pais e mães biológicos, assim como de família extensa compostas por avós e tios, e da configuração com madrasta ou padrasto. A maioria possui irmãos, biológicos ou afetivos, e também representam os animais de estimação como parte da família. Chama a atenção uma das crianças descrever seu irmão mais novo, pois uma das educadoras comenta posteriormente que ele possui deficiência severa, mas que ao falar dele, a criança não faz nenhum comentário ou distinção entre as condições dos dois.

As crianças também são estimuladas a falar sobre com quem ficam quando não estão na escola, quem os cuida, alimenta e o que costumam fazer nessas horas, nos finais de semana e nos períodos de lazer. De modo geral, a maior parte não fica com os pais ou responsáveis, e sim com os avós, tios ou irmãos mais velhos. Apenas uma das crianças diz que as vezes vai junto com a mãe para o trabalho dela.

Também comentam sobre a rotina com a família, se os pais trabalham, como é o relacionamento com os irmãos, se há brigas entre as pessoas que convivem na mesma casa. Os maiores atritos e situações de provocações verbais e brigas são entre irmãos, principalmente quando estes são mais velhos, porém também relataram brigas entre pais ou padrasto/madrasta. Dizem que se sentem tristes quando veem alguém brigar.

Oportunamente, são questionados como se sentem quando os pais brigam com eles e se já apanharam. Falam que sim, que já apanharam ou ficaram de castigo, que se sentem tristes.



“já apanhei quando não respeito”

“tem que me bater só quando desobedeço”

“É chato ficar de castigo”



“minha mãe e minha avó me bate quando faço coisa errada”

No período de contraturno costumam assistir TV (desenho), jogar videogame, brincar e alguns contam que ficam na internet e que assistem youtube. Algumas crianças fazem atividade extracurricular, como ballet, futebol, ou natação, e os que não fazem comentam que gostariam de fazer. Atividades como ir ao parque, passear, jogar bola, ir a praia, ao shopping, e outros, também fazem parte da rotina, porém são mais frequentes nos finais de semana.

Em relação a rotina de alimentação e cuidados, as crianças relatam o que costumam comer, quem prepara seus alimentos, o que gostam e o que não gostam. Dentre os alimentos que gostam, são citados doces, pizza, lasanha, sorvetes, batata frita e outras guloseimas, mas dizem que não podem comer isso sempre, que os pais não deixam.

Sobre o ambiente escolar, no geral, demonstram gostar de frequentar a escola, de fazer as atividades, da convivência com os amigos e dos professores. Contam as atividades que fazem, e dentre as atividades que mais gostam é de brincar e jogar bola. Sobre o que não gostam, reiteram que é ficar de castigo, e uma das crianças diz que gostaria de fazer prova, como na escola de seu irmão. Quando questionados sobre os amigos, todos falam o nome dos amigos que mais brincam e também dos amigos que não gostam. Em uma das turmas, todas as crianças nomeiam o mesmo colega de que não gostam, e contam que ele briga, bate e faz confusão, por isso não gostam dele.

Em relação a perspectiva de futuro e cidadania, as crianças não sabem o significado da palavra futuro, mas entendem e respondem quando questionados sobre o que querem ser ou fazer quando crescer:

“Soldado”

~Policia”

“Jogador de futebol”

“Bombeiro”

“Caixa”

“Quero fazer curso, de escola”

Uma das crianças diz que não quer crescer, pois é chato ser adulto. Mas todas elas dizem que querem ter a família no futuro.

E por último, com objetivo de investigar a percepção das crianças com relação a “direito” e

“deveres”, foi perguntado para elas se sabem o que significa essas palavras e se já tinham ouvido que crianças têm direito e deveres.

Responderam que direito é “jogar coisa no lixo”, “fazer coisa certa”, “respeitar o pai, a mãe, o tio, o vô...”, “obedecer”, “ficar reto”, “se comportar”.

Sobre dever, usam palavras como “estudar”, “escrever”, “uma coisa que fica no caderno”, “dever de casa”, “quando a gente cresce faz dever, e quando a gente é pequeno tem que obedecer”, “certo e errado... o certo é o dever”.

A fala das crianças nos deixa claro, que, dentro de sua visão de mundo e linguagem, são capazes de assimilar conceitos e de compreender esses aspectos, ficando para o SGDCA, a família, sociedade e os profissionais da educação o desafio de pensar uma forma de abordar o Estatuto da Criança e do Adolescente.

PARTE IV

9. RECOMENDAÇÕES

A partir de toda a pesquisa deste diagnóstico e de suas análises conclusivas, apresentar-se-ão recomendações de ações que poderão ser pensadas e articuladas para o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente do município, com vistas à efetivação do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.

- ✓ Elaborar estudos de impacto financeiro e social, para ampliação do investimento na primeira infância, com vistas a sanar a necessidade de vagas de creche nas regionais com índices preocupantes como Espinheiros, Murta e São Vicente;
- ✓ Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, conforme preconiza a estratégia 1.12, da Meta 1 do Plano Municipal de Educação, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;
- ✓ Firmar parceria entre município e estado para disponibilizar vagas de ensino médio em regiões com demanda. O fácil acesso às escolas, ou escolas mais próximas à residência, podem garantir a volta dos adolescentes para a sala de aula e/ou a sua permanência;
- ✓ Conjuntamente, uma política de transporte escolar estruturada no município e no estado, com vistas à ampliação, com regras transparentes e mais difundidas entre a população;
- ✓ Desenvolver estudos de casos em unidades educacionais que apresentaram percentuais elevados de abandono escolar, muito acima dos demais na rede educacional, com uma análise mais aprofundada, com vista à intervenção e reversão da média municipal que está acima do estado.
- ✓ Empoderar os Fóruns de Educação, desenvolvendo componentes necessários para estruturação dos indicadores municipais para as demais Metas do Plano Municipal de Educação que não foram estabelecidas neste documento, bem como as principais estratégias, de forma a permitir a avaliação do desempenho das políticas públicas no decorrer do decênio;
- ✓ Elaborar um plano anual de gestão escolar, baseado na construção coletiva entre professores, pais, alunos, rede de atendimento, em especial para as instituições

educacionais que atendem à demanda 14 a 17 anos, de forma que a gestão administrativa e a pedagógica, estabeleçam questões cotidianas e simples de convívio diário e rotinas, tais como disciplina, regras de convivência, campanhas de conscientização (bullying, setembro amarelo), comunicação e atendimento (pessoal e virtual) aos pais, acompanhamento de rendimento nos primeiros meses do ano, reuniões, atividades lúdicas, culturais e esportivas em grupo, entre outras, a fim de melhorar os índices de aproveitamento e abandono nesta faixa etária;

- ✓ Propor parcerias com o setor privado e o terceiro setor na formulação e execução de programas de educação em direitos humanos, promoção da paz e que incentivem o diálogo e práticas fraternas nas comunidades e escolas, especialmente para os adolescentes;
- ✓ Ampliar os equipamentos esportivos e culturais da cidade tradicionalmente concentrados no centro para as áreas com forte concentração de jovens e população de baixa renda;
- ✓ Estruturar ações coordenadas e itinerantes, criando espaços em bairros mais periféricos para as diversas manifestações culturais, aproveitando praças públicas, centros culturais, barracões, centros de convivência, etc;
- ✓ Promover a revitalização cultural dos espaços esportivos já existentes, humanizando a cidade e promovendo uma gestão compartilhada entre Poder Público e comunidade na manutenção dos espaços;
- ✓ Ampliar os investimentos municipais, e em regime de colaboração estadual e federal, para a construção, restauração e ampliação da infraestrutura necessária à prática da atividade física nas escolas e em espaços municipais urbanos de grande concentração populacional. Estruturar uma política de aproveitamento de espaços físicos já existentes, com a abertura das escolas, clubes, universidades, entidades privadas e sem fins lucrativos, academias, e outros, durante a semana e nos finais de semana, com propósito de firmar parcerias que promovam a ampliação da oferta da prática esportiva e de lazer para os alunos das escolas públicas e comunidade em geral.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As últimas décadas figuraram na ampliação do reconhecimento pelo Estado e no esteio da luta da sociedade brasileira, dos direitos de crianças e adolescentes. Contudo, a consolidação de tais direitos, sobretudo no âmbito da assistência social como política pública e direito social, ainda exige atenção e o enfrentamento de importantes desafios no processo de implementação, ampliação e efetividade do SUAS e da Política Nacional da Assistência Social (PNAS/2004).

A dinâmica populacional é um importante indicador para a política de assistência social, pois ela está intimamente relacionada com o processo econômico estrutural de territorialização municipal, pois seu público usuário são pessoas ou grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; estigmatizados em termos étnico, cultural e sexual; com deficiência; em situação de exclusão ou de inacessibilidade de serviços públicos em virtude de pobreza; que fazem uso de substâncias psicoativas; vítimas, em ameaça ou risco pessoal ou social em virtude de diferentes formas de violência ou violações advindas do núcleo familiar, de grupos e indivíduos de seu convívio; em inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal.

Fica reiteradamente demonstrado, pela análise quantitativa e pela escuta do Sistema de Garantia de Direitos, que existe uma lacuna no trabalho preventivo que impacta diretamente em medidas protetivas de afastamento familiar de crianças e adolescentes, demonstrando a necessidade de efetivação do princípio da incompletude institucional, em especial quando tratado de violência contra crianças e adolescentes.

Nesse sentido, com o objetivo de intensificar as análises em relação ao Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, que visa o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, percebe-se claramente as diferenças entre as políticas já estruturadas e fortalecidas, como a educação, em relação às demais como cultura e esporte, que ainda não se apresentam como uma construção sólida perante à sociedade, no que se refere ao conceito dos direitos fundamentais da criança e adolescente.

A complexidade e múltiplas dimensões que cercam o artigo 53 do ECA, dentre elas a área educacional, proporciona reflexões acerca dos pontos que mais carecem de atenção, através dos dados apurados, numa tratativa frente aos direitos do ECA, o qual balisou esse caderno. O sentido mais estrito dessa proposta, é de apresentar um diagnóstico, sem julgamentos, trazendo a realidade dos dados e suas inúmeras possibilidades de análises que não se esgotam neste documento.

A Educação é mais um dos temas mais importantes no âmbito nacional e que recebeu inúmeros investimentos que se solidificaram na legislação nos últimos anos, transformando-a na política pública mais fortalecida em todos os aspectos, nas três esferas de governo.

Ferramentas essenciais foram estruturadas, passando pela legislação do seu financiamento, com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, Piso Salarial do Profissionais da Educação até a última grande conquista com o Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014).

Em Itajaí, a rede educacional está estruturada, na maioria das suas ações, com o desenvolvimento de um Plano Municipal de Educação, aprovado pela Lei Municipal nº 6.674, de 22 de julho de 2015 e alterado pela Lei 7.009, de 04 de abril de 2019, que forma um conjunto de metas¹¹ e estratégias elaboradas, sobre um ideal de educação a ser alcançado e, em especial, nos primeiros anos de vida, ganhando reforço com o Marco Legal da Primeira Infância (Lei Federal nº 13.257/2016), o que permite acompanhar ao longo do tempo as metas educacionais da cidade, seus pontos fortes e possíveis falhas a serem corrigidas, bem como a situação dos atendimentos aos direitos citados no caput do artigo 53 do ECA, “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho...”.

Os Planos de Educação, Nacional e Municipal, em especial no que diz respeito ao acesso à escola para a primeira infância, fazendo uma correlação direta com o Art 53 do ECA, é abordado pela meta 01¹² do PME. Os percentuais apurados são satisfatórios do ponto de vista do cumprimento dos Planos de Educação, atendendo a progressividade do planejamento: crianças de 0 a 3 anos matriculadas em Itajaí (Censo 2010) chegam a 42,8% enquanto a média brasileira está em 21% e a meta estipulada para essa faixa etária é de 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PME. O mesmo acontece com a população de 4 a 5 anos, com 82,4% que frequentam a escola, dado apresentado na Tabela 13.

Contudo, as taxas de espera para vagas na educação infantil, são preocupantes em algumas regiões pela sua disparidade: na faixa etária de 0 a 3 anos, a taxa de Itajaí chega a 187,9 crianças, enquanto em regiões como Murta e Espinheiros II, apresentam taxas de 762 e 1.242 respectivamente, conforme os dados extraídos do Relatório de Inscrições do “FILA ÚNICA”. A diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões apuradas é de 199,0 vezes (Tabela 3).

A faixa de 4 a 5 anos, no mesmo relatório, apresenta uma taxa média municipal de 54,6 crianças na fila de espera, entretanto a disparidade regional é evidenciada novamente em Espinheiros II (taxa

13 Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME. Lei Mun. 7.009, de 04 de abril de 2019. Itajaí-SC

de 639) e as regiões de Murta e Limoeiro, com 146 e 157 respectivamente como taxas de crianças na lista de espera.

Em ambas as faixas etárias, a dispersão geográfica dos equipamentos públicos e/ou oferta de serviços, e por consequência o seu atendimento às demandas, muitas vezes se torna prejudicado, restringindo o direito, também demonstrado no Mapa social de vulnerabilidade no direito à educação, onde quatro indicadores dentro dos direitos foram comparados, restando claro que duas regiões tiveram desempenho preocupante nos quatro indicadores, (Espinheiros II e Murta), em seguida vem a região São Vicente, com três indicadores. Regiões essas apontadas em outros relatórios e indicadores, como o indicador 1, Denúncia de violação do direito (Tabela 2), onde a região Espinheiros II apresentou uma taxa de 18,8, enquanto a média de Itajaí é de 7,6, evidenciando a problemática correlacionada na região, um aspecto claro de carência pontual no direito a educação e no cumprimento do Plano Municipal de Educação, destacando a importância da educação no impacto em outros direitos essenciais, esta como porta de entrada, expressa na legislação no Marco da Primeira Infância:

Art. 5º Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica (Lei Federal 13.257/2016).

No contraponto estão regiões como Centro, Cabeçadas, Cordeiros I e II, Praia Brava, com taxas muito baixas para os quatro indicadores, despontando em níveis de excelência para o Mapa Social de vulnerabilidade (Tabela 10).

A questão referente à necessidade de vagas para a primeira infância é uma das principais preocupações nacionais, e Itajaí não está fora dessa discussão. Apesar dos números expressivos e avanços notórios dos últimos anos, as notificações dos Conselhos Tutelares, a demanda espontânea, aliada à expansão populacional regionalizada com o entendimento assentado da importância dos primeiros anos de vida, como um período decisivo para a formação de habilidades e capacidades determinantes, até para o ciclo econômico da sociedade, torna essa questão da necessidade de vaga escolar, um ponto nevrálgico na educação das cidades brasileiras.

Nesse aspecto importante apontar que a análise do Volume 01 deste diagnóstico, que retrata as regiões de Itajaí em relação aos seus indicadores sociodemográficos, onde os indicadores mais frágeis podem estar correlacionados com os afetos ao direito à educação, cultura e esporte, em especial no registro de notificações ao Conselho Tutelar em relação à falta de vagas, bem como um índice de menor cobertura de vagas na primeira infância, em especial vagas em creches (0 a 3 anos).

Esse contexto cabe uma segunda análise das estratégias iniciais da Meta 01, sendo elas 1.1, 1.2 e 1.4 do Plano Municipal de Educação, como forma de alcançar os objetivos principais da primeira infância e, em especial, o preconizado no ECA, “acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência”.

A população de 15 a 17 anos, faixa etária inserida no modalidade de ensino básica, nível ensino médio, aferido no diagnóstico pela Tabela 16, apresentam um percentual de 20,5% de adolescentes fora da escola, como média de Itajaí. Áreas de ponderação 6 e 10, apresentam percentuais acima de 27%. A problemática merece uma abordagem local, visto que o índice pode estar entrelaçado com um dos problemas crônicos nesta faixa: o abandono escolar.

O percentual de abandono do ensino médio de Itajaí está acima do percentual do Brasil e de Santa Catarina, com 8,4%, enquanto estes mesmos são de 6,1% e 6,3% respectivamente, evidenciado tão somente na rede pública (Tabela 35).

Neste mesmo aspecto observamos que a taxa de denúncia de evasão ou infrequência escolar em Itajaí é de 2,1 a cada mil habitantes de 0 a 17 anos, sendo que a diferença entre a região com a menor taxa (Praia Brava) e a região com a maior taxa (Fazendinha) é de 6,2.

A taxa de denúncia de evasão escolar geral demonstra que o problema se agrava nessa faixa etária, enquanto crianças de 0 a 5 anos respondem por 3,7% das denúncias, a faixa de 6 a 11 anos, chega a 24%, os adolescentes de 12 a 17, respondem por 60,7% das denúncias de evasão, conforme apurado na Tabela 38.

Muitas vezes, passivamente assimilada pelos sistemas de ensino, considerando a evasão (chamado de abandono) normal ao lotar excessivamente as turmas no início do ano. Em que pese o PNE, a estratégia 3.8, aponta a necessidade de estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens, a preocupação se fundamenta, quando na Tabela 37, referente ao rendimento escolar do EM por Regional, identificou o índice de abandono escolar em unidades educacionais de até 19%.

Quando os índices apontam para problemas localizados, a real necessidade de observação e intervenção local, se faz preeminente, passando pela observância de variáveis como vagas próximas à residência, da necessidade de optar pelo trabalho em detrimento aos estudos ou ainda do fracasso escolar cumulativo.

Na modalidade educação especial em Itajaí, apresentam os mais variados serviços em atendimento à Resolução nº 2 CNE/CEB, que traz orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, dispondo de vários serviços e uma rede de programas para acolher a demanda, que disponibilizam desde Salas de Recursos Multifuncionais,

Centro de Referência de Atendimento, o Centro Municipal de Educação Alternativa de Itajaí (CEMESPI), Professor Atendimento Educacional Especializado (AEE), Instrutor de Língua de Sinais, Intérprete LIBRAS, Psicólogo, Fonoaudiólogo, Fisioterapeuta, Psicopedagogo e Agente de Apoio em Educação Especial, com uma demanda expressiva. Ainda os alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, são atendidos também pela rede de apoio à educação especial efetivadas por termos de parcerias com Instituições.

A educação traz em seu bojo uma gama de ações determinantes quando tratamos do contexto da vulnerabilidade social, dentre elas a cultura e esporte. Em Itajaí a área cultural está bem estruturada pela Fundação Cultural de Itajaí, que atende as especificidades das linguagens artísticas e manifestações culturais. Já na área esportiva, a Fundação Municipal de Esporte e Lazer, tem por objetivo fazer do esporte uma ferramenta de inclusão social, democratizando-o, despertando o interesse da sociedade e facilitando o acesso.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), divulgou o Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional 2017¹³ – Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas, afirma ser necessário advogar a favor das atividades físicas e esportivas para toda a comunidade, sendo preciso fomentar mais o movimento, inclusive da escola, como expressão das individualidades e construção das relações sociais; considerar as necessidades diárias de atividade física preconizadas para crianças e jovens. Concebendo a falta de recursos públicos para a área, o estudo apresenta um sistema com estrutura mais aberta e descentralizada que permite a elaboração de políticas intersetoriais para garantir o direito ao acesso às atividades físicas e esportivas, como forma de minimizar a problemática.

No campo da educação, cultura e esporte, muito há o que se refletir numa perspectiva de reorientar as práticas das políticas públicas. Aqui foram apontados apenas alguns pontos que chamaram mais a atenção nos dados levantados, tanto quantitativos como qualitativos. A seguir algumas sugestões que foram se mostrando mais evidentes no decorrer do diagnóstico, outras percebidas pelos integrantes da rede nas conversas de foco, confirmadas pelos dados. Contudo, como já foi alegado, trilhamos um percurso que resultou em um instrumento rico, trazendo a realidade através dos dados apurados, com o objetivo de contribuir de forma significativa na tomada de decisões dos diversos setores da sociedade, o qual, a partir de próximos múltiplos olhares, abrem inúmeras possibilidades de análises que não se esgotam jamais, pela própria dinâmica orgânica da sociedade.

11. GLOSSÁRIO DE TERMINOLOGIAS

Este glossário define as terminologias frequentemente utilizadas neste volume do Diagnóstico Social, compreendendo definição de termos estatísticos, bem como de atores, equipamentos e de programas relacionados ao eixo de Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.

Cadastro Único ou CadÚnico – O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

Censo demográfico do IBGE – É a principal fonte de dados sobre a situação de vida da população nos municípios e localidades. São coletadas informações para a definição de políticas públicas em nível nacional, estadual e municipal. Os resultados do Censo também ajudam a iniciativa privada a tomar decisões sobre investimentos. Além disso, a partir deles, é possível acompanhar o crescimento, a distribuição geográfica e a evolução de outras características da população ao longo do tempo.

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – É um equipamento público, normalmente localizado em regiões com maior vulnerabilidade social, em que são prestados os serviços de proteção básica da Assistência Social, como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Neste espaço os cidadãos também são orientados sobre os benefícios assistenciais e podem ser inscritos no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) – É uma unidade pública da política da proteção especial da Assistência Social, onde são orientadas, encaminhadas e atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Nestas unidades são ofertados o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); o serviço de cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, e outros serviços como a Abordagem Social e Serviço para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias, orientação jurídica, medidas de apoio à família, apoio no acesso à documentação pessoal e estímulo da mobilização comunitária.

Conselho Tutelar (CT) – É um órgão permanente e autônomo, eleito pela sociedade para zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes. Os conselheiros acompanham os menores em situação de risco e decidem em conjunto sobre qual medida de proteção para cada caso. O exercício efetivo da função de conselheiro constitui serviço público relevante e quem o pratica deve ser pessoa idônea, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Domicílio – De acordo com o IBGE é um local estruturalmente separado e independente, que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. Os critérios essenciais desta definição são os de separação e independência. Entende-se por separação o local de habitação limitado por paredes, muros ou cercas, coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas que nele habitam isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. Por independência se entende quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas. Só caracteriza-se corretamente domicílio quando forem atendidos simultaneamente os critérios de separação e independência.

Microdados do IBGE – Consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratando, sob a forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, preservado o sigilo das informações. Os microdados possibilitam aos usuários, com conhecimento de linguagens de programação ou softwares de cálculo, criar suas próprias tabelas. Os arquivos de microdados são acompanhados de uma documentação que fornece os nomes e os respectivos códigos das variáveis e suas categorias, a metodologia da pesquisa, e o instrumento de coleta.

Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) – É um serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais. O serviço PAEFI integra o nível de Proteção Social Especial do SUAS e é ofertado pelo CREAS.

Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) – Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O serviço PAIF integra o nível de Proteção Social Básica do SUAS e é ofertado pelo CRAS.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – É um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). É uma forma de intervenção social planejada, por meio de atendimentos em grupo, compreendendo atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras.

Unidade de Acolhimento Institucional (UAI) – São as unidades que executam os serviços especializados que oferecem acolhimento e proteção a indivíduos e famílias afastados temporária ou permanentemente do seu núcleo familiar ou comunitário por situação de abandono, ameaça ou violação de direitos. Esses serviços funcionam como moradia provisória até que a pessoa possa retornar à família, alcance sua autonomia ou seja encaminhado para família substituta.

12. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acessado em: 15 de agosto de 2018.

BRASIL. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o plano nacional de educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2014. Seção I. p. 1

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, Seção 1E, p. 39-40, 14 de setembro de 2001.

BRASIL. PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas, Brasília, 2017.

____. Código Penal. Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2018.

____. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acessado em: 13 de agosto de 2018.

____. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm>. Acessado em: 13 de julho de 2018.

____. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8625.htm>. Acessado em 07 de agosto de 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. CNJ Serviço: O que faz um conselho tutelar? Brasília: 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83767-cnj-servico-o-que-faz-um-conselho-tutelar>>. Acessado em: 30 de julho de 2018.

DANTAS, Danilo Sérgio Moreira. A nova lei nacional de adoção e as novas diretrizes para a adoção no Brasil, à convivência familiar e garantia dos adotandos. Disponível em C:\Documents and Settings\AdministradorMeus documentos\0.mht. Acesso em 1º novembro 2010.

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 4. ed. rev. atual. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). Família Brasileira: a base de tudo. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 51.

LOBO, Paulo Luiz Netto. A repersonalização das relações de família. Abril de 2004.

LÔBO, Paulo. Famílias. São Paulo: Saraiva, 2008.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (org.) Curso de direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos. 6. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Mártires. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 3 ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

MDS. Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>>. Acessado em: 20 de junho 2018.

____.Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas>>. Acessado em: 20 de junho 2018.

____.Convivência e Fortalecimento de Vínculos, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>>. Acessado em: 20 de junho 2018.

____.Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para crianças e adolescentes, 2008. Disponível em: <<http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/OrientacoesTecnicasServicosdeAcolhimento0206.pdf>>. Acessado em: 20 de junho 2018.

____.Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>>. Acessado em: 20 de junho 2018.

____.Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/paefi>>. Acessado em: 20 de junho 2018.

MPSC. Disponível em: <<https://www.mpsc.mp.br/areas-de-atuacao/infancia-e-juventude>>. Acessado em: 14 de maio 2018.

____.Conheça o Ministério Público. Disponível em: <<https://www.mpsc.mp.br/o-ministerio-publico-de-santa-catarina>>. Acessado em: 14 de maio 2018.

____.Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CIJ), 1993. Disponível em: <<https://www.mpsc.mp.br/centros-de-apoio-operacional/infancia-e-juventude>>. Acessado em: 14 de maio 2018.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. Direito da criança e do adolescente e tutela jurisdicional diferenciada. Editora Revista dos Tribunais, 2002

ROSA, Alexandre Moraes da. O “cuidado” como critério do princípio do melhor interesse da criança: a questão da destituição do poder familiar. In PEREIRA, Tânia da Silva; OLIVEIRA, Guilherme de. (orgs). Ocuidado como Valor Jurídico. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SST/SC. A Diretoria de Assistência Social, 2016. Disponível em: <<http://www.sst.sc.gov.br/index.php/assistencia-social2/diretoria-dias>>. Acessado em: 14 de maio 2018.

____.Visão, Valores, Objetivos Estratégicos e Grandes Escolhas, 2016. Disponível em: <<http://www.sst.sc.gov.br/index.php/institucional/visao>>. Acessado em: 14 de maio 2018.

TJSC. Infância e Juventude. Disponível em: <<https://www.tjsc.jus.br/web/infancia-e-juventude>>. Acessado em: 14 de maio 2018>. Acessado em: 14 de maio 2018.

____.Estrutura Judiciária. Disponível em: <<https://www.tjsc.jus.br/estrutura-judiciaria>>. Acessado em: 14 de maio 2018>. Acessado em: 14 de maio 2018.

____.Cadastro Único – CUIDA, 2005. Disponível em: <<https://www.tjsc.jus.br/web/infancia-e-juventude/adocao/cadastro-unico-cuida>>. Acessado em: 22 de maio 2018.

____.Código de Normas. Corregedoria – Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <<http://cgj.tjsc.jus.br/consultas/liberada/cncgj.pdf>>. Acessado em: 31 de agosto de 2018.

____.TJSC – Conflito de Competência, 2013. Disponível em: <<https://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24162234/conflito-de-competencia-cc-20130479683-sc-2013047968-3-acordao-tjsc/inteiro-teor-24162235?ref=juris-tabs>>. Acessado em: 14 de maio 2018.

____.Regimento Interno da CEIJ, 2013. Disponível em: <<https://www.tjsc.jus.br/documents/10181/20523/Regimento+interno+da+CEIJ.pdf/262ab653-d2a8-44d8-a072-04093b0bd0ff>>. Acessado em: 10 de agosto de 2018.

VENOSA, Sílvio de Salva. Direito Civil: Direito da Família. São Paulo: Atlas, Ed. 14ª, 2014, p. 8.

SALIBA O, Garbin CAS, GARBIN AJI, DOSSI AP. Responsabilidade do profissional de saúde sobre a notificação de casos de violência doméstica. Rev Saúde Pública. [Internet]. 2007. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v41n3/5805.pdf>>. Acessado em 15 de agosto de 2018.

Santos, M.. Território e Sociedade entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2000. pg. 22.

painel

Pesquisas e Consultoria
Uma empresa do grupo 3 Elemento.

Site da Painei:
www.painelpesquisas.com.br
Rua: Ibirapuera 705 – Floresta – Joinville/SC
Tel: (55) 47 3025 5467 Cel: (55) 47 9 9993 1043
atendimento@painelpesquisas.com.br

O Poder da Informação muda o Mundo.





www.diagnosticossociais.com.br/itajai

IDEALIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:

painel
Pesquisas e Consultoria

Uma empresa do grupo 3 Elemento.

FINANCIAMENTO:



APOIO INSTITUCIONAL:

